FREDERICO DAIA FIRMIANO

DESENVOLVIMENTO
E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

problemas do passado e dilemas para o futuro

editora UEMG

FREDERICO DAIA FIRMIANO

DESENVOLVIMENTO
E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

problemas do passado e dilemas para o futuro

Belo Horizonte, 2022

Expediente

Sofia Rodrigues Santos Carvalho
Projeto gráfico e diagramação

Tainá França Verona
Camila Marques Corrêa
Nathália Cristina de Freitas Campos
Revisão

Foto de capa por Cícero R. C. Omena (adaptada). Disponível em: https://www.flickr.com/photos/10015563@N03/793097358. Imagens de composição por Unsplash (disponível em: https://unsplash.com/), Midia Ninja (disponíveis em https://www.flickr.com/photos/midianinja/albums/72157635381658951).

Este livro foi submetido à avaliação por duplo parecer às cegas, feita por pesquisadores doutores, e à aprovação pelo Conselho Editorial.

Rodovia Papa João Paulo II, 4143. Ed. Minas, 8º andar, Cidade Administrativa,
bairro Serra Verde, BH-MG, CEP: 31630-900.
(31) 3916-9080 | e-mail: editora@uemg.br | editora.uemg.br

F524d

Firmiano, Frederico Daia
Desenvolvimento e questão agrária no Brasil : problemas do passado e dilemas para o futuro / Frederico Daia Firmiano. – Belo Horizonte : EdUEMG, 2022.
197 p. : il., color., tab., gráf.

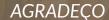
Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86832-21-1

1. Reforma agrária. 2. Desenvolvimento rural. 3. Desenvolvimento econômico-social - Brasil. I. Título.

CDD - 307.72981
CDU - 332.2.021.8(81)

Catalogação na fonte
Bibliotecária: Gesiane Patrícia de Souza CRB-6/1894

A WALMES PAULO FIRMIANO JÚNIOR

À minha família, Eliana, Walmes, Juninho, Wandeco e Marcel, por tudo, sempre.

À Pota Maria, pelo amor, cuidado, amizade, companheirismo e paciência.

Ao camarada Agnaldo de Sousa Barbosa, quem supervisionou este trabalho, pela amizade e confiança.

Ao Samuel Ponsoni, pelo convívio diário, pela amizade.

Às minhas amigas e amigo, então orientandas e orientando, Amabile Passos, Dudinha Sansão e Cássio Renato, que contribuíram com parte do levantamento de dados para este trabalho, e pela amizade e afeto.

Ao camarada Matheusinho, pela amizade e por ter me apresentado a André Gunder Frank.

À Kelli Mafort, grande amiga e camarada, pelo convívio e amizade.

Aos camaradas do MST, sempre.

Ao Mauro Lúcio, secretário da pós-graduação da Unesp, pela solicitude e gentileza permanentes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa concedida, sem a qual não haveria a pesquisa que segue.

À equipe da Editora UEMG, especialmente à Camila Marques Corrêa, Nathália Cristina de Freitas Campos e Tainá França Verona, que cuidaram do texto com muito zelo.

Indivíduo nenhum e nenhuma forma concebível de sociedade hoje ou no futuro podem evitar as determinações objetivas e o correspondente fardo do tempo histórico, bem como a responsabilidade que necessariamente emerge de ambos. Em termos gerais, talvez a maior acusação contra nossa ordem social dada é que ela degrada o fardo inescapável do tempo histórico significativo – o tempo de vida tanto dos indivíduos como da humanidade – à tirania do imperativo do tempo reificado do capital, sem levar em conta as consequências.

MÉSZÁROS, 2007, p. 33

PREFÁCIO

Na história brasileira, a questão agrária (entendida como os problemas que a estrutura fundiária gerou ao desenvolvimento e às populações) sempre se fez sentir pelas comunidades que viviam e se reproduziam socialmente no campo e, posteriormente, com o ciclo urbano/industrial no século XX, também foi sentida pelos(as) trabalhadores(as) urbanos(as). Por outro lado, a classe dominante sempre buscou ignorar, ou até mesmo negar, a existência de uma questão agrária brasileira; fato que se repete na atualidade, com intelectuais que desconsideram as contradições do agronegócio.

Nascemos como uma colônia de exploração em meio ao desenvolvimento do capitalismo mercantil, que se estruturou a partir de empreendimentos econômicos fundados na concentração da terra e no trabalho escravizado. A terra concentrada não era apenas um fator de produção, mas também um elemento de prestígio social e instrumento de dominação política. Um regime fundiário embasado na "doação de terras" para portugueses, durante o período colonial, expropriou nossos povos originários que resistiram e lutaram. Associa-se a essa resistência popular a intensa luta dos negros escravizados.

Em meio à crise de renovação da força de trabalho escravizada, veremos a terra se tornar uma mercadoria, através da *Lei de Terras* de 1850, podendo ser acessada apenas por meio de compra e venda. Em breve, a força de trabalho se tornaria juridicamente livre, mas sobre a terra recairiam os grilhões e as cercas.

Na República, as terras devolutas passariam ao controle dos governos estaduais, representantes diretos dos interesses dos latifundiários que ampliaram imensamente suas posses ao incorporar terras públicas a seu patrimônio. O trabalho formalmente livre passou a ser subjugado às relações de dependência pessoal com imensa exploração, à medida que o latifundiário internalizava em sua fazenda a força de trabalho, buscando completar as parcas diárias pagas com as lavouras de subsistências plantadas pelas próprias famílias camponesas. Nesse período, o total controle das terras pelos latifundiários implicava o domínio sobre pessoas e populações inteiras e seus destinos. A subalternidade se impõe aos camponeses, e a terra se estabelece como fator de dominação e controle político. Mas a resistência popular também se fez presente em grandes movimentos de massas regionais, como o ocorrido em Canudos/BA e Contestado/SC, onde as populações camponesas experimentaram novas formas de organizar sua reprodução social.

Com Getúlio Vargas e o Golpe de 1930 selaram-se pactos com vistas à promoção da industrialização brasileira. Não se interviria nas áreas agrícolas tradicionais já consolidadas, restringindo as ações às fronteiras agrícolas e recorrendo a processos de colonização, além de promover um ciclo de políticas agrícolas setoriais através da formação de diversos institutos e serviços. Com Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas, repactua-se a política de industrialização com o setor latifundiário, agora com a finalidade de valorizar as terras a partir de investimentos públicos, sobretudo projetos rodoviários.

O desenvolvimento da industrialização e a introdução das relações capitalistas de produção agravaram os problemas das populações no campo, à medida que tais relações de produção começaram a se estabelecer, gerando um intenso processo de expulsão de camponeses(as) do interior das fazendas. Soma-se a isso a valorização das terras no interior do país. Entre as décadas de 1940 e 1960 explodiu a luta camponesa em nosso país, surgindo organizações de classe como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e as Ligas Camponesas. A radicalidade da vida no campo requeria uma saída também radical. Nesse ambiente, formulou-se a palavra de ordem "Reforma agrária, na lei ou na marra".

No entanto, o desenlace dos impasses do desenvolvimento brasileiro, e da questão agrária que o marcava, veio através de um golpe político que instituiu uma ditadura militar. Inicialmente, anunciou-se o Estatuto da Terra, que trouxe uma novidade histórica: a terra deveria cumprir uma "função social". No entanto, o caminho dos militares foi outro. Tomando por base a nova estrutura industrial existente no país, produto do processo de industrialização (em 1964 já se encontrava em formação no país uma indústria voltada para a agricultura), eles optaram pela modernização da base técnica de produção dos latifúndios e, com ela, o fortalecimento do trabalho assalariado no campo. Buscaram também expandir a fronteira agrícola para os capitais agrários e "urbanos" (industrial, comercial, bancário), através dos projetos agropecuários na Amazônia Legal e suas vultosas isenções fiscais. O mercado de terras se nacionaliza e os títulos de propriedade entram no circuito monetário. A terra passou agora a ser um ativo financeiro.

Na década de 1980, as relações de produção capitalistas tornaram-se hegemônicas no campo, mas as contradições desse processo geraram diversas lutas e fizeram surgir organizações como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Sem

Terra (MST), os Seringueiros e seu Conselho Nacional, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de imensas greves de assalariados rurais. A luta do campo se articula com a luta nas cidades e o regime militar é deposto, iniciando a Nova República, prometendo, em seu I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), assentar 1,4 milhão de famílias. Mas logo a luta camponesa compreendeu que isso não se efetivaria, e não se poderia esperar pelo governo, assim as ocupações de terras se multiplicaram por todo o país.

Nos anos 1990, a classe dominante brasileira embarcou na onda neoliberal – e, com ela, a privatização e a desnacionalização se intensificaram –, e a vida dos trabalhadores se precarizou. Se no primeiro mandato de FHC, com o Plano Real, a agricultura capitalista entra em crise e a luta camponesa por terra avança; no segundo mandato, a solução de mercado para a questão agrária é apresentada com o Banco da Terra em sua centralidade. Mas foram as mudanças macroeconômicas desse segundo mandato que apresentaram maior efeito no campo brasileiro. A estratégia de obtenção de saldos na balança comercial, a partir de exportações de produtos primários, para ampliar as reservas cambiais a fim de dar tranquilidade ao capital especulativo, é reformulada e aplicada.

Nesse novo contexto, veremos emergir o agronegócio, agora como expressão do modelo agrícola dirigido e dominado pelo capital financeiro, sinalizando uma nova configuração da luta de classes no campo. Estava em curso uma nova aliança de classes que buscaria enfrentar a questão agrária, composta pela empresa rural capitalista e pelas empresas transnacionais. Essas forças blindavam os latifúndios improdutivos como áreas para futura expansão dos seus capitais. Mas essa aliança não teria a força que demonstrou ter sem o amparo das políticas públicas de governos, tanto de administrações neoliberais (FHC) como de neodesenvolvimentistas (Lula e Dilma). Ao não romper com o capital financeiro, o modelo macroeconômico dos governos neodesenvolvimentistas

ficou dependente das exportações dos produtos primários (agrícolas e minerais), com graves implicações para a economia nacional (uma delas é desindustrialização) e para a questão agrária.

O livro que agora chega em suas mãos tem a valorosa virtude de atualizar a questão agrária na contemporaneidade. O autor, ao explicar os vínculos do nosso desenvolvimento em meio à crise estrutural do capitalismo, localiza pertinentemente o surgimento do agronegócio como produto das relações globais.

Nesse contexto, ele indica que "a questão agrária se reconfigurou, conectando-se às novas contradições do desenvolvimento dependente brasileiro e, simultaneamente, constituindo-se em vetor de transmissão do padrão destrutivo da produção capitalista"[1].

É raro ver na academia brasileira documentos que, de forma tão clara, elucidam a atualidade da questão agrária. Este livro ainda coloca a questão agrária como um fator central a ser "desenrolado" na busca do desenvolvimento brasileiro, recolocando-a no centro desse debate, o que, talvez, seja um dos grandes méritos deste material. Novamente recorrendo às palavras do autor:

> no passado, a questão agrária condicionou a formação econômica nacional brasileira [...] determinando uma "forma de acumulação truncada", nos termos de Francisco de Oliveira (2003). Hoje, o padrão de acumulação centrado na especialização produtiva de *commodities* (OSÓRIO, 2012), sujeito à crise estrutural do capital e conduzido pela financeirização da economia global, incide diretamente na reconfiguração da questão agrária, trazendo-a, novamente, para o centro

1 Trecho do capítulo 5 deste livro (p. 82).

> do problema do desenvolvimento nacional como uma de suas contradições mais explosivas[2].

Através de dados ele apresenta ao leitor, de maneira clara, informações sobre as implicações do agronegócio para os povos do campo e para os trabalhadores das cidades, sugerindo que são contradições explosivas. De fato, as questões elencadas por Frederico Daia Firmiano, na segunda parte do livro, são elementos fundamentais que devem ser compreendidos, tendo em vista a gravidade de suas consequências. Elas são altamente explosivas e estão no centro do debate nacional, e para o autor tornaram-se "o centro crítico da questão agrária na atualidade"[3].

Ao concluir a obra em 2019, ele já indicava a tendência de o governo eleito em 2018 acentuar as contradições da questão agrária brasileira que, lamentavelmente, foi confirmada. Entre agosto de 2018 e julho de 2019, foram desmatados 1,1 milhão de hectares da Floresta Amazônica e, no mesmo período em 2020, outro milhão de hectares. No Cerrado, em 2020, foram desmatados 743 mil hectares. Nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro foram liberados mais de 900 agrotóxicos – parte deles proibidos em seus países de origem. A elevação dos preços dos alimentos nesse mesmo ano ultrapassou 15%, enquanto a inflação geral ficou em 4,3%. O óleo de soja teve seu preço elevado em 94%, mesmo sendo o Brasil o segundo maior produtor de soja do mundo. O preço do arroz aumentou 69,5% e o do feijão preto, 41%. Fica evidente que esses aumentos impactam diretamente a população trabalhadora, que tem cerca de 15 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, e ampliam a fome.

---

2 Trecho da introdução deste livro (p. 21).

3 Trecho da introdução deste livro (p. 14).

A pauta apresentada por esse governo ao Congresso Nacional, na abertura de seus trabalhos em 2021 – além das reformas administrativa, tributária e as privatizações (petróleo, gás, sistema elétrico) –, propõe aprovar projetos que desregulamentam o licenciamento ambiental, concedem as Florestas Nacionais para a iniciativa privada e autorizam a mineração em terras indígenas. Busca também aprovar a regularização fundiária, seguindo sua sanha de apropriação das terras públicas que, em outras palavras, é a forma moderna da velha grilagem, mais especificamente, as terras dos assentamentos rurais que, sob pressão, estão sendo tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Apesar da gravidade da situação de famílias que vivem e se reproduzem no campo, e para parcelas importantes das populações das cidades, a mensagem que fica da leitura deste livro, pelo menos para mim, é um tanto animadora. As enormes contradições apontadas por Frederico poderão servir de base material para o irrompimento de intensas lutas e processos organizativos populares, que permitam acumular força para um projeto popular, impondo derrotas a essa avalanche conservadora, retrógrada, antidemocrática e fascista. Cabe agora "arregaçar as mangas" e contribuir com a organização popular.

Uma boa leitura a todos(as).

Adalberto Martins
Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2021

APRESENTAÇÃO

O texto que segue é resultado da pesquisa desenvolvida durante meu estágio pós-doutoral, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Franca, sob a supervisão do professor doutor Agnaldo de Souza Barbosa, no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES), entre fevereiro de 2017 e janeiro de 2019.

Trata-se de uma investigação acerca dos nexos entre a questão agrária e o desenvolvimento econômico-social brasileiro das últimas décadas. Além disso, estudou-se como a questão agrária vem sendo modificada pelas transformações do padrão de acumulação/valorização de capital no país, ao mesmo tempo em que condiciona a expansão capitalista brasileira, sua integração para fora, ao sistema global do capital, e sua desintegração para dentro, dada pelas abissais desigualdades sociais. Esse processo de modificação foi marcado pelas fases de ascensão e declínio do capital, desde a constituição do sistema sociometabólico vigente.

A proposta inicial desta pesquisa era investigar o centro crítico da questão agrária na atualidade, particularmente no quadro de ascensão do

chamado neodesenvolvimentismo[4], tomando como referência o período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A intenção era dar continuidade ao estudo que desenvolvi acerca do padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e sobre a atualidade histórica da reforma agrária (FIRMIANO, 2016). Buscava, assim, estabelecer possíveis conexões entre a crise estrutural do capital, o neodesenvolvimentismo e a questão agrária brasileira, segundo a determinação recíproca entre o desenvolvimento do capital, implicado pelas novas condições de reprodução, e a questão agrária.

A ideia geral, já esboçada em trabalho anterior, era que a crise do capital, como processo permanente de redução da viabilidade da margem produtiva, condena o país ao lugar que historicamente ocupou na divisão internacional do trabalho, qual seja, de produtor e fornecedor de *commodities* para o mercado internacional. Integrando o circuito global do capital nessa condição, porém, o Brasil passa a reiterar os expedientes históricos da dependência – agora sob os nexos da financeirização da economia global, reavivando, em escala cada vez maior, os setores primários da economia e suas correspondentes forças políticas –, não como obstáculo ao desenvolvimento, mas como condição para a expansão capitalista interna. Com isso, ao invés de superar a questão agrária, torna-a uma contradição explosiva. Sob o neodesenvolvimentismo, a possibilidade histórica de ruptura dos nexos da sua integração para fora e desintegração para dentro se revelou como a completude do caminho da servidão, trilhado desde o fim da ditadura civil-militar de 1964 aos dias atuais.

Muitas das ideias aqui apresentadas são parte de uma construção coletiva. Sou legatário do debate que companheiros e companheiras do

4 Sobre o neodesenvolvimentismo ver FIRMIANO, Frederico Daia. Wahlverwandtschaft: pós-neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no Brasil. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/11/6_Frederico-Firmiano.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vêm produzindo ao longo dos anos. Digo isso sem querer me eximir da total responsabilidade sobre o texto – motivo pelo qual escrevo em primeira pessoa do singular.

Registro, por fim, que o desenvolvimento desta pesquisa se deu no contexto do golpe que subtraiu Dilma Rousseff do governo e da ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Com isso, em minha avaliação, as tendências explosivas da questão agrária aqui expostas, sobretudo na segunda parte do texto, devem se aprofundar com maior velocidade que aquela com a qual vinham se processando no plano do desenvolvimento econômico-social e político brasileiro dos últimos 30 ou 40 anos. Tenho expectativas de que minha análise esteja equivocada, ou que as lutas da classe trabalhadora brasileira sejam capazes de intervir na história com a energia necessária para conter o impulso destrutivo do capital sob a mais reacionária condução política que a democracia brasileira foi capaz de nos legar no pós-ditadura civil-militar (1964-1985).

Passos, novembro de 2021.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A questão agrária[5], historicamente, se constitui como uma mediação fundamental do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Sua importância pode ser demonstrada pelo volume significativo de produção teórica sobre o tema, em distintas áreas do conhecimento, e pela centralidade que ocupou na obra de alguns dos mais proeminentes cientistas sociais brasileiros, sobretudo, no passado, como veremos mais adiante. Nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, inclusive, esse assunto foi o centro do debate sociológico, político e econômico[6].

Hoje, no entanto, a questão agrária não tem sido objeto privilegiado de reflexão, ficando em evidência somente em momentos em que suas contradições se acirram e revelam seus nexos internos e seu relacionamento com o processo geral do desenvolvimento econômico, político, social e cultural brasileiro – mesmo sendo as lutas sociais no campo as mais proeminentes do país, a exemplo da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tomando de empréstimo a metáfora de Walter

---

5 A questão agrária a que o autor se refere diz respeito à estrutura fundiária e às relações produtivas e de trabalho no campo brasileiro (N. E.).

6 Ver a coletânea organizada por João Pedro Stédile, sob o título *A questão agrária no Brasil*, especialmente o volume 2: *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. João Pedro Stédile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Benjamin[7], parece que a questão agrária brasileira insiste, de quando em quando, em aparecer de surpresa, como um fantasma, desarticulando a falsa totalidade das ideias que a enterram na "consciência burguesa", como se o desenvolvimento histórico do capital a tivesse superado.

Nas últimas três ou quatro décadas o Brasil experimentou transformações profundas no modo de funcionamento de seu capitalismo, nas funções do Estado, na morfologia das classes e no lugar ocupado na estrutura global do capital. Transformações movidas pelas novas condições de acumulação em âmbito planetário, encetadas pela drástica redução de viabilidade produtiva do capital social total – que István Mészáros (2009) chamou de crise estrutural – e pelo modo como as classes sociais vêm se movendo no terreno da luta de classes (nas suas dimensões nacional e internacional). Com isso, certas estruturas e instituições fortemente amalgamadas na formação econômico-social brasileira, antes de serem superadas, parecem ter constituído bases para novas contradições produzidas pelo desenvolvimento econômico, político e social e foram, simultaneamente, modificadas pelo curso desse processo.

Para mim, esse é o caso da questão agrária brasileira e do conjunto de contradições a ela associado, direta e indiretamente. Assim, neste trabalho, o argumento central é que as mudanças estruturais de larga monta experimentadas pelo Brasil a atualizaram. Durante a fase de ascensão do capital social total, como propôs Mészáros (2009), esse elemento condicionou o padrão de reprodução capitalista no Brasil, conformando sua

---

7 Acerca do conceito de História, diz Walter Benjamin: "Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se a suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso" (BENJAMIN, 1985, p. 226).

particularidade histórica. Já na fase atual de decadência do capital (ou de crise estrutural), os condicionamentos externos e internos – que aprofundaram a posição subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho, na qualidade de plataforma de valorização financeira e produtor de *commodities* – produziram um deslocamento do lugar histórico ocupado pela questão agrária, simultaneamente, realinhando seu centro crítico.

Da especulação financeira no sistema mundial agroalimentar aos conflitos por terra e por água no Brasil; do esvaziamento populacional do campo aos novos padrões contemporâneos de biopirataria; das complexas combinações de formas de superexploração e trabalho análogo à escravidão à pobreza rural; do alto padrão de consumo de agrotóxicos à degradação social da natureza: tudo isso vem à tona cotidianamente como pistas de que a questão agrária passou a ocupar um novo lugar na conformação do padrão de desenvolvimento brasileiro. Ela já não é mais vista como obstáculo, mas como condição *sine qua non* para o progresso econômico, social, político e cultural – em que pese o significado nada civilizatório do progresso na ordem permanentemente bárbara do capital.

No passado, a questão agrária condicionou a formação econômico--nacional brasileira – o que José de Souza Martins (1999) chamou de aliança entre capital e latifúndio –, determinando uma "forma de acumulação truncada", nos termos de Francisco de Oliveira (2003). Hoje, o padrão de acumulação centrado na especialização produtiva de *commodities* (OSORIO, 2012), sujeito à crise estrutural do capital e conduzido pela financeirização da economia global, incide diretamente na reconfiguração da questão agrária, trazendo-a, novamente, para o centro do problema do desenvolvimento nacional como uma de suas contradições mais explosivas.

Nesse sentido, metodologicamente, ele não é ponto de partida, mas de chegada, cuja investigação impõe a tarefa teórica de desvendamento dos

nexos do desenvolvimento capitalista brasileiro contemporâneo interno e externo, no qual o problema agrário se manifesta nas suas contradições, encadeando e sendo encadeado, dialeticamente, pelo padrão de reprodução capitalista brasileiro. Isso significa considerar a particularidade do desenvolvimento nacional – ou, como trataram clássicos como Gunder Frank e Florestan Fernandes, para citar alguns, o subdesenvolvimento como a forma própria do desenvolvimento brasileiro –, um desenvolvimento dependente dos países do centro do sistema do capital. Esse aspecto é importante na análise dos nexos atuais da questão agrária brasileira, uma vez que seus conjuntos de contradições ganham maior ou menor centralidade regional, a depender do modo como, no interior da formação social brasileira, o capital encontrará condições para o processo de acumulação/expansão.

Ainda como observação metodológica, é importante assinalar que esse debate esteve – e está – estreitamente vinculado à reforma agrária. A razão, a meu juízo, é bastante simples: se há evidências de um problema agrário, seu enfrentamento teórico e político só pode se dar por meio da reforma agrária, cujo conteúdo deve estar vinculado a uma concepção estratégica que responda até as últimas consequências aos desafios postos pela problemática identificada. Ou seja, é o modo como interpretamos a questão agrária, seu movimento e processualidade, além da estrutura e dinâmica de seu centro crítico e suas conexões com o desenvolvimento, que irá encaminhar a elaboração teórico-política da reforma agrária e suas vinculações com o projeto das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais exigido.

Assim, a despeito de seu conteúdo, a reforma agrária varia de acordo com a análise teórica e/ou as intervenções políticas de determinados sujeitos sociais – análise e intervenção que visam à minimização ou mesmo à superação da questão agrária. Evidentemente, existe uma relação de

determinação recíproca, embora, do ponto de vista do método, a questão agrária determine, em primeira instância, o conteúdo da reforma agrária.

Daí minha opção por tentar apreender algumas das determinações históricas fundamentais dessa questão e seus nexos com o conjunto do desenvolvimento capitalista brasileiro contemporâneo – ante a prescrição de conteúdo para uma possível reforma agrária. Procurei, então, apontar alguns aspectos que julgo mais importantes acerca do problema, sua dinâmica e lógica internas, no momento presente da formação social brasileira, marcado por seu ingresso definitivo na globalização do capital e pela crise civilizatória que recai sobre a humanidade. Nesse percurso, não abordei as lutas sociais no campo, mediação importantíssima da questão agrária, mas que demandaria uma investigação particular, em face de sua complexidade. Assim, o texto que segue tem por objetivo investigar as determinações econômicas e sociais da questão agrária hoje, a partir das modificações no padrão de desenvolvimento do Brasil, encetadas pelas novas condições de acumulação/valorização de capital, no período de sua decadência histórica.

Organizei o texto em duas partes. Na primeira, **A questão agrária no centro do desenvolvimento econômico-social brasileiro**, procuro expor algumas das contribuições dos autores demiurgos da interpretação do Brasil. Foram eles que elaboraram uma teoria sobre o país – ao abordarem sua formação moderna e os problemas associados ao seu desenvolvimento econômico, social, político e cultural – e se depararam com a questão agrária como uma espécie de obstáculo histórico. Não tive o objetivo de investigar exaustivamente a teoria sociológica brasileira que abordou esse tema, mas apenas mobilizar alguns de nossos pensadores, a fim de indicar como foi abordado o assunto no momento da transição entre a fase ascendente e a descendente do sistema do capital; inclusive entre aqueles que não tiveram a questão agrária em seu programa de pesquisa, mas cuja análise os levou até ela. Assim, é certo que há muitas

ausências, sobretudo, daqueles que se dedicaram quase exclusivamente ao tema. A partir daí, busco investigar a história, apontando as transformações que julgo mais candentes do padrão de reprodução capitalista brasileiro e as modificações que a questão agrária sofre, ao mesmo tempo em que é a base para as próprias mudanças do (ou no) processo de desenvolvimento nacional.

Na segunda parte, **A explosão da questão agrária**, dedico-me a expor o que constitui o *centro crítico da questão agrária*, conforme denominei, extraído das transformações históricas analisadas na primeira parte. Trata-se de conjuntos de contradições articulados entre si, mas com legalidades relativamente autônomas, que nos permitem analisá-los internamente, em sua dinâmica própria e nas suas relações com os demais. É importante ressaltar que essas contradições analisadas não encerram o centro crítico da questão agrária, que deve ainda ser investigado em outras dimensões – como a que diz respeito às lutas sociais, já mencionada. Além disso, produzidos no curso da expansão capitalista brasileira, esses conjuntos de contradições também contribuem para dar forma a essa expansão. Ressalto que minha aproximação – quase introdutória – ao tema do desenvolvimento e da questão agrária faz deste texto um programa de pesquisa, no sentido de que ainda carece de uma maior investigação.

PARTE I
A QUESTÃO AGRÁRIA NO CENTRO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO–SOCIAL BRASILEIRO

CAPÍTULO 1

Quando a investigação sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro encontra a questão agrária

No início da década de 1960, quando a questão agrária estava na ordem do dia, Caio Prado Jr.[8] localizava na concentração da propriedade fundiária "[...] os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira – padrões materiais, e como consequência, padrões culturais" (PRADO JR., 1979, p. 15). Para ele, residiria aí um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e cultural do Brasil. Além disso, o historiador marxista considerava que o progresso técnico da agricultura – que, vale dizer, anos mais tarde seria visto em sua plena

---

8 Entre 1960 e 1964, Caio Prado Júnior publicou cinco artigos na então *Revista Brasiliense* abordando a questão agrária: (a) Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil, em abril de 1960; (b) A reforma agrária e o momento nacional, dois meses dois do primeiro; (c) Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil, em outubro de 1962; (d) O Estatuto do Trabalhador Rural, em junho de 1963; e (e) Marcha da questão agrária no Brasil, em fevereiro de 1964. Em 1979, esses artigos foram reunidos em *A questão agrária no Brasil*, também pela editora Brasiliense. Recorro, aqui, à segunda edição da obra, também de 1979.

exuberância – não poderia, necessariamente, significar o desenvolvimento das condições de vida do trabalhador rural. Ao contrário, examinando o caso da lavoura canavieira no Nordeste, Caio Prado Jr. identificou que o progresso tecnológico foi acompanhado pelo aumento da concentração fundiária e da riqueza. Isso reduziu o espaço das lavouras de subsistência "[...] mantidas pelos trabalhadores e das quais eles tiravam o essencial de seu sustento" (PRADO JR., 1979, p. 29-30). Por isso, tendo que adquirir seus alimentos no comércio a preços mais elevados que o incremento de seu salário, "seu padrão e condições de vida, portanto, se agravaram" (PRADO JR., 1979, p. 30). Assim, concluía o autor:

> No que respeita à solução deste problema máximo do Brasil dos nossos dias [leia-se anos 1960], em que consiste em arrancar da miséria em que vegeta, na sua esmagadora maioria, a população rural do País, em lhe elevar os padrões de vida e lastrear com isso o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, que sem isso não passará nunca de uma aparência e superficialidade a disfarçar um profundo e real atraso, para se conseguir isso, é preciso fundar qualquer programa de reforma na consideração preliminar das circunstâncias gerais e fundamentais que estão na base da deplorável situação atual. É nisso que consiste essencialmente a nossa questão agrária (PRADO JR., 1979, p. 31-32).

Dois anos depois, em *Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, Caio Prado Jr. determinava os termos do que deveria ser a reforma agrária: a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida.

> Não é possível construir um país moderno e realmente integrado nos padrões econômicos e culturais do mundo em que vivemos, sobre a base precária e de todo insuficiente de um contingente humano como este que forma

> a grande massa da população brasileira (PRADO JR., 1979, p. 89).

O militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) definia, assim, os nexos da profunda relação de determinação mútua entre o padrão de desenvolvimento econômico e social do país e a questão agrária. E apontava como frentes de ataque da reforma agrária, ou princípios para o desbloqueio dos obstáculos ao desenvolvimento, (a) a extensão da legislação trabalhista ao trabalhador rural[9], em face da identificação – não confirmada pela história – de uma tendência ao assalariamento crescente no meio rural e (b) o favorecimento do acesso e utilização da terra pelo trabalhador, promovendo a desconcentração da propriedade fundiária (PRADO JR., 1979, p. 90).

Na famosa polêmica pecebista das décadas de 1950 e início de 1960 – acerca da prevalência de supostos "restos feudais" no Brasil, que nascera para o mundo como colônia de Portugal – que encontrou eco em autores da estirpe de Alberto Passos Guimarães (que propôs o conceito de "modernização conservadora" em 1972)[10], Caio Prado Jr. defendeu a tese de uma formação social brasileira propriamente capitalista, como resultado da expansão do capital mercantil. O historiador marxista buscou compreender o sentido da colonização, desvendando o processo de formação econômica, social e política do Brasil. Sua opção pela análise histórica larga encontrou a particularidade desse desenvolvimento. Para ele, o século XIX é o momento síntese de três séculos de colonização. Isso porque, ao mesmo tempo em que guarda os traços fundamentais da his-

---

9 Os direitos dos trabalhadores rurais só seriam equiparados aos direitos do trabalhador urbano – protegido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde 1º de maio de 1943 – pela Constituição Federal de 1988.

10 Cf. STEDILE, João Pedro (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). *A questão agrária no Brasil:* O debate tradicional – 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

tória brasileira, já aponta as bases para o futuro da construção nacional. Desse modo, o centro de seu longo trabalho intelectual está no exame das características constitutivas da colonização e da formação social brasileira, bem como dos caminhos para a superação dos obstáculos ao progresso econômico, social, político e cultural.

Caio Prado Jr. buscava a superação dos traços da formação colonial que permaneciam nas forças produtivas da primeira metade do século XX no Brasil, entre outras formas, na precariedade das relações de trabalho. O elevado grau de exploração do trabalhador rural integrava as contradições mais graves da sociedade e economia brasileira, mantidas vivas pelo passado colonial. A resolução da questão agrária estaria, assim, no quadro da revolução brasileira, como o momento de transição entre o passado colonial e o futuro da nação.

Na mesma época, outros autores dedicavam-se à questão agrária brasileira[11], afinal, a problemática estava na ordem do dia. No entanto, a exemplo de Caio Prado Jr., não se constituía em ponto de partida para a análise do Brasil para muitos intelectuais, mas, não raro, acabava sendo ponto de chegada ou traço constitutivo da expansão capitalista nacional pelo qual alguns passavam. Contemporâneo de Prado Jr., André Gunder Frank quase nunca é mobilizado para a reflexão do desenvolvimento econômico brasileiro, exceto no restrito círculo da Teoria Marxista da Dependência (TMD), ou da questão agrária brasileira. Ele desenvolveu importantíssima análise sobre a dimensão particular e especificamente capitalista da estrutura produtiva latino-americana, corroborando com o conceito de que a miséria do campesinato – a exemplo do que dissera o historiador marxista – não decorria de supostos "restos feudais".

---

11 Cf. STEDILE, João Pedro (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). *A questão agrária no Brasil*: O debate tradicional – 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

No texto *O inimigo imediato*, publicado originalmente em 1972[12], em Paris, Gunder Frank faz a seguinte indagação:

> [...] em que medida essa estrutura [de classes no campo] é diferente da estrutura de classes urbana e nacional na América Latina? A importância desta pergunta provém da resposta quase universal dada pelos cientistas e líderes políticos, tanto marxistas como burgueses, de acordo com a qual grande parte das regiões rurais latino-americanas ainda se encontra em um mundo "semifeudal" [...] (GUNDER FRANK, 2016, p. 398)

No entanto, prossegue o autor: "será que a América Latina realmente conhece uma economia e uma sociedade 'dualistas', que compreendem um setor no qual 'sobrevive' um conjunto de relações de produção feudais ou semifeudais e mesmo uma estrutura de classes não capitalista?" (GUNDER FRANK, 2016, p. 398). Seu jogo de perguntas e respostas, na verdade, significa a interpelação da problemática sobre a natureza da revolução latino-americana, num quadro sócio-histórico e político no qual ainda ecoava a estratégia "democrático-nacional" do Partido Comunista Brasileiro.

Assim, é no interior do debate acerca do caráter da revolução que o autor encontra e encaminha o problema agrário latino-americano:

> Em vez de nos perguntarmos qual é o grau de isolamento e de "feudalismo" dessa "oligarquia" rural, devemos tentar compreender como a burguesia latifundiária se liga comercialmente aos principais monopólios comerciais e industriais das cidades [...] (GUNDER FRANK, 2016, p. 398).

12 Utilizo aqui o texto publicado em LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América:* uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Shilling e Luís Carlos Borges. 4. ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 394-399.

Ou ainda:

> [...] como a exploração capitalista colonial gera e mantém as relações de produção nos latifúndios e a estrutura de classes no contexto das zonas rurais latino-americanas, que podem parecer superficialmente "feudais", mas que tornam possível essa exploração capitalista (GUNDER FRANK, 2016, p. 398-399).

Em seu texto seminal publicado na *Monthly Review* de setembro de 1966, *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*, Gunder Frank elucida que o subdesenvolvimento nunca foi um estágio do desenvolvimento capitalista ou condição prévia pela qual passavam todas as formações sociais para, depois, saltar rumo ao desenvolvimento. O subdesenvolvimento sequer poderia ser explicado por ele mesmo, como reflexo de suas estruturas econômicas, sociais e culturais internas; ao contrário, trata-se de produto histórico de suas relações econômicas, enquanto país satélite dos países metropolitanos. O subdesenvolvimento, assim, seria parte essencial da estrutura global do capital.

A despeito da originalidade de sua elaboração teórica, sua argumentação desmonta também o ponto de vista historicamente insistente segundo o qual o desenvolvimento interno do subdesenvolvimento, ou das áreas mais subdesenvolvidas dos países subdesenvolvidos, se dá pela difusão de capital, instituições e valores oriundos das metrópoles capitalistas. Em sua crítica, Gunder Frank afirma que: "[...] o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos só pode ocorrer atualmente [leia-se na década de 1960] de forma independente da maioria dessas relações de difusão" (GUNDER FRANK, 1966).

É nesse texto que Gunder Frank elabora sua "crítica à razão dualista" – como Francisco de Oliveira intitulará, poucos anos depois, sua mais importante obra, publicada em 1972, sem qualquer diálogo explícito com

o economista alemão. Conforme afirma Gunder Frank (1966): "[...] creio que, em conjunto, a tese da 'sociedade dual' é falsa, e que as recomendações políticas a que conduz, se seguidas, só servem para intensificar e perpetuar as próprias condições de subdesenvolvimento que se supõe que pretendem remediar". A expansão do sistema capitalista havia penetrado de modo efetivo até mesmo os setores que, aparentemente, se supunham isolados do "mundo subdesenvolvido", de forma que as relações socioculturais e político-econômicas, registradas nas sociedades subdesenvolvidas, seriam produto do desenvolvimento histórico do capital. Estava formulado, assim, o problema do subdesenvolvimento, tanto no âmbito das relações internacionais, entre colônia e metrópole, quanto no plano das relações internas.

As instituições societais e as relações sociais de produção aparentemente subdesenvolvidas das zonas "atrasadas" decorreriam do processo de desenvolvimento capitalista. "O subdesenvolvimento atual [o autor escreveu em 1966] da América Latina é o resultado de séculos de participação no processo mundial de desenvolvimento capitalista [...]" (GUNDER FRANK, 1966). Desse modo, o subdesenvolvimento não é tributário da sobrevivência de instituições atrasadas e da "falta de capital" em determinadas regiões que permaneciam, à época, "[...] isoladas da corrente geral da história" (GUNDER FRANK, 1966), mas do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A satelitização dos países da América Latina, a exemplo de Argentina, México, Colômbia, Brasil, e até mesmo Paraguai e Chile, que se converteram nos séculos XVIII e XIX em centros de manufatura e de exportação – no mais das vezes, de produtos têxteis –, limitou estruturalmente seu desenvolvimento ou, dito de outro modo, sua incorporação efetiva ao centro dinâmico do capital como colônia bloqueou seu desenvolvimento autônomo. A industrialização e desenvolvimento prévio, assim, estiveram condicionados pelos humores da metrópole; o que ocorre, de igual

maneira, com as regiões mais subdesenvolvidas internas aos países satélites, pois afirmaram-se historicamente como tal em razão dos laços mais estreitos estabelecidos com a metrópole no passado. "São as regiões que eram os maiores exportadores de matérias primas e as fontes principais de capital para a metrópole estrangeira e que foram abandonadas por esta quando, por uma razão ou outra, os negócios decaíram" (GUNDER FRANK, 1966). Mais uma vez, Gunder Frank contraria a ideia comumente divulgada, segundo a qual o subdesenvolvimento regional é consequência de seu isolamento do capital e suas instituições.

A argumentação de Gunder Frank, desenvolvida sob a forma de hipóteses, sugere que o latifúndio nasceu como empresa comercial, criando suas próprias instituições que, durante certo período, permitiram seu desenvolvimento, enquanto o mercado nacional e internacional lhe demandou. Ao diminuir a demanda por seus produtos, instalaram-se no subdesenvolvimento. Assim, não são produtos da transferência das instituições feudais da Europa, se não respondem à dinâmica do mercado nacional e internacional, em que pese sua condição de dependência:

> [...] o crescimento do latifúndio e suas condições de servidão, ao parecerem feudais, na América Latina têm sido sempre e são uma resposta comercial à crescente demanda, e que não representa a transferência ou superveniência de instituições outras que se tenham mantido fora do alcance do desenvolvimento capitalista (GUNDER FRANK, 1966).

Em outros termos, o subdesenvolvimento não poderia ser superado pela expansão capitalista, uma vez que decorreria dessa expansão, como resultado do condicionamento do desenvolvimento dependente do capital europeu. Assim, ao invés de resolver o problema agrário ou remover os obstáculos representados pela empresa comercial estruturalmente atada

ao empreendimento colonial, a exemplo do latifúndio, o desenvolvimento capitalista o complexificava. Estava elaborada a crítica à razão dualista e a base da teoria marxista da dependência.

Em 1972, Francisco de Oliveira publicou seu mais importante ensaio acerca das transformações no plano das condições de expansão do sistema capitalista brasileiro; um texto combativo, de interlocução crítica com o "modelo da Cepal" – "[...] o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e a latino-americana" (OLIVEIRA, 2003, p. 32) –, que reforçaria a negação das formas de interpretação centradas no "dual-estruturalismo". Nele, o subdesenvolvimento é interpretado como uma produção da expansão do capitalismo, "[...] como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global [...]" (OLIVEIRA, 2003, p. 33). "Avessa ao economicismo, [a análise incorpora] o nível político ou as condições políticas do sistema [...]" (OLIVEIRA, 2003, p. 29) e os aspectos internos das estruturas de dominação, o que

> [...] teóricos do "modo de produção subdesenvolvido" quase deixaram de tratar, configurando a questão do desenvolvimento pelo prisma das relações exteriores. Deste modo, o conjunto da teorização sobre o "modo de produção subdesenvolvido" continua [ou continuava até aquele momento] a não responder quem tem a predominância: se são as leis internas de articulação que geram o "todo" ou se são as leis de ligação com o resto do sistema que comandam a estrutura de relações (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

Curioso notar que, a respeito do "conjunto da teorização sobre o modo de produção subdesenvolvido", Francisco de Oliveira está se referindo à obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicada em 1970 por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e não ao texto de

1966 de Gunder Frank que, como vimos, foi a mais fecunda crítica ao dualismo estruturalista.

Entre seus argumentos centrais está o papel da agricultura no processo de industrialização, particularmente a função da agricultura de subsistência para a acumulação de capital, que ajudava a baixar o custo de reprodução da força de trabalho na cidade e, ao mesmo tempo, produzia um excedente para financiar a expansão de base urbano-industrial. De acordo com sua pesquisa, o moderno sistema bancário brasileiro mostrou essa relação entre as formas de subsistência e os setores mais avançados do capital (OLIVEIRA, 2003).

De certa forma, é possível dizer que Francisco de Oliveira expôs, então, como o problema agrário nacional e sua articulação com a acumulação de base urbano-industrial, que passava a ganhar fôlego, constituíam o baluarte da expansão capitalista brasileira. Conforme explicado por ele, décadas mais tarde:

> Tive que entrar em forte discordância com as teorias do atraso na agricultura como fator impeditivo, com a do "inchaço" das cidades como marginalidade, com a da incompatibilidade da legislação do salário mínimo com a acumulação de capital [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 130).

Derivou daí a explicação acerca do papel do exército industrial de reserva e do consequente nível de informalização do trabalho nas cidades, como parte do rebaixamento de seu custo de reprodução, também expressado pelas experiências de mutirão ou autoconstrução de casas na década de 1950 em áreas de ocupação urbana. Não se tratava, assim, de

> [...] uma adaptação darwinista às condições rurais e urbanas do processo da expansão capitalista no Brasil, nem "estratégias de sobrevivência", para uma certa antropologia, mas

> basicamente as formas irresolutas da questão da terra e do estatuto da força de trabalho [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 130-131).

Na fórmula clássica de Francisco de Oliveira, "a singularidade do subdesenvolvimento poderia ser resolvida não-evolucionisticamente a partir de suas próprias contradições [...]" (OLIVEIRA, 2003, p. 131), por meio da organização dos trabalhadores, via liquidação da alta exploração do trabalho e da reforma agrária, que eliminaria a fonte fornecedora do exército industrial de reserva e o patrimonialismo. "Mas faltou o outro lado, isto é, que o projeto emancipador fosse compartilhado pela burguesia nacional, o que não se deu [...]. O golpe de 1964 [...] derrotou a possibilidade aberta" (OLIVEIRA, 2003, p. 132).

Também em 1972, antes de redigir a última parte de sua mais importante obra – a interpretação de mais largo fôlego sobre a modalidade de capitalismo predominante no Brasil[13] –, Florestan Fernandes dedicou-se ao tema. Em ensaio preparado para a coletânea *Vida rural e mudança social*, organizada por Tamás Szmrecsányi e Oriowaldo Queda[14], o sociólogo identificava três tendências que persistiam no solapamento do dinamismo capitalista da economia agrária brasileira. A primeira seria a tendência de bloquear as transformações culturais da economia agrária, cuja consequência era a dissociação entre formas de produção e formas de comercialização agrária, mesmo com o progresso constante do capital no campo. Enquanto as formas de produção seriam variáveis capitalistas, pré-capitalistas ou até subcapitalistas, as formas de comercialização

13 Como se sabe, *A Revolução Burguesa no Brasil* foi redigida em dois momentos: as partes "As origens da Revolução Burguesa" e "A formação da ordem social competitiva", em 1966; e "Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente", em 1974.

14 Utilizo aqui o texto reunido na coletânea FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

seriam, geralmente, capitalistas. Com isto, os agentes econômicos – para ficar no campo conceito de Fernandes – estariam mais identificados com o capitalismo comercial, interessando-se pela mercantilização dos produtos. Ao mesmo tempo, essa tendência também estaria relacionada com a hegemonia da acumulação de base urbano-industrial, que se dava às expensas da economia agrária (interessante notar nesse ponto a afinidade entre a elaboração de Francisco de Oliveira e de Florestan Fernandes).

A segunda seria a produção de formas pré-capitalistas ou subcapitalistas de exploração do trabalho. Sobre ela, Fernandes notava a necessidade de maior investigação acerca de seus mecanismos – trabalho realizado de modo primoroso por José de Souza Martins (2010), ao abordar o problema da produção capitalista de relações não propriamente capitalistas de produção, a partir da investigação do colonato nas fazendas de café. Por fim, como derivação das tendências anteriormente expostas estaria, pois, o atrofiamento da intensidade do desenvolvimento capitalista no campo (FERNANDES, 2008, p. 178-179), que não foi confirmado pela história – pelo contrário, a pujança do desenvolvimento capitalista do campo ressaltou as contradições associadas à questão agrária.

Florestan Fernandes ainda identificava três fatores relevantes: (a) a dependência do Brasil pela economia agrária, dada a ausência de outras fontes de riquezas internas; (b) uma mentalidade aberta às novas formas de acumulação capitalista, a exemplo do fazendeiro de café que utilizava seu capital em cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo; e (c) a estratificação do meio rural, em razão do processamento mais lento das transformações com relação à cidade, de modo que o campo experimentou a coexistência de formas capitalistas de mercantilização com as subcapitalistas ou pré-capitalistas e as propriamente capitalistas de produção (FERNANDES, 2008).

Com isto, ao menos três categorias de grupos e indivíduos estiveram, para ele, na formação das classes sociais brasileiras, em face da estrutura e funcionamento da economia agrária: (a) os "agentes econômicos privilegiados", que operavam a expropriação capitalista diretamente; (b) os "agentes econômicos semilivres ou livres", assalariados ou não, que podiam comercializar o excedente da produção e empregar os ganhos como "técnica de competição" e "mecanismo de mobilidade social"; e (c) os "semiassalariados", reduzidos à pobreza, que convertiam o trabalho em mercadoria, com todos os obstáculos que o desenvolvimento desigual e combinado – o uso do conceito é por minha conta – desse processo implicava para a expansão capitalista brasileira. Trata-se, pois, da "dependência dentro da dependência", que produzia os "condenados do sistema",

> [...] os segmentos da população brasileira que suportavam os maiores sacrifícios, decorrentes dos custos diretos ou indiretos da existência de uma sociedade de classes e da prosperidade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da "civilização" e do "progresso" (FERNANDES, 2008, p. 184).

Esse padrão de estratificação social representava, para Florestan Fernandes (2008, p. 185), o "[...] mais grave dilema social brasileiro": sem a possibilidade de encontrar rota de saída no interior da ordem, em razão de seu caráter estruturalmente contraditório, a "revolução do mundo rural" estava bloqueada. Além disso, há a "inação das elites", por seus interesses em manter a ordem vigente: "[...] são os estratos 'mais modernos', 'ativos' e 'influentes' da economia agrária que encabeçam a cruzada contra qualquer mudança, que possa alterar a 'estrutura da situação' ou simplesmente ameaçar o seu poder de decisão e de dominação" (FERNANDES, 2008, p. 187).

Disso decorrem dois aspectos relevantes: o primeiro é que a modernização da economia agrária não significa fator de mudança social e, com frequência, aprofunda a concentração de renda e do poder; o segundo é que o tipo de mudança social fortemente combatido “pelos círculos privilegiados do meio rural” é aquele que poderia alterar a estrutura social, da economia e do poder (FERNANDES, 2008).

CAPÍTULO 2

O desenvolvimentismo realmente existente no Brasil

A partir dos anos 1930, a acumulação capitalista brasileira passa a se deslocar progressivamente do campo para a cidade, via investimentos maciços do Estado na expansão/diversificação da economia em direção a setores como transportes, geração e fornecimento de energia, infraestrutura urbana, comunicações, siderurgia, petróleo e mineração. Formava-se o que Fernando Henrique Cardoso (1977) chamou de tripé do desenvolvimento dependente (constituído pela empresa público-estatal/capital privado nacional/capital internacional ou transnacional), que atendia às novas exigências das forças políticas que saíram consagradas pela Nova República, em 1930, e para o qual se ajustou a hegemonia da cidade sobre o campo (sem eliminar o campo da cidade). Foi esta a revolução burguesa no Brasil conceituada por Florestan Fernandes (1975): uma revolução sem revolução, que estabeleceu o pacto *ad infinitum* entre as

frações burguesas de base urbano-industrial e as frações do latifúndio, sob a direção das primeiras.

Em 1956, quando a renda da indústria ultrapassou, pela primeira vez na história, a renda da agropecuária, o café ainda representava 69% do total de exportações brasileiras, caindo para 56% em 1960, quando o Brasil ainda respondia por mais de um terço das vendas mundiais do produto. Conforme o processo de industrialização nacional ganhou fôlego, a importância do café no Produto Interno Bruto (PIB) caiu significativamente – sob uma política cambial que favorecia a acumulação de base urbano-industrial, em detrimento das exportações (entre 1956 e 1960, as exportações de café decresceram 2,3% ao ano) (ALMEIDA, 2007, p. 67). Naquele mesmo período, a *tecnocracia estatal*, como chamou Octavio Ianni (1971), foi rearticulada pelo segundo governo de Vargas (1951-1954) – imediatamente após o governo do General Dutra (1946-1950) –, que incorporou o *planejamento estatal* de Juscelino Kubitschek (1956-1960), permitindo a penetração do capital transnacional com ainda mais força que nas décadas anteriores, especialmente aquele sob a proteção norte-americana[15].

A crise internacional de 1929 se fez sentir fortemente na economia brasileira, deixando explícita, desde então, a dependência do país ao capital externo e exigindo um tipo de expansão capitalista rumo aos setores de base urbano-industrial – o que contribuiu com a disputa política interna entre as forças do capital do campo e aquelas nascentes na cidade. A despeito de sua extensão, intensidade e alcance, essa crise veio à cena quando o capital já havia alcançado o que István Mészáros (2009) chamou

15 Octavio Ianni considera o Conselho Federal de Comércio Exterior, constituído em 1934, o primeiro órgão brasileiro de planejamento estatal. A este seguiram-se: o Conselho de Economia Nacional, estabelecido pela Constituição de 1937; a Coordenação da Mobilização Econômica, de 1942; além da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, de 1940, com finalidade de implantar uma usina siderúrgica que, no ano seguinte, criou a Companhia Siderúrgica Nacional, instalando a Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, 1973.

de "totalidade extensiva" e carecia, então, dirigir-se rumo a uma "totalidade intensiva", como resultado do impulso produtivo recebido ainda durante a I Guerra Mundial e o período de reconstrução dos países por ela afetados diretamente. Aliás, argumenta o filósofo húngaro, antes mesmo da I Guerra Mundial, os EUA já representavam a força mais dinâmica do capital. Embora tenham assumido a hegemonia do conjunto do sistema global do capital apenas depois de 1945, o New Deal significou o lançamento real das bases para o neocolonialismo, ao projetar o imperativo de uma nova expansão produtiva, registrando um dinamismo econômico incomparável, que se completaria apenas com o aparecimento do complexo industrial-militar (MÉSZÁROS, 2009, p. 804-805).

Para Mészáros (2009), o capital norte-americano comprometeu decisivamente o capital social total em seu impulso para a autoexpansão, promovendo, com isto, os chamados "milagres econômicos" – a exemplo dos casos alemão e japonês e o próprio "milagre brasileiro" da década de 1950 – como produto de uma racionalização do capital global e da formação de uma estrutura de relações econômico-financeiras com o Estado mais adequada à necessidade de deslocamento das contradições dos países centrais para os países da periferia do sistema. A crise de 1929, então, antes de impor obstáculos à expansão capitalista brasileira, forneceu estímulo para o realinhamento de algumas das mais importantes forças constituintes do sistema global do capital, consonante às relações de poder objetivamente alteradas, implicando positivamente o desenvolvimento das potencialidades capitalistas, outrora circunscritas à sua totalidade extensiva. Assim, se consolidaram a industrialização e a hegemonia da cidade sobre o campo no Brasil, no contexto: (a) de mudanças no imperialismo multicentral, ultrapassado do ponto de vista militar e político e perdulariamente intervencionista, para um sistema de dominação global, sob a hegemonia norte-americana, mais dinâmico e integrado; (b) de criação de um Sistema Monetário Internacional (SMI) e outros órgãos

importantes de regulação das relações intercapitalistas; (c) de exportação de capital em larga escala e, com isso, a perpetuação mais efetiva da dependência e do subdesenvolvimento, com o repatriamento de taxas de lucro elevadas para os países centrais, especialmente, os Estados Unidos (EUA); e (d) da incorporação relativa, em graus variáveis, de economias de todas as sociedades pós-capitalistas (do Leste Europeu) na estrutura de intercâmbios capitalistas (MÉSZÁROS, 2009, p. 806).

Não foi à toa que, entre 1956 e 1960, o total de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil saltou de US$ 64 milhões para US$ 150 milhões (ALMEIDA, 2007, p. 67), realizando uma espécie de adensamento da incorporação da economia brasileira à estrutura global do capital, como parte da cadeia de produção do valor. Como consequência, ocorreu uma profunda transformação estrutural da economia nacional, sem a exigência de uma ruptura total do sistema ou das relações internas. Não obstante, o "pacto estrutural que preservará modos de acumulação distintos", como chamou Oliveira (2003), deveu-se, no plano externo, à direção do capital social global rumo a sua totalidade extensiva (MÉSZÁROS, 2009). "A dependência brasileira em relação a capitais, tecnologia e *know-how* estrangeiro jamais ficou tão visível como nessa fase, situação aliás reconhecida pelo próprio Plano de Metas de JK [...]" (ALMEIDA, 2007, p. 67).

A economia nacional, que dependia do fluxo de capitais financeiros transnacionais, viu suas taxas de crescimento subirem significativamente entre as décadas de 1950 e 1970, registrando um crescimento acumulado do PIB de 99,03%, 80,33% e 131,26%, para os anos 1950, 60 e 70, respectivamente. Isso fez vigorar entre muitos intelectuais, dos mais proeminentes à época, a crença de que o Brasil poderia alcançar padrão similar de desenvolvimento ao dos países centrais a quem, na verdade, estava condicionado, conforme demonstraram André Gunder Frank em 1966 e, mais recentemente, Leda Paulani, ao levantar a hipótese de que a industrialização se baseou na internacionalização da produção da "empresa

multinacional", sobretudo norte-americana, e, portanto, sob relações de dependência (PAULANI, 2008, p. 73-83). As remessas anuais médias, relativas a despesas de lucros e dividendos do IED, dos anos 1970 em diante só aumentaram: se naquele ano foi de US$ 314 milhões, em 1980 registrou US$ 969 milhões; US$ 2.589 bilhões, em 1990, e US$ 4.477 bilhões entre 2000 e 2004 (PAULANI, 2008, p. 86). Tratava-se do capital transnacional abrindo espaço para acumulação/valorização na periferia do sistema.

Um importante parêntese: quando o processo de reconstrução do segundo pós-guerra deu sinais de esgotamento, com a compressão das taxas de lucro e a aceleração da inflação nos EUA, que lideraram esse processo de acumulação, a cabine de comando do conjunto do sistema respondeu ampliando sua totalidade intensiva que, como corolário, fragilizou sua moeda. Isso produziu uma contradição insolvente no seio da economia norte-americana, que expressa os primeiros impulsos da crise estrutural do sistema global do capital. Se, por um lado, o capital norte-americano necessitava estimular o crescimento econômico como forma de manter sua posição hegemônica no sistema do capital e de tentar influenciar positivamente o capital social total; por outro, havia a necessidade imediata de frear o crescimento e impedir a derrocada da moeda, conforme explicou Leda Paulani (2008, p. 112). Diante da impossibilidade de frear o crescimento, face à natureza necessariamente expansionista do capital, as novas condições de acumulação passaram a afetar um conjunto mais amplo de dimensões e mecanismos de autodefesa do capital, gerando contradições no plano do capital social total. Não tardou para que, diante da crise, os norte-americanos rompessem o sistema de Bretton Woods, que vinculava o dólar ao ouro e, dois anos depois, Richard Nixon liberasse o dólar de seus grilhões, explodindo a crise das Organizações dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A crise do petróleo de 1973 abalou fortemente os EUA, motivando o Fundo Monetário Internacional (FMI), em encontro realizado em Kingston na Jamaica em 1976, a legalizar as

taxas de câmbio flutuantes, tornando responsabilidade de cada país a determinação da paridade de uma moeda com relação à outra.

Apoiada por François Chesnais, Leda Paulani considera esse o momento da emergência da dominância da valorização financeira: quando os "capitais multinacionais", sobretudo norte-americanos que circulavam na Europa, passaram a buscar outras formas de valorização, em decorrência do déficit do balanço de pagamentos dos EUA, a exemplo do local conhecido como Euromarket "[...] na city londrina, um espaço offshore em que depósitos bancários circulavam fora do território norte-americano e eram registrados em bancos situados fora dos Estados Unidos" (PAULANI, 2008, p. 112). Essas transformações provocaram a formação de um volume de capitais bastante significativo que buscava valorização exclusivamente financeira, "[...] num movimento que se desenvolveu ao desabrigo de qualquer tipo de controle estatal" (PAULANI, 2008, p. 112). Minha hipótese, porém, é que aquilo que Chesnais (1996, 2003, 2011) chamou de "crise do modo de regulação"[16] – que originou a

---

16 Segundo Chesnais (2003), a crise do modo de regulação fordista-keynesianista – para ficar no seu universo categorial – levou à mundialização financeira. Ou, dito de outra forma, as dificuldades de valorização do capital na esfera da produção empurraram o capital para formas de valorização na esfera financeira. A concorrência intercapitalista e a incorporação cada vez mais crescente e preponderante da ciência e tecnologia ao processo produtivo tornaram a produção mais onerosa. Sob tais condições, a contradição entre capital e trabalho se acirrou, e o Estado, ao mesmo tempo, teve sua capacidade de arrecadação e investimentos crescentemente comprometida. Com isso, surgiu a necessidade de remoção das barreiras protecionistas que representavam empecilhos ao processo de valorização do capital. Nos termos do autor francês, a forma de regulação adequada ao novo regime de acumulação passou a ser dada pelo capital financeiro, constituindo uma "dominância financeira". O "circuito longo" de produção de capital, representado pela aplicação do dinheiro no processo produtivo que, ao final, produz mais dinheiro, passou a ser dominado por uma forma "encurtada" de remuneração do capital, na qual o dinheiro se expande sem a mediação da produção, diretamente na esfera da circulação. Seria um "percurso abreviado", que cria a ilusão de que o capital pode realizar-se na esfera da circulação sem passar pela produção (CHESNAIS, 2003, p. 46-47). Em outro trabalho, o autor explica que: "estamos chegando ao fim de uma fase de acumulação de capital de duração excepcional, que passou por curtos períodos de retrocessos, mas não teve interrupções de fato. Daí a acumulação do 'dinheiro circulando como capital', ou aspirante a capital, ser absolutamente gigantesca. Esse efeito de alcance, multiplicado pela liberdade de movimentação planetária trazida pela liberação e pela desregulamentação, faz o dinheiro que se tornou capital erguer-se diante da sociedade como uma espécie de potência dotada de objetivos e movimentos próprios" (CHESNAIS, 2011, p. 190).

financeirização da economia global – significava, na realidade, o estreitamento da margem de viabilidade produtiva do capital (MÉSZÁROS, 2009), processo que comandaria seu deslocamento para a periferia do sistema, em busca de acumulação/valorização. Foi aí que o volume de IED no Brasil passou a subir vertiginosamente. A industrialização brasileira baseada na internacionalização da produção da "empresa multinacional" foi, para Paulani (2008, p. 89), "[...] apenas o substrato necessário ao desenvolvimento ulterior da verdadeira cabine de comando do capitalismo contemporâneo; a esfera financeira, agora, finalmente mundializada". Esse fato surgiu, portanto (tal qual a industrialização de outros países periféricos), como a necessária formação de uma plataforma de valorização financeira para o capital em crise, que, desde então, atingiu sua totalidade intensiva ou os limites absolutos do processo de acumulação/valorização (MÉSZÁROS, 2009). Ou como afirmou Paulani (2008, p. 88):

> Em outras palavras, enquanto a vinda do capital produtivo para a periferia dava uma sobrevida ao processo de acumulação estritamente produtivo – que perdera o fôlego após o esgotamento das possibilidades abertas pela reconstrução do pós-guerra –, já se preparavam as condições para a dominância financeira que advinha.

Vendo por esse prisma, a industrialização da periferia nunca foi um ciclo virtuoso, portador da possibilidade de lançar os países "subdesenvolvidos" para além da condição de dependência da qual padeciam, de que sofrem de modo irreversível no interior da ordem global do capital, como previra Gunder Frank nos idos de 1966. Ao contrário, tal como o processo nascente de financeirização da economia global indicava – ou da "crise do modo de regulação" que dará origem à "dominância da valorização financeira", para ficarmos no campo conceitual de François Chesnais (2003) e Leda Paulani (2008) –, a industrialização da periferia se completou graças

ao condicionamento do capital transnacional pelas primeiras manifestações da crise estrutural, ao que a periferia do sistema respondeu plenamente por força das relações de dependência[17].

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1960) integrou e diversificou a estrutura produtiva industrial nacional, sobretudo, do setor de bens de consumo duráveis, como no caso do setor automobilístico. E, paradoxalmente, tendo o Estado como indutor do investimento, promoveu um alto nível de internacionalização da economia, que culminou com aumento inflacionário e do déficit público, além de diminuição do investimento e consequente queda do PIB no início dos 1960. Esse quadro persistiu até 1967 e aprofundou a fratura social interna, como decorrência da integração para fora, sobrevivendo ao Plano Trienal que, fracassado, conduziu o país ao golpe militar de 1º de abril de 1964. Não foi à toa que, entre 1964 e 1967, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi um programa de redução de gastos e restrição creditícia, por meio do aumento das taxas de juros e depressão salarial.

O referido programa esteve associado às modificações na estrutura institucional da economia brasileira, que prepararam o período do "milagre" (1967-1973): retomada do investimento das estatais; formação de conglomerados por meio da criação de subsidiárias (a exemplo da Petrobrás e da então Vale do Rio Doce – que depois de privatizada, em 6 de maio de 1997, passou a se chamar apenas Vale); expansão de créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação; estímulo às exportações; e adoção de política fiscal e de crédito expansionistas, que geraram uma taxa de crescimento econômico médio anual no período de cerca de 11% (FIRMIANO, 2016). Ao final, o santo do milagre se revelara: a triplicação da dívida externa e os corolários da alta concentração e centralização de capital, arrocho salarial e aumento da concentração de renda.

17 Levantei esta hipótese ao analisar a expansão dos agronegócios no Brasil. Cf. FIRMIANO, 2016.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo militar (1974-1979) foi caracterizado pela desaceleração do crescimento, pela continuidade do endividamento externo e pelo aumento da taxa de inflação. Diferente do período do "milagre", baseou-se no apoio à indústria de bens de capital e insumos básicos, realizando investimentos via empresas estatais (por exemplo, o Projeto Carajás); diversificação da matriz energética (como o Proálcool); diversificação dos investimentos em setores de transportes, entre outras medidas que levaram o país a registrar um crescimento de 35% da indústria em 1979, puxado pelos setores metalúrgico, material elétrico e de transportes, papel e papelão, químico, têxtil e de alimentos. O governo Geisel (1974-1979) aproveitou a fuga de capitais do centro do sistema e buscou ampliar quantitativa e qualitativamente o crescimento econômico que o Brasil havia experimentado durante o período anterior, que, por impacto do choque do petróleo, diminuiu significativamente seu ritmo. Assim, o II PND, mesmo num momento adverso da economia mundial, foi levado a cabo para completar a matriz interindustrial brasileira, alterando a estrutura produtiva interna, já que o chamado Departamento I da economia (insumos básicos e bens de capital) estava defasado (PAULANI, 2008, p. 115).

Apesar desses esforços, o declínio do crescimento econômico não foi contido, e o país chegou ao final dos 1970 com altíssimos índices inflacionários, elevadíssima dívida externa e, consequentemente, sequestro de praticamente toda a receita de exportações para o serviço da dívida, pois a fórmula então adotada já não conseguia resolver o problema do financiamento interno da acumulação capitalista, redundando na financeirização da economia e das contas públicas (OLIVEIRA, 2003, p. 132).

Eis a confluência virtuosa: o capital do centro do sistema buscou ampliar sua escala de operações nos setores produtivos da periferia que, por sua vez, tinha no exterior sua única possibilidade de saltar rumo ao desenvolvimento, encontrando aí sua chance histórica de inserir-se na nova estrutura global que se constituia sob o esgotamento da expansão do segundo

pós-guerra. A produção da industrialização aparecia, simultaneamente, como a expressão da crise estrutural do capital e como a condenação da periferia – no caso, o Brasil – à reprodução da dependência.

Segundo a argumentação de Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012), o golpe militar de 1964 no Brasil lançou por terra o ideal desenvolvimentista, fundamentalmente: (a) ao converter o capital internacional em condição para o desenvolvimento, quando, na chave interpretativa da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), este era visto um dos mais importantes obstáculos para tanto; e (b) ao ver o problema da abissal desigualdade social interna como resíduo colonial sem grandes consequências para o dinamismo capitalista.

Restrito a um processo de industrialização e modernização, o desenvolvimento não poderia enfrentar o problema central que colocava em xeque a autonomia nacional e a integração social. Assim, "reduzida à relação entre acumulação de capital e modernização dos padrões de consumo, a problemática do desenvolvimento transforma-se em problemática do desenvolvimento capitalista" (SAMPAIO JR., 2012, p. 677). No entanto, à luz da teoria da crise estrutural do capital, o ideal desenvolvimentista nunca foi uma possibilidade aberta, senão sob a forma de um desenvolvimentismo realmente existente. Decerto, a compreensão comum entre os intelectuais cepalinos – segundo a qual as estruturas que produziam o subdesenvolvimento e a dependência eram produto de contingências históricas, que poderiam ser superadas pela vontade política nacional – foi arrasada pela hipoteca da economia nacional ao desenvolvimento do centro dinâmico do sistema do capital, podendo realizar-se somente sob a forma de um desenvolvimentismo realmente existente operado na transição da fase ascendente para a fase descendente do capital. Ao deflagrar-se, a industrialização nacional, como eixo do processo do desenvolvimento político-econômico e social, já estava condicionada ao padrão global da acumulação capitalista, assim como o próprio desenvolvimento nacional.

CAPÍTULO 3

O rural brasileiro sob a ótica do desenvolvimentismo

Guilherme Delgado (1986) destaca três momentos da industrialização do campo brasileiro. O primeiro, ao longo da década de 1950, marcado pela transformação dos meios de produção da agricultura, especialmente, a mecanização e a introdução do fertilizante químico NPK – sigla que designa a composição formada por Nitrogênio (N), Fósforo (P) e Potássio (K) – via importações.

O segundo momento, ainda na década de 1950, foi a implantação dos setores industriais de bens de produção e insumos básicos para a agricultura, como as primeiras indústrias de tratores. A partir daí, tem-se a fusão dos capitais intersetoriais, realizada sob o suporte da integração técnica da agricultura com a indústria. Trata-se da constituição e desenvolvimento do capital financeiro no campo, movimento decisivo para o dinamismo do setor nas décadas de 1960 e 1970, conformando o Complexo Agroindustrial (CAI). De acordo com o autor, esse dinamismo foi garantido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado pela

ditadura civil-militar em 1965; por novos blocos de substituição de importações de meios de produção para a agricultura, assegurados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), entre 1974 e 1979; e pelo afrouxamento cambial das transações externas (DELGADO, 1986).

O economista estudou as conexões entre o capital financeiro e a produção rural, indicando que a financeirização do campo se deu a partir de três aspectos: (a) a criação do sistema de crédito rural e os mecanismos de incentivos fiscais e financeiros pelo Estado; (b) a constituição do complexo agroindustrial, com a intensificação das relações interindustriais; e (c) as transformações operadas no mercado de terras pela imposição de uma lógica financeira de avalição dos títulos de propriedade, convertendo a terra em ativo financeiro (DELGADO, 1986).

Em trabalho mais recente, Guilherme Delgado (2012) voltou ao tema e, com o benefício do tempo, analisou a chamada modernização conservadora do campo brasileiro. Reiterando sua pesquisa da década de 1980, destacou que, se a expansão do crédito e da agroindústria nos anos 1970 criou as condições para a articulação das relações técnicas entre a agricultura e a indústria, nos 1980, a crise do crédito rural fez esse processo recrudescer apenas parcialmente. Além disso, o autor observa que a mecanização, basicamente a tratorização, esteve concentrada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; e que os sistemas agroindustriais "[...] constituem uma faceta moderna da agricultura brasileira, assim como sua diversificação e integração a múltiplas correntes do comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais" (DELGADO, 2012, p. 17). Porém, "[...] constituiria um reducionismo completo tratar dos complexos agroindustriais e do processo de mudança da base técnica de produção rural como se refletissem a totalidade do setor rural brasileiro" (DELGADO, 2012, p. 17). Tanto a agricultura do Nordeste quanto a coleta e extrativismo da Amazônia, por exemplo, cumpriram papéis distintos neste processo:

> [...] ora como reservatórios contínuos de mão de obra migrante para o setor urbano (no caso do Nordeste), ora como provedoras de novas zonas de apropriação capitalista das terras e da exploração de florestas nativas (Floresta Equatorial Amazônica e Cerrado) (DELGADO, 2012, p. 17-18).

A potência da industrialização do campo, bem como do adensamento da penetração de capital nas relações de produção agropecuárias, não foi homogênea, pelo contrário, impactou de modo bastante diverso as distintas regiões do país, sejam aquelas que experimentaram grande integração entre agricultura e indústria – ou implementação técnica e tecnológica –, sejam aquelas que se tornaram fronteira agrícola, ou ainda as que permaneceram cumprindo importante papel na industrialização com a agricultura de subsistência e/ou fornecimento de mão de obra para a cidade. Isso pode ser observado na heterogeneidade e complexidade das relações laborais do campo.

No âmbito das relações de trabalho, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capital no campo provocou importantes modificações nas formas de vida e trabalho até então prevalecentes. “O caboclo, sitiante, colono, morador, arrendatário, parceiro, vaqueiro, peão, volante, corumba, clandestino, índio, mestiço, caiçara [...] todos foram alcançados [...] pela acumulação capitalista” (IANNI, 1979, p. 89). Segundo dados da FIESP/CIESP, citados por Ianni (1979, p. 91), no que diz respeito à distribuição relativa da força de trabalho por setores, em 1940, a agricultura dispunha de uma participação de 64%, caindo para 43% em 1969. Entre 1970 e 1975, a mão de obra nas atividades agrícolas cresceu 19,75%, sendo que o Centro-Oeste e o Norte registraram aumento respectivo de 36,08% e 54,73%. Do total de crescimento da mão de obra nas atividades agrícolas em todo o país, cerca de 55% era formado por pessoas com idade inferior a 14 anos (IANNI, 1979).

> Há todo um longo e complexo processo de proletarização rural que precisa ser tomado em conta [...]. Ao mesmo tempo em que a agricultura é subordinada à indústria, em moldes capitalistas; que se desenvolvem as migrações rurais-urbanas; que se deslocam trabalhadores rurais do Nordeste para a Amazônia e o Centro-Sul urbano-industrial; que os colonos minifundistas dos Estados do Sul vendem suas terras, ou as deixam para seus familiares, e viajam em busca de mais terras na Amazônia; que se formam e se expandem empresas agropecuárias e latifúndios nas diversas partes e regiões do país; que ocorre o desenvolvimento intensivo do capitalismo no campo – ao mesmo tempo em que ocorrem todas essas transformações, o proletariado rural adquire um perfil cada vez mais nítido e desenvolvido. Muitos colonos, moradores, arrendatários e parceiros transformam-se em assalariados, de forma exclusiva. Uns continuam a residir nas terras do latifúndio, ou empresa, em que se empregam. Outros passam a residir fora dessas terras, em núcleos rurais, semirrurais ou urbanos. Dentre esses não-residentes, muitos transformam-se em assalariados temporários, volantes, peões, boias-frias, clandestinos e outras denominações dos temporários (IANNI, 1979, p. 94-95).

As fronteiras da Amazônia foram escancaradas sob a ditadura do capital, via incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelo Estado, principalmente para projetos agropecuários e extrativistas, por meio dos quais as empresas beneficiadas poderiam destinar a totalidade ou parte de seu imposto de renda para o investimento em novas empresas ou projetos. De acordo com Fiorelo Picoli (2006), a partir de dados da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de 1966 (ano de sua criação), até 25 de setembro de 2001, foram distribuídos R$ 10.684.474.105,07 para projetos dessa natureza nos nove estados que compõem a Amazônia Legal. A própria criação da SUDAM, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA) – que até 1966 se chamava Banco de Crédito da Borracha, criado

em 1942 por Getúlio Vargas – marcou a fase de expansão do capital na Amazônia. Entre 1964 e 1985, grandes empresas e projetos se instalaram na região, a exemplo do Projeto Jari S/A, Suiá-Missu, Codeara, Georgia Pacific, Bruynzeel, Volkswagen, entre outros, além daqueles que foram agraciados pelo Estado com grandes quantidades de terra, como Bradesco, Atlântica-Boa Vista, Bamerindus, Swift, Supergasbrás – dos quais muitos foram incorporados pelo capital transnacional ou já extintos (PICOLI, 2006).

A respeito do mecanismo de financiamento pelo Estado, na expansão do capital na Amazônia, Loureiro e Pinto (2005) apontam que boa parte dos empresários não investiu na criação de novas empresas na região, mas na compra de terras como reserva de valor, operando como capital especulativo e comercializando terras públicas adquiridas diretamente de órgãos fundiários do governo ou de particulares. Em outros casos, como o da Volkswagen e do extinto Banco Bamerindus, destacados pelos autores, simplesmente devastaram grandes extensões de florestas para a formação de pasto, ignorando a existência de largas áreas já existentes para essa finalidade.

Até a ditadura civil-militar de 1964, quase 90% das terras da região eram formadas por matas e terras incultas, exploradas por milhares de caboclos e ribeirinhos que viviam, basicamente, do extrativismo; aproximadamente 11% eram ocupadas por pastos e 1,8% ocupadas com lavouras, das quais apenas metade possuía título de propriedade (LOUREIRO; PINTO, 2005). Em 1960, cerca de 3,6 milhões de pessoas habitavam a Amazônia Legal; em 1996 já eram 18,7 milhões e, em 2005, 23 milhões de pessoas. Mas se entre as décadas de 1950 e 1970, 86,46% das terras eram ocupadas por estabelecimentos agrícolas de até 100 hectares, na década seguinte somente 35,3% das terras estavam em estabelecimentos menores que 100 hectares. “No ano de 1995, efetivou-se a concentração da terra, pois 99,8% das áreas passaram às mãos de estabelecimentos com mais de 100

hectares, e cerca de 75% destes para estabelecimentos com áreas acima de 1 mil hectares” (PICOLI, 2006, p. 38). Apenas a empresa Suiá-Missu chegou a adquirir 695.843 hectares de terra no estado do Mato Grosso; no Pará, 8 grupos econômicos dispunham de 6 milhões de hectares de terras (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Além de concessões, incentivos e créditos, o governo militar ainda promoveu a regularização das terras griladas por meio das Medidas Provisórias (MPs) 005 e 006, de 6 de junho de 1976, da Casa Militar da Presidência da República – algo que Lula da Silva também fez décadas mais tarde. O texto das MPs, citado por Loureiro e Pinto (2005, p. 81), é bastante elucidativo: “permite-se a regularização de propriedades de até 60 mil ha que tenham sido adquiridas irregularmente, mas como boa fé”. Com isso, “desenvolveu-se durante a ditadura uma convivência estreita de interesses e até uma conivência entre grileiros-empresários-aventureiros e órgãos públicos, especialmente federais com ação na região” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 82).

Até meados de 1960, a pauta de exportações da região Norte foi marcada pelo manganês do Pará (que correspondia a 62% do total) e pela castanha-do-pará (28%). A partir dos anos 1970, a extração de madeira e a criação de gado passaram a dominar progressivamente a região. Em 1985, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), citado por Loureiro e Pinto (2005, p. 85), revelou que dos 959 projetos incentivados pelo Estado até aquele ano, 628 eram agropecuários; do total, apenas 459 estavam em operação e menos de 10 eram considerados “bem administrados”.

Acerca da frente de expansão, José de Souza Martins (2009) produziu importantíssima pesquisa ao longo de quase duas décadas (1976-1992), mostrando as “formas coercitivas extremadas de exploração do trabalhador” *vis-à-vis* o progresso do capital na região. Em sua obra, *Fronteira: a*

degradação do Outro nos confins do humano (2009), registrou o progressivo deslocamento das frentes de expansão como um dos modos pelos quais se expressa territorialmente o processo de reprodução ampliada do capital. O sociólogo também encontrou uma modalidade específica de trabalho forçado, ou de escravidão, presente tanto na produção da fazenda, ou na chamada abertura de fazendas, como na produção de mercadorias nessas fazendas: a peonagem ou escravidão por dívida. De acordo com Martins (2009), a peonagem foi e tem sido responsável pela produção dos recursos utilizados pelo capital. Entre os grupos econômicos a quem pertenciam muitas das fazendas onde o autor encontrou essa forma radical de superexploração do trabalho estão: Agritec (GO), em 1990; Aracruz (ES), em 1980; Bradesco – Fazenda Rio Capim (PA), em 1967, 1976, 1980 e 1984; Fazenda Rio Dourado (PA), em 1984 e 1987; Fazenda Reunida Taina Recan (GO), em 1973; Mafra (AM), em 1980 e 1985; Shell (BA), em 1984; Volkswagen (PA), em 1983 e 1985; White Martins (RJ), em 1984; entre muitos outros (MARTINS, 2009).

A modalidade de exploração de trabalho que configura a peonagem, para Martins (2009, p. 82, grifo do autor), "*[...] se traduz em acumulação primitiva porque é, em parte, produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital*"[18]. Sua análise se concentra no processo de produção do excedente econômico que, nesses termos, não seria capitalista, apesar de o resultado ser o capital.

> Nesse sentido, o caso brasileiro recente mostra que a *expansão territorial do capital* e sua extensão às atividades agropecuárias não se dão exclusivamente, nem predominantemente, como resultado de reaplicação de capital num setor econômico novo. Ao contrário, elas se apoiam em incentivos fiscais e subsídios governamentais, de um

18 Em outro trabalho, refuto a tese de que tais manifestações decorrem de uma suposta acumulação primitiva, à luz da teoria da crise estrutural do capital. Cf. FIRMIANO, 2016.

> lado, e no uso não capitalista da mão-de-obra necessária à fundação propriamente dita do novo empreendimento. Ou seja, *a reprodução ampliada do capital, nesses casos, inclui a produção não capitalista de capital* (MARTINS, 2009, p. 83, grifos do autor).

A explicação de Martins (2009) reside nas contradições geradas no processo de reprodução ampliada do capital, que incluiriam distintas formas sociais e mediações formais. Para ele, a complexidade do real não pode ser reduzida a estruturas particulares de temporalidade única, que se vinculam através da articulação de modos de produção. Com isto, o sociólogo refuta como premissa metodológica a existência de relações sociais de uma única temporalidade (linear), admitindo a existência do trabalho análogo à escravidão "[...] em momento e circunstâncias particulares da reprodução do capital"[19] (MARTINS, 2009, p. 74). Diz ele:

> Essas formas coercitivas extremadas da exploração capitalista surgem onde o conjunto do processo de reprodução capitalista encontra obstáculos ou não encontra as condições sociais e econômicas adequadas a que assuma, *num dos momentos* do seu encadeamento, a forma propriamente capitalista (MARTINS, 2009, p. 74, grifo do autor).

19 Sua sofisticada elaboração teórica mereceria um capítulo à parte, mas na impossibilidade de fazê-lo, dados os limites deste texto, registro apenas que, em uma de suas mais importantes obras, *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*, José de Souza Martins desenvolve a ideia, que é também uma premissa metodológica, segundo a qual o desenvolvimento é ditado por temporalidades distintas; o autor lança mão de categorias como "modos de produção" e "formações econômico-sociais", igualmente presentes em sua clássica obra *O cativeiro da Terra*. Para o autor, a pujança do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro nem sempre revela, de imediato, a persistência no presente de certas "[...] estruturas, instituições, concepções, e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganharam vida própria" (MARTINS, 1999, p. 14). O passado se esconde atrás das aparências do moderno. É assim que o mais importante sociólogo da questão agrária brasileira interroga a história, como a história do progresso que não chegou ou chegou de forma lenta ou como que não se conclui, "[...] que não chega ao fim de período definido, de transformações concluídas. Não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer" (MARTINS, 1999, p. 11). O núcleo desse ritmo lento da história é o problema fundiário: "a propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País" (MARTINS, 1999, p. 12).

Na esteira do desenvolvimentismo realmente existente, o Nordeste também foi integrado à expansão capitalista brasileira forçadamente desde, pelo menos, a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952 e, sobretudo, com a fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, por Juscelino Kubitschek, cujos fundamentos teóricos e políticos foram dados por Celso Furtado. Oliveira (2016) destaca o deslocamento da produção industrial nordestina de bens de consumo não duráveis (têxteis, calçados, vestuário, alimentos) para bens intermediários, via política de incentivos fiscais e creditícios – principalmente pelo BNB – e investimentos de empresas estatais. Decorreram daí o Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, e o Complexo Minerometalúrgico no Maranhão. No campo, apesar da persistência da agricultura de subsistência e da pecuária extensiva no semiárido, houve a criação de extensas áreas de irrigação. No período de 1967 a 1989, a indústria elevou sua participação na economia regional, passando de 22,6% para 29,3%, assim como o setor de serviços, que passou de 49,9% para 58,6%; com isso, a região sofreu um encolhimento das atividades da agropecuária, que passaram de 27,4% para 18,9% no conjunto da economia (OLIVEIRA, 2016).

Nos idos de 1970, foram sendo gestadas quatro sub-regiões no Nordeste: (a) as áreas metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, onde foram instalados os maiores projetos industriais (polo têxtil e de confecções no Ceará; indústria de fiação/tecelagem, metalomecânica, química e de papel e celulose, em Pernambuco, e o polo petroquímico na Bahia); (b) a Zona da Mata, na parte da costa oriental, que engloba quase todo o estado do Maranhão, com a agroindústria da cana-de-açúcar, o cacau na Bahia, o babaçu e a madeira no Maranhão e o turismo, indústria e setor de serviços nas regiões não metropolitanas; (c) o Semiárido, com a persistência da agricultura de subsistência e pecuária extensiva; e (d) os polos de irrigação ligados à agroindústria moderna, como a área do Açu, no Rio Grande

do Norte, a das Corredeiras do São Francisco e Cerrado, na Bahia, e no sertão do São Francisco, no estado do Pernambuco (OLIVEIRA, 2016).

Tais transformações alteraram o padrão das relações de trabalho no Nordeste, em que pese a persistência das formas de superexploração e precariedade do trabalho. Mas ao priorizar investimentos em setores intensivos em capital, o Estado, via Sudene, promoveu a constituição de um núcleo, ainda que reduzido, de trabalhadores com relativa qualificação e integrados ao mercado formal e com acesso aos direitos do trabalho, particularmente nas regiões urbanas e metropolitanas, mas também no campo. Na região metropolitana da Bahia, por exemplo, entre as décadas de 1940 e 1970, enquanto a indústria registrou aumento de 16,5% para 26,1% da População Economicamente Ativa (PEA) e o terciário cresceu de 59,9% para 68,2%, a agricultura sofreu queda drástica de sua PEA, passando de 23,6% para 5,7% (OLIVEIRA, 2016).

Essa nova estrutura, porém, não eliminou o “autoemprego” e a “migração” de um contingente significativo de sujeitos excluídos dos processos produtivos. “O trabalho autônomo, informal, não só continuou sendo um refúgio ao desemprego nas áreas urbanas nordestinas, como foi intensificado nesse novo processo de industrialização da região” (OLIVEIRA, 2016, p. 53). No que toca à migração, Oliveira (2016) menciona que, entre 1960 e 1980, cerca de 4 milhões de nordestinos deixaram a região.

A ditadura civil-militar de 1964 promoveu, assim, uma profunda reestruturação produtiva do capital no país, que incidiu de diferentes formas em todas as regiões, graças ao processo de desenvolvimento desigual e combinado. Uma reestruturação que seguiu os passos do movimento do capital social total, na transição da fase de ascensão para a de decadência. O esgotamento do desenvolvimentismo realmente existente foi também o esgotamento de um determinado padrão de acumulação global de capital, que passava a esbarrar em seus limites absolutos. A crise estrutural se

converte no *modus operandi* inalienável da expansão capitalista global. A partir de então, a reestruturação produtiva permanente do capital ingressou em nova etapa, marcada pela necessidade de liberalização do capital, reorganização dos processos produtivos e de trabalho e readequação das estruturas de comando político (o Estado) e dos quadros institucionais de operação do capital.

CAPÍTULO 4

A reestruturação permanente do sistema do capital sob condições de crise estrutural

O primeiro governo eleito pelo sufrágio no Brasil depois de 21 anos de ditadura civil-militar iniciou a reorganização institucional do Estado com um "discurso neoliberal". À persistência da inflação e à falta de solução para a dívida externa, Collor de Mello respondeu com um plano de congelamento de preços; modificações da moeda (que passou de cruzados novos para cruzeiros, sem qualquer alteração substancial); reforma ministerial; mudança na política cambial, passando a ser flutuante com suposto controle do governo; ambicioso plano de privatizações (ou Plano Nacional de Desestatização – PND, Lei nº 8.031, de 1990), que começou pela Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA); abertura do mercado brasileiro ao capital exterior, eliminando os subsídios governamentais de vários setores; e a medida antipopular da retenção da poupança para aqueles que tivessem aplicações iguais ou superiores a 50 mil cruzeiros, e que deveria ser descongelada em 18 meses à taxa de 6% ao ano – o que nunca aconteceu.

Com o fracasso do Plano Collor I, veio o Plano Collor II, em 1991, com a criação do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF) e da Taxa de Referência de Juros (TR), entre outras medidas igualmente fracassadas em seu objetivo de conter a inflação e segurar os preços e a desvalorização do salário. Collor, no entanto, não durou muito. Depois de um governo atabalhoado e sob inúmeras denúncias de corrupção, caiu, dando lugar a Itamar Franco, o então vice-presidente (FIRMIANO, 2016).

No governo de Itamar Franco, a partir de 1992, a operacionalização institucional da conversão do país em plataforma de valorização financeira ganha mais fôlego, através da internacionalização do mercado brasileiro, dos títulos públicos e securitização da dívida externa; além da própria desregulamentação do mercado financeiro e da abertura do fluxo internacional de capital, muito importantes para o novo padrão exportador de especialização produtiva. O "sucesso" do Plano Real e do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC) – que deixou o cargo um mês após a entrada em vigor da mudança da moeda para se candidatar à presidência do país –, criou as condições para a ampliação das medidas políticas em favor dos novos rumos do país: seu ajustamento e ingresso na nova ordem global do capital.

Leda Paulani sintetizou algumas das medidas mais importantes adotadas por FHC em seu primeiro mandato: (a) a aprovação da lei de responsabilidade fiscal, que sobrepõe os direitos dos credores a quaisquer outros; (b) a conclusão do processo de abertura da economia, iniciada por Collor de Mello; (c) a privatização de empresas públicas de setores estratégicos, como da energia elétrica e das telecomunicações – financiadas pelos fundos públicos; (d) a elevação da taxa real de juros a níveis estratosféricos (ultrapassando, em algumas ocasiões, 40%); (e) a aprovação de emenda constitucional que isentava recursos aplicados em bolsas de valores da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) – imposto hoje não mais existente; (f) a isenção de imposto de renda sobre a

distribuição de lucros e sobre a remessa de lucros ao exterior; e (g) a valorização da moeda até explodir a crise cambial, em 1999 (PAULANI, 2010).

No entanto, o crescimento dos passivos externos brasileiros explodiu em 1999, de tal modo que nem mesmo o fluxo de capitais pôde financiar a dívida, levando a uma desvalorização acumulada que, no primeiro trimestre daquele ano, fez evaporar US$ 10,75 bilhões (CARCANHOLO, 2010). Foi justamente a partir daquele momento que a busca incessante pelo superávit primário passou a reger, institucionalmente, um conjunto articulado de medidas para a economia nacional, incidindo diretamente sobre o campo.

Quando Lula da Silva assumiu em 2003, prosseguiu com outro pacote de medidas que vinham operando a reorganização do capitalismo e do Estado brasileiro desde Collor, mas dessa vez legatário do padrão exportador de especialização produtiva, supostamente justificado desde 1999 com a crise cambial, da falsa alternativa via produção de superávit primário.

Paulani (2010) apresenta a síntese dessas medidas: (a) a elevação do superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB, acima das exigências do FMI; (b) o aumento da taxa básica de juros de 22% para 26,5% ao ano; (c) o corte de liquidez; (d) o pagamento de um serviço da dívida que chegou a bater na casa dos 8% do PIB; (e) reforma do sistema previdenciário que escancarou de vez as portas para os fundos de pensão; (f) lei de falências que torna gerentes da massa falida os que representam os interesses dos credores do sistema financeiro; e (g) a autonomia do Banco Central (PAULANI, 2010).

Com o caminho aberto pelos governos civis desde o fim da ditadura civil-militar, Lula da Silva dispôs de uma sólida reorganização institucional do capital que lhe permitiu seguir o caminho da integração do Brasil com o mercado internacional, com uma imensa "vantagem comparativa" com relação aos seus predecessores: condições externas favoráveis,

com liquidez internacional, baixas taxas de juros e crescimento da economia chinesa.

Em seu segundo mandato, o governo emplacou o Plano Plurianual (PPA), que abarcava o período de 2004 a 2007, para valorização do consumo de massas e ampliação do mercado interno, estimulando alguma formalização (estruturalmente precarizada) do mercado de trabalho. Além disso, promoveu uma espécie de inclusão social via crédito pessoal e programas de transferência de renda, em especial, o Programa Bolsa Família, que produziram importantes efeitos sociais, como a redução de 17,8% do índice de concentração de renda, o Índice de Gini.

O país experimentou a fórmula do “crescimento baseado no consumo”, ancorado em altos investimentos em infraestrutura. A irradiação da crise financeira global, iniciada nos EUA em 2008, não se fez sentir imediatamente no Brasil, sendo protelada por políticas anticíclicas, baseadas na desoneração fiscal, ampliação dos gastos públicos e de recursos voltados para o seguro-desemprego, além de medidas de emergência voltadas para setores estratégicos, a exemplo do setor automotivo (CARLEIAL, 2015).

Por algum tempo, a política de continuidade/aprofundamento das transformações institucionais do capitalismo nacional de Lula da Silva conseguiu promover o incremento do consumo popular e a expansão do mercado interno, com aumento do salário mínimo, do crédito consignado e crescimento do emprego. Porém, tudo isso foi afiançado pela erosão do mundo do trabalho, que a admissão do receituário neoliberal, visto como princípio intocável, promoveu concomitante à reestruturação produtiva do capital. Foi assim que assistimos com Lula da Silva à contrarreforma da previdência, já mencionada anteriormente; à instituição da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, que criou o contrato de trabalho por pequeno prazo; e à enorme expansão do emprego precário. Dos cerca de 21 milhões de empregos criados pelos governos do Partido dos

Trabalhadores, 94,8% foram com rendimentos de até 1,5 salário mínimo mensal. A grande expansão das ocupações de salário de base se deu no setor terciário, seguido pela indústria extrativa (POCHMANN, 2012).

Como afirmou Ricardo Antunes (2006), a reestruturação produtiva do capital tem lugar na economia brasileira ainda nos anos 1980, com a adoção, embora restrita, de novos padrões organizacionais e tecnológicos e novas formas de organização do trabalho, a partir da informatização produtiva, dos programas de qualidade total, da produção baseada em *team work*, entre outros. Nos anos 1990, esse processo se generalizou, com a intensificação da *lean production*, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho.

> Do mesmo modo, verificou-se um processo de descentralização produtiva, no qual indústrias tradicionais, como a têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, deflagraram um movimento de mudanças geográficas, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho e incentivos fiscais ofertados pelo Estado.
>
> No setor calçadista, por exemplo, várias fábricas transferiram-se da região de Franca, no interior de São Paulo, ou da região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, para estados do Nordeste, como Ceará e Bahia. Indústrias consideradas modernas, do ramo metal-mecânico e eletrônico, transferiram-se da Grande São Paulo para áreas do interior paulista (São Carlos e Campinas) ou deslocaram-se para outras áreas do país, como o interior do Rio de Janeiro (Resende) ou, ainda, para o interior de Minas Gerais (Juiz de Fora), ou estados como Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, entre outros (ANTUNES, 2006, p. 18).

Especialmente os processos de privatização e liberalização do capital financeiro, promovidos nos anos 1990, ampliaram o espaço para o movimento de concentração e centralização do capital. Entre 1991 e 1999, o

valor aproximado de transações do tipo fusões e aquisições no país foi de cerca de US$ 115 bilhões, envolvendo 1.162 transações. Tomando como referência os dados da *Securities Data* e da KPMG, Martins e Miranda (2000, p. 71) afirmam que tais transações se concentraram, nesta ordem de importância, nos setores: (a) financeiro (bancos e seguradoras); (b) alimentação, bebidas e fumo; (c) petroquímica; (d) siderurgia; e (e) eletrônico e autopeças. Quando considerados apenas os dados da *Securities Data*, ganham maior relevância os setores de extração de minérios, energia elétrica e telecomunicações. Nessas transações, as adquirentes, na sua enorme maioria, foram constituídas por empresas estrangeiras (cerca de 64,1%), a partir de subsidiárias já presentes no Brasil ou empresas estrangeiras que se instalaram na década de 1990 através de aquisição de plantas já existentes no país ou, ainda, consórcios de empresas estrangeiras formadas por ocasião das privatizações das estatais brasileiras. Quase um terço dessas empresas são de origem norte-americana (27,3%), sendo todo o restante da Europa (Reino Unido, Holanda, Espanha, Alemanha, França).

Às mutações organizacionais e técnicas do trabalho, seguiu-se o enorme enxugamento da força de trabalho, combinado com a flexibilização, terceirização e desregulamentação dos direitos sociais (ANTUNES, 2006). Para as famílias de baixa renda, entre 1992 e 2002, a taxa de desemprego subiu de 9,4% para 13,8% e, para os segmentos com maior remuneração, o desemprego saltou de 2,6% para 3,9%. No primeiro caso, isso significou a passagem de 2,7 milhões, em 1992, para 4,8 milhões de desempregados em 2003; no segundo caso, o contingente de 232 mil pessoas desempregadas, em 1992, saltou para 435 mil em 2003 (ANTUNES, 2011). A “explosão do emprego” dos anos 2000 não se sustentou a longo prazo – em agosto de 2018 o país registrava uma taxa de desemprego de 12,3%

do total da população economicamente ativa (PEA)[20] –, indicando a contradição existente entre um arranjo econômico neoliberal, avalista da reestruturação produtiva, e a manutenção de quaisquer ganhos no plano dos direitos.

Com o aprofundamento da crise internacional, deflagrada em 2008, o arranjo econômico que sustentava o desenvolvimentismo realmente existente dos anos 2000 revelou-se frágil. A começar pela redução do crescimento da China, que incidiu diretamente sobre a produção do superávit primário e sobre as contas externas brasileiras, não demorou até que houvesse desaceleração do consumo interno e, consequentemente, do crescimento econômico (que se baseava nesse consumo interno).

Já no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), as medidas anticíclicas perderam efeito, uma vez que os nexos da dependência brasileira ao capital transnacional financeiro e a enorme fratura interna da desigualdade social nunca foram seriamente enfrentados. Ainda no final do primeiro mandato, a presidenta aumentou o estímulo ao investimento privado, desonerando a folha de pagamentos e substituindo a cota patronal da previdência por contribuições variáveis sobre a receita bruta de acordo com o setor, em uma tentativa de combater o desemprego e oferecer maiores condições para a competitividade das empresas. Houve, assim, um esforço para reduzir o custo do trabalho para o capital, sem afetar negativamente a remuneração do trabalhador. Porém, no mesmo período, mantiveram-se os altos níveis de rentabilidade sobre o patrimônio líquido das empresas para o setor financeiro, com queda para a indústria de transformação. "Ou seja, em estruturas de mercado oligopólicas, com presença de empresas multinacionais e sem cobrança explícita de contrapartida,

20 Desemprego recua para 12,3% em julho, mas ainda atinge 12,9 milhões de pessoas, diz IBGE. **Portal G1**. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/30/desemprego-fica-em-123-em-julho-e-atinge-129-milhoes-de-pessoas-diz-ibge.ghtml. Acesso em: 1 set. 2018.

fica difícil induzir o setor privado a usar os recursos na direção esperada" (CARLEIAL, 2015, p. 207). Além disso:

> A conjugação do real apreciado e juros estratosféricos, na ausência de uma política industrial que reverta a vulnerabilidade externa, retrata-se na reprimarização da pauta exportadora brasileira; em 2000, a participação dos produtos manufaturados era de 60% e, em 2013, essa participação cai para 39,3% [...]. Como não poderia deixar de ser, a combinação juros-câmbio pressiona também, e de forma significativa, as transações correntes do nosso balanço de pagamentos (CARLEIAL, 2015, p. 207).

No primeiro trimestre de 2015, a economia recuou 0,6% em comparação com os três primeiros meses de 2014, e 0,9% em relação ao segundo trimestre de 2013. Com a queda nos investimentos, diminuição do consumo popular e retração do PIB, o Brasil entrou em crise. As quedas de 1,5% e 0,5%, respectivamente, na indústria e nos serviços ditaram o recuo do PIB à época[21]. Apenas as exportações de bens e serviços impulsionadas pelas vendas de produtos da indústria extrativa mineral (petróleo e carvão), da metalurgia e da agropecuária registraram aumento de 1,9% em 2014, em relação ao segundo trimestre de 2013. Apesar disso, os investimentos em máquinas para a produção, transporte, agropecuária, energia e construção civil – que indicam a capacidade de crescimento futuro por meio da capacidade produtiva e da infraestrutura – recuaram 5,3% na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2014[22]. O investimento público-estatal, que em 2010 representava 4,7% do PIB, passou para 4,4%

---

21 Economia recua 0,6% no 2º trimestre, e o país entra em recessão técnica. **Folha de São Paulo**. 29 ago. 2014 Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/08/1507743-pib-cai-06--no-2-trimestre-diz-ibge.shtml. Acesso em: 29 ago. 2014.

22 Idem.

em 2013; e entre 2010 e 2014 a taxa de investimentos totais, público e privado, diminuiu de 19,2% para 16,5%[23].

A presidenta pelo Partido dos Trabalhadores, antes mesmo de assumir seu segundo mandato, insistiu nas metas de superávit primário, elevando os juros e promovendo cortes nas chamadas áreas sociais. Em maio de 2015, o governo anunciou o contingenciamento de R$ 69,9 bilhões, dos quais R$ 25,7 bilhões eram do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que marcou o ilusório período do neodesenvolvimentismo; e quase R$ 7 bilhões do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Os Ministérios da Saúde e da Educação, respectivamente, sofreram cortes de R$ 11,7 bilhões e R$ 9,4 bilhões. Na ocasião, o governo também anunciou uma projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB) e corte de R$ 65,1 bilhões na receita líquida esperada para 2015, como resultado da "recessão técnica" da economia. O anúncio também dava conta da ampliação de R$ 4,5 bilhões de previsão de gastos do Tesouro Nacional com a Previdência Social, em razão das desonerações da folha de pagamentos[24] – o que se tornou, pouco tempo depois, a justificativa para a proposta de contrarreforma da previdência social, que entrou em vigor em novembro de 2019. O estopim "[...] foi a evidência de um resultado nas contas públicas de R$ 32,5 bilhões, o que corresponde a 0,6% do PIB, que foi magnificado pela mídia, apresentado como resultado do descontrole das contas públicas [...]" (CARLEIAL, 2015, p. 209).

Conforme Luiz Gonzaga Belluzzo, "se formos olhar a política fiscal em 2015, ela levou a uma contração brutal da receita, porque a economia

---

23 Investimento público empaca no país. **Folha de São Paulo**. 31 ago. 2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/08/1508548-investimento-publico-empaca-no-pais.shtml. Acesso em: 31 out. 2014.

24 Governo federal anuncia corte recorde no Orçamento e freia investimentos do PAC. **O Estado de São Paulo**. 22 maio 2015. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-federal-anuncia-corte-recorde-no-orcamento-e-freia-investimentos-do-pac,1692585. Acesso em: 11 out. 2016.

vinha desacelerando. É como pugilista que foi para o *corner* e, para reanimar, lhe dá um soco na cabeça”[25]. Com isso, o desajuste do ajuste, como chamou Belluzzo, não foi capaz de atender a voracidade do capital. Quando o “neodesenvolvimentismo” ruiu, as fragilidades do bloco de forças que compunham os governos do PT, decorrentes de arranjos políticos de toda sorte, levaram à rápida recomposição de um novo bloco, a fim de garantir a margem de viabilidade produtiva do capital, que, pelas condições políticas internas, pôde ser encarnada pelo programa “Uma ponte para o futuro”[26]. Assim logrou o golpe, conduzindo Michel Temer ao governo e, dois anos mais tarde, o ultraconservador Jair Bolsonaro, via pleito eleitoral de 2018[27].

---

25 Belluzzo defende Dilma e diz que ela fez ‘despedalada fiscal’. **O Globo**. 26 ago. 2016. Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/belluzzo-defende-dilma-diz-que-ela-fez-despedalada-fiscal-19999497. 28/08/2016. Acesso em: 9 nov. 2016.

26 Trata-se do programa elaborado pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje MDB, e Fundação Ulysses Guimarães, em outubro de 2015, que estruturou o conjunto de políticas econômicas do governo golpista de Michel Temer. Cf. PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Fundação Ulysses Guimarães: Brasília, outubro de 2015. Disponível em: https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

27 Para uma breve aproximação acerca da ascensão de Jair Bolsonaro ao mais alto posto de comando do Estado brasileiro ver FIRMIANO, Frederico Daia. Sobre o bolsonarismo no Brasil: irracionalismo e esquizofrenia social. **Portal Brasil de Fato**. 25 out. 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/10/25/artigo-or-sobre-o-bolsonarismo-no-brasil-irracionalismo-e-esquizofrenia-social/. Acesso em: 8 jan. 2019.

CAPÍTULO 5

A reestruturação política e produtiva do campo brasileiro nos anos 1990

Na década de 1990, o campo seguiu experimentando transformações importantes, dessa vez, puxadas pela reorganização da estrutura global do capital. A começar pela privatização do setor público de fertilizantes, ainda no âmbito do Plano Nacional de Desestatização (PND), estabelecido no governo Collor de Mello em 1990, através do qual foram extintos o Instituto de Açúcar e Álcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC). A Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem) e a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) foram fundidas sob a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 1996. Os processos de transnacionalização do capital, financeirização da economia nacional e a conformação de um padrão de especialização produtiva centrado na produção de *commodities* foram exigindo novos instrumentos institucionais, como a Política Industrial e de Comércio Exterior, de 1990, que eliminou alíquotas para produtos importados sem similar nacional e tarifou setores intensivos em insumos (BARROS, 2014; GASQUES *et al.*, 2004).

Em 1991, em Assunção, no Paraguai, foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que, gradualmente, promoveu redução de tarifas entre seus membros e a unificação de tarifas externas. Particularmente para o grupo de produtos agrícolas, insumos e equipamentos, em 3 anos, as tarifas caíram de 32,2% para 14,2%. Igualmente, a evolução das negociações da Rodada do Uruguai do então GATT – o *General Agreement on Tariffs and Trade*, criado em 1947, que em 1995 deu lugar à Organização Mundial do Comércio (OMC) – estabeleceu um regime com menos intervenções estatais. Ao mesmo tempo, de 1991 a 1996, houve a implantação de um sistema de quotas e de licença prévia para exportação, fim dos subsídios diretos e indiretos, exceto nas zonas francas e no sistema *drawback*[28]. Em 1996, ocorreram a retirada do Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS) e modificações no instrumento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que passou a contar com outros dois instrumentos: o contrato de opções e o programa de escoamento da produção, ao lado da redução dos estoques do governo e da diminuição de seus custos de execução, resultando na transferência do financiamento público para o financiamento privado da atividade agrícola (BARROS, 2014; GASQUES *et al.*, 2004).

Até o Plano Real, em 1994, a produção capitalista no campo enfrentou obstáculos, como a falta de estabilidade dos índices inflacionários, uma vez que seu financiamento, inclusive no âmbito do Sistema Nacional de Crédito (SNCR), estava atrelado à taxa de inflação, enquanto seus lucros possuíam lastros nos preços dos produtos, que não acompanhavam o mesmo índice. Mesmo os esforços dos chamados "planos heterodoxos" (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I, Collor II) não foram capazes de evitar o endividamento do setor, comprometendo-o drasticamente com o capital financeiro. Desse modo, ante um crescimento anual médio de 3,7%

28 Trata-se de regime aduaneiro especial, que consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado.

entre 1991 e 1999, explodiu a dívida do setor, principalmente após 1995. Tal fato exigiu do governo de FHC, em 1995 e 1996, a desindexação dos preços mínimos de garantia, além da criação de instrumentos como o Prêmio de Escoamento de Produção (PEP) e as Opções de Venda em 1996 e 1997, buscando a equalização de preços de mercado ao preço mínimo. Além disso, a renegociação da dívida significou a transferência de parte significativa do ônus para o Estado (BARROS, 2014; GASQUES *et al.*, 2004). Assim, o setor chegou ao ano de 2000 representando 11% do PIB nacional (BARROS, 2014).

É importante registrar que, também nos anos 1990, o setor cresceu, com destaques para a produção de grãos que, puxada pela soja, teve um aumento de 42% da tonelagem, entre 1994 e 2003, e para a produção animal: a avicultura cresceu 16,7% ao ano no mesmo período, seguida pela suinocultura (12,4%) e bovinocultura (6,1%). Entre 1995 e 2002, o Brasil aumentou sua participação nas exportações mundiais com produtos agrícolas, passando de 2,67% para 3,34%. Entre 1990 e 2002, as exportações agrupadas nos agronegócios mais que dobraram (BENETTI, 2004). Mas, se de 1994 a 2003 as exportações de *commodities* brasileiras cresceram a taxas médias anuais de 4,6%, entre 2004 e 2013, esse crescimento anual médio saltou para 10,2%. "No caso específico do agronegócio (agropecuária mais agroindústria), suas exportações cresceram 270% de 2000 a 2010 (Mapa) [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento]" (BARROS, 2014, p. 103).

Saes e Silveira (2014) sintetizaram as transformações institucionais entre os anos de 1980 e 1990 nas cadeias produtivas do campo: (a) desregulamentação dos mercados e extinção dos institutos por produto, a exemplo do IAA e IBC, como já apontado; (b) extinção do Conselho Interministerial de Preços (CIP) e consequente desregulamentação dos preços no varejo; (c) redução da disponibilidade do crédito oficial e dos subsídios, com a extinção da Conta Movimento do Banco do Brasil, em 1986; e (d) maior

exposição ao mercado externo, a partir da Resolução nº 155 do Conselho Nacional do Comércio Exterior (Concex), de 1988.

No plano das cadeias produtivas agrícolas, o que se destaca é a desnacionalização das empresas e sua concentração nas mãos do capital transnacional. Para o assim chamado produtor rural, verifica-se, sobretudo nas áreas de fronteira, concentração e intensificação do uso de insumos modernos, com consequente aumento de produtividade, particularmente, na produção de grãos. Nos ramos do processamento, entre 1994 e 2013, foi o setor de alimentos, bebidas e fumo que experimentou o maior volume de fusões e aquisições. E, por fim, no varejo, houve uma progressiva introdução de grandes redes internacionais, sendo as três maiores empresas que atuam no Brasil controladas por grupos estrangeiros: Grupo Pão de Açúcar/Casino, Carrefour e Walmart.

Essas modificações foram seguidas pela difusão no Brasil do conceito de "cadeias de agronegócios", passando a orientar a reestruturação produtiva no campo. Conforme trecho a seguir, a agricultura passou a ser vista:

> [...] como um amplo e complexo sistema, que inclui não apenas as atividades dentro da propriedade rural (ou seja, dentro da "porteira agrícola", que é a produção em si) como também, e principalmente, as atividades de distribuição de suprimentos agrícolas (insumos), de armazenamento, de processamento e distribuição dos produtos agrícolas (MENDES; PADILHA JÚNIOR, 2007, p. 45-46).

Para essa concepção sistêmica, a agricultura é composta por três setores inter-relacionados e dependentes uns dos outros: suprimentos agropecuários; produção agropecuária; processamento e manufatura. Assim, o conceito de agronegócios, estritamente como descrição empírica, diz respeito à soma das operações de produção e distribuição de suprimentos nas unidades agrícolas e de armazenamento, processamento

e distribuição dos produtos agrícolas e bens produzidos a partir deles. Envolve, por conseguinte, serviços financeiros, de transporte, marketing, seguros, bolsas de mercadorias; empresas de bens e serviços destinados à agricultura, proprietários rurais, empresas processadoras, transformadoras, distribuidoras e demais integrantes da cadeia produtiva, do "fluxo" dos produtos e serviços até o consumidor final, apoiado por fortes subsídios e políticas governamentais (MENDES; PADILHA JÚNIOR, 2007).

Do ponto de vista organizacional, o sistema dos agronegócios está dividido em atividades: (a) operacionais, que atuam fisicamente com os produtos, com os produtores rurais, processadores e distribuidores; (b) fomentadoras, que são as empresas de suprimentos e insumos e fatores de produção, agentes financeiros, centros de pesquisa, assistência técnica etc.; e (c) coordenadoras, que regulam a interação dos distintos segmentos do sistema, como o governo, sindicatos, sistema financeiro, entre outros. As funções do agronegócio são compostas por sete níveis, e as instituições ou organizações estão envolvidas direta ou indiretamente com um ou mais desses níveis:

- suprimento de insumos à produção;
- produção;
- transformação;
- acondicionamento;
- armazenamento;
- distribuição; e
- consumo (MENDES; PADILHA JÚNIOR, 2007).

O que se pode notar é que:

> As transformações produtivas promoveram significativa alteração nas relações do campo com outros segmentos da agricultura, que se emanciparam formando novos

> segmentos produtivos setoriais. Com isso, a estrutura do antigo complexo rural, que contemplava a agropecuária como única atividade produtiva da agricultura, sofre profundas mudanças com a criação dos novos segmentos que ampliam a abrangência da agricultura, reduzindo a participação da agropecuária nesse complexo produtivo (GONÇALVES, 2005, p. 8-9).

Assim, o agronegócio consolidou "[...] segmentos e ramos de produção para atuarem de forma exclusiva com a agropecuária tanto a montante como a jusante" (GONÇALVES, 2005, p. 10). O complexo de agronegócios pode, assim,

> [...] ser visualizado enquanto uma estrutura de segmentos setoriais, onde a produção biológica passa a ser veículo estratégico para a combinação de insumos e instrumentos gerados fora dos campos e a ser fornecedora de bens intermediários para estruturas de agregação de valor, envolvendo empreendimentos em cadeias que se iniciam nas fábricas de insumos e maquinaria e finalizam-se nas estruturas de varejo (GONÇALVES, 2005, p. 11).

Além da estrutura técnico-produtiva, constituiu-se um amplo segmento de "agroserviços" voltado para todas as distintas cadeias produtivas do agronegócio, que vai desde os vinculados à preparação e logística até a assistência técnica de alta especialização e pesquisa e desenvolvimento. Há também o setor de intermediação, no qual atuam grandes empresas exportadoras ou de prestação de serviços financeiros, com a presença de *trading companies*, assessorias de comércio exterior e corretores de serviços financeiros, que fazem a ligação entre a estrutura produtiva e a negociação de papéis nas bolsas de valores e mercadorias.

Saes e Silveira (2014) trazem evidências empíricas dessa reorganização a partir das cadeias de produção, em particular, do café, do boi gordo e de grãos. No primeiro caso, surgiram novas estratégias de diferenciação, resultando em categorias diversas de produtos, como café de origem/da fazenda, orgânico, com certificado de qualidade e boas práticas agrícolas, certificado *fair trade*, entre outros. Além disso, as transações ganharam complexidade, por exemplo, o caso de uma empresa produtora e torrefadora de café com sede comercial em São Paulo, mas com produção agrícola em Minas Gerais e, também, em São Paulo. Assim, cada segmento de atuação assume formas distintas de transações, associadas à garantia de abastecimento de determinadas matérias-primas, com contratos de preferência na escolha, de "relacionais horizontais" mediados por certificadoras, de longo prazo etc., configurando o que os autores chamam de "caso de interdependência recíproca aliada à sequência" (SAES; SILVEIRA, 2014, p. 308).

No caso do boi gordo, há frigoríficos que possuem unidades de abate e centros de distribuição em vários estados do país, operando ora com produção em fazendas próprias e compra de terceiros, ora sob a forma de "integração vertical". As transações também se diferenciam quando se trata de boi rastreado – com destino principal para a União Europeia, com contratos de curto prazo e parcerias de longo prazo –; de boi não rastreado, em grande parte, adquiridos no mercado *spot* (operações na bolsa de mercadorias); além das transações de "animais magros" na entressafra, adquiridos de pecuaristas independentes. Importa destacar que a comercialização, desde a definição da carteira de clientes, está atrelada aos canais de suprimento de animais, aquilo que os autores chamam de "relação bicausal" entre estratégias de compra de animais e venda de carne bovina (SAES; SILVEIRA, 2014).

Por fim, o caso dos grãos, que registram modificações no padrão de comercialização, devido, entre outras causas, ao aumento da competição e da

concentração de capital do setor. Os autores afirmam que 80% da comercialização da produção nacional de grãos é das empresas transnacionais ADM (*Archer Daniels Midland Company*), Bunge, Cargill e Dreyfus – que também realizam o processamento. Entre as práticas de financiamento, destaca-se o que é chamado de *Barter*, que consiste em uma operação na qual o produtor adquire os insumos da empresa transnacional fornecedora (o pacote tecnológico), se comprometendo a entregar a produção para ela. Isso também é chamado de “interdependência sequencial” ou, ainda, “gerenciamento de risco” (SAES; SILVEIRA, 2014).

Essa profunda reorganização técnico-operacional dos agronegócios se deu concomitantemente ao processo de internacionalização do setor, tanto no plano comercial quanto patrimonial, conforme mostram os estudos de Maria Benetti (2004) e como já indiquei anteriormente. O ingresso do capital transnacional na economia brasileira seguiu a tendência geral de centralização de capitais, através da compra de empresas nacionais, resultando em maior concentração da produção, sob a forma de fusões e de aquisições de empresas que apresentavam problemas financeiros.

De 1994 a 2003, os dados da empresa KPMG registraram 312 operações de aquisição em categorias “doméstica” e “*cross-border*” (ou transfronteiriça) no setor de alimentos, bebidas e fumo. Benetti (2004) salienta que os números da KPMG não refletem a importância real do patrimônio das empresas nacionais, pois as aquisições domésticas incluem operações das filiais do capital transnacional já instaladas no Brasil. Assim, a partir de outros dados, a autora afirma que 47% das fusões e aquisições realizadas entre 1992 e 1998 ocorreram por conta das filiais estabelecidas no país que, se somadas às operações de *cross-border*, chegam a 80% do total dos negócios. Os setores mais alvejados pela onda de aquisição de empresas nacionais na década de 1990 foram os de laticínios e trigo; supridores de bens à agricultura; agrobiotecnologia e fertilizantes e defensivos, com objetivo de operar preferencialmente no mercado interno. Também

houve aquisições importantes nas áreas de processamento de soja, carnes de aves e suínos, e açúcar e álcool, para operar tanto no mercado interno quanto no externo. Empresas como – para citar apenas algumas – Parmalat, Bunge, Macri, Cargill, Dow Agrosciences, Monsanto, ADM foram as que mais adquiriram empresas nacionais no período analisado.

O trecho citado a seguir é bastante elucidativo quanto ao significado da internacionalização do agronegócio brasileiro nos idos de 1990:

> Sabe-se que as grandes empresas multinacionais desagregam o processo produtivo em densas redes, em âmbito mundial, e o controlam sob diferentes formas organizacionais. Constituem cadeias de produção globais, onde os elos se distribuem por um número cada vez maior de países. A decisão sobre qual o papel de cada parte no todo, em outras palavras, sobre a forma de inserção de cada filial/planta no processo global de produção, foge do controle dos administradores locais. São decisões concebidas globalmente, em função de estratégias de crescimento que visam ao interesse do grupo como um todo e não de cada uma de suas partes em particular. E isso até porque as empresas globais também estão sujeitas a regulamentações (barreiras à importação) de comércio vigentes nos diferentes países em que se implantam. Independentemente das sobredeterminações institucionais que estiveram a influenciar as formas concretas de dissociação territorial do processo produtivo pelas multinacionais, defende-se que a forma *commodity* de inserção comercial recente do agronegócio brasileiro nos mercados globais está relacionada às estratégias globais dos grandes grupos multinacionais. Aceita a premissa metodológica, pode-se concluir que a atuação das corporações globais no espaço brasileiro contribuiu para reforçar e dar novo alento a uma já conhecida divisão internacional do trabalho entre regiões centrais e periféricas e que alterações nesse quadro, em um horizonte de médio prazo, dependerão, de forma importante, do desenvolvimento e

> das estratégias das corporações globais (BENETTI, 2004, p. 220-221).

Cabe ressaltar que não foi somente no âmbito do latifúndio e da produção em larga escala que o capital operou transformações importantes, mas também no plano da funcional e recentemente chamada "agricultura familiar". A partir da orientação do Banco Mundial, *Brazil: the management of agriculture, rural development and natural resources* – segundo a qual a agricultura e a reforma agrária deveriam ser conduzidas pelo mercado e com o mínimo de intervenções governamentais possível –, pelo menos desde o ano de 1994 foi empregado um conjunto de esforços para integração da agricultura familiar ao agronegócio, conforme abordado em outro trabalho[29]. Em 1995, o governo de FHC lançou o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), que, em 1996, se transformou em Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ao lado do Banco da Terra. O primeiro, voltado ao financiamento da agricultura familiar, e o segundo, à política de reforma agrária, realizada através de mecanismos de mercado (FIRMIANO, 2016).

O ano de 1999 foi um ponto de inflexão do complexo processo de transformações, quando o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) publicou um documento chamado *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*, cujo objetivo era reorganizar a estrutura produtiva da agricultura familiar no país e viabilizar sua integração aos agronegócios. Simultaneamente, o governo promoveu o "relançamento dos agronegócios", como chamou Delgado (2010, p. 113), com iniciativas como: (a) um

29 FIRMIANO, Frederico Daia. *O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária*. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

programa prioritário de investimentos em infraestrutura; (b) o direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, particularmente da Embrapa, para operar em sintonia com as empresas do agronegócio; (c) a desregulação do mercado de terras; (d) mudanças na política cambial, tornando o agronegócio mais competitivo no exterior; e (e) a reativação do crédito rural. Daí em diante, consagrou-se o que chamei de padrão de desenvolvimento dos agronegócios no campo (FIRMIANO, 2016).

Na década seguinte, veio o *boom* das *commodities*, cujo valor médio de exportações anual alcançou a casa dos US$ 200 bilhões, puxado pela demanda chinesa. Como afirmou Guilherme Delgado:

> O que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda de terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciados no agronegócio (DELGADO, 2010, p. 117).

Ao longo dos anos 2000, os governos de Lula da Silva reconstituíram o crédito público bancário, a partir do SNCR, e retomaram os mecanismos de apoio e garantia da comercialização, através da PGPM. Além disso, assistimos à elevação dos preços da terra e dos arrendamentos rurais como reflexo desse *boom* e da liquidez de capital financeiro, associada aos subsídios da política agrícola e da própria desregulação do mercado de terras, resultando no aprofundamento da inserção externa das cadeias agroindustriais (DELGADO, 2010).

A complexa articulação de capitais – representada pela instalação de segmentos industriais, como agroindústrias, fábricas de fertilizantes, máquinas agrícolas; e de serviços, como comercialização, armazenagem, assistência técnica, produção agrícola e agropecuária – expandiu

consideravelmente o agronegócio ao longo dos anos 2000. Além disso, esse cenário imprimiu novo ritmo e dinâmica à expansão da fronteira agrícola e monopolizou territórios da produção agropecuária por meio do comando direto e indireto do processo produtivo, com sérios impactos para o mundo do trabalho no campo e para o relacionamento com a natureza, como veremos na segunda parte do texto. Assim, a questão agrária se reconfigurou, conectando-se às novas contradições do desenvolvimento dependente brasileiro e, simultaneamente, constituindo-se em vetor de transmissão do padrão destrutivo da produção capitalista.

CAPÍTULO 6

O (verdadeiro) caminho da servidão: a reiteração permanente da dependência

Como afirmou Leda Paulani, a expansão capitalista brasileira produziu uma espécie de crença segundo a qual "éramos dependentes, sim, subordinados, por certo, mas assistíamos a taxas de crescimento jamais vistas na história da economia do país", que poderiam nos levar ao mesmo patamar de desenvolvimento dos países do centro (PAULANI, 2008, p. 81). No entanto, conforme já indiquei antes, o ciclo da acumulação capitalista brasileira, principalmente sob a tutela militar, nunca foi tão virtuoso quanto parecia.

Com base nos dados do "Projeto Harvard sobre a Empresa Multinacional", realizado entre 1965 e início da década de 1970, Paulani (2008) afirma que cerca de US$ 1 bilhão em novos recursos foram transferidos anualmente para as subsidiárias norte-americanas nos países da periferia. Em contrapartida, retornava sob a forma de lucros e dividendos para suas matrizes algo em torno de US$ 2,5 bilhões. "O Brasil respondeu, ao longo

da década de 1970, por uma remessa anual média de US$ 314 milhões, relativos apenas a despesas de lucros e dividendos de investimentos diretos [...]" (PAULANI, 2008, p. 86). Interessante notar que, mesmo sob a chamada "crise dos anos 1980", essas cifras só aumentaram, saltando "[...] para médias anuais de US$ 969 milhões, US$ 2.589 milhões nas décadas de 1980 e 1990 e no período de 2000 a 2004, respectivamente" (PAULANI, 2008, p. 86).

Encerrado o ciclo de industrialização do desenvolvimentismo realmente existente, cujo centro foi a transnacionalização da produção, o processo de centralização e concentração de capital se avolumou:

> - De 1986 a 1990, as exportações mundiais cresceram à média anual de 14,3%, e o fluxo de investimento direto estrangeiro cresceu à média de 24,7%. Entre 1991 e 1993, esse crescimento foi, em média, de 3,8% e 12,7%, respectivamente, enquanto em 1995 foi de 18% e 40%.
> - Em 1995, 92% do estoque geral de investimento direto estrangeiro, medido pela saída, originou-se dos países desenvolvidos, mas 73% desse mesmo estoque, medido pelo ingresso, também se encontrava nos países desenvolvidos.
> - {Na década de 1990} Cerca de 90% das sedes das empresas transnacionais estavam localizadas em países desenvolvidos, enquanto 40% das subsidiárias se encontravam em países em desenvolvimento.
> - De 1994 a 1995, 90% do crescimento do investimento direto estrangeiro observado correspondeu a investimentos em países desenvolvidos.
> - Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Japão e França responderam por cerca de dois terços das saídas de investimento estrangeiro em 1995 (PAULANI, 2008, p. 86-87).

A concentração dos fluxos de investimentos entre os países centrais conduz Paulani (2008) a questionar o sentido da industrialização da periferia, sendo essa a condição necessária para a conversão do Brasil, anos

mais tarde, em plataforma de valorização financeira: primeiro nos idos de 1970, como forma de absorver o capital que vivia uma fase de liquidez, depois, como mercado emergente. Assim, a industrialização foi, em parte, uma produção do capital financeiro em expansão e, ao mesmo tempo, a condição para sua perpetuação. Se isso for verdade, quer dizer, se esse for realmente o significado da industrialização da periferia, argumenta a autora, então os próprios termos da dependência teriam se modificado, ou melhor, "[...] a própria natureza da relação que prende o capitalismo periférico brasileiro ao centro do sistema não pode mais ser definida como de 'dependência', pelo menos não no mesmo sentido em que o termo foi usado anteriormente" (PAULANI, 2008, p. 90).

Mas o "sentido em que o termo foi usado anteriormente" é o de uma relação assimétrica entre periferia e centro, de dependência política que comportava algum desenvolvimento econômico ou, no mínimo, um processo de industrialização, tal como propuseram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977). Tratou-se, assim, da admissão de um tipo de relacionamento que, mesmo sob o signo da dependência, possibilitava "ganhos mútuos". Mas a emergência da dominância financeira alterou os termos dessa relação, transformando o "consentimento à dominação", que viabilizava os supostos "ganhos da periferia" – no caso do Brasil, a industrialização –, em servidão financeira (PAULANI, 2008).

Entretanto, desde Ruy Mauro Marini (2017) – em larga medida tributário de André Gunder Frank –, o "sentido da industrialização", e sobretudo da dependência, possui um caráter distinto daquele proposto por Cardoso e Faletto (1977). No clássico *Dialética da Dependência*, publicado originalmente em 1973, o marxista brasileiro demonstrou como o processo de industrialização por substituição de importações na periferia refuncionalizou a dependência com relação ao centro do capital, revelando, pois, seu caráter estrutural (MARINI, [1973]/2017). Em trabalho acerca do ciclo do capital na economia dependente, originalmente publicado em 1979

no México, posterior à *Dialética da Dependência*, Marini ([1979]/2012) recorda que, na periferia, a industrialização tardia prolongou a fase que corresponde à produção de bens de consumo além daquela registrada pelos países centrais. Isso foi possível em razão da oferta externa de meios de produção (sobretudo maquinaria e equipamentos), que, para ele, teria sido o gatilho necessário para o avanço da industrialização, mesmo sem dispor de base própria de bens de consumo (habitual, ordinário e suntuário) e de um setor dinâmico de bens de capital. Desta maneira, a indústria manufatureira dos países dependentes se apoiaria no setor de bens de capital dos países centrais, sob a mediação do mercado mundial. Com isso, na periferia, ela dependeria tanto dos meios materiais da produção quanto das tecnologias, que exigem o pagamento de *royalties* ou assistência técnica e promovem a transferência de mais-valia (MARINI, 2012).

Esse processo, que no ciclo do capital é considerado por Marini (2012) como parte da "primeira fase da circulação", tem consequências drásticas na fase de produção e circulação (realização) da mercadoria. No primeiro caso, as condições anteriormente geradas tendem a acentuar a concentração do capital por circunstâncias próprias da produção, dado o desnível tecnológico entre os países centrais e os dependentes. Dinâmica essa que tende a se acentuar entre os capitais individuais que operam no interior da economia dependente, já que, enquanto alguns – sob a forma de capital/empresa estrangeira – possuem maior acesso às tecnologias que permitem baixar o custo da produção, outros – capitais/empresas que operam com baixo incremento tecnológico – terão um custo de produção mais elevado que só será "resolvido" no mercado via transferência de valor dos segundos para os primeiros sob a forma de uma mais-valia extraordinária. Isso porque, vendendo sua mercadoria pelo preço estabelecido ao nível da produção das empresas com capacidade tecnológica, as empresas com baixo incremento tecnológico obterão uma taxa de lucro maior. Assim, há uma maior concentração de capital por meio do mecanismo do lucro extraordinário (MARINI, 2012).

Diante da impossibilidade de aumentarem a produtividade, as empresas pequenas e médias elevam a taxa de mais-valia, como tentativa de elevar a taxa de lucro, seja aumentando a intensidade de trabalho, seja prolongando a jornada ou rebaixando o custo do trabalho, isto é, recorrem a formas de superexploração do trabalho. Importa destacar que o recurso à superexploração acaba por beneficiar o capital monopolista, "[...] posto que ali também se emprega força de trabalho cujo nível de remuneração obedece, em linhas gerais, ao nível médio fixado nas empresas que trabalham em condições médias" (MARINI, 2012, p. 30).

Lucros extraordinários e salários inferiores ao valor da força de trabalho são dois conceitos-chave na análise de Marini acerca do processo de produção na economia dependente. Mas a eles somam-se outros, destacados pelo autor: um que diz respeito a fatores extraeconômicos, que viabilizam o mecanismo da superexploração, tal como a produção do exército industrial de reserva, cuja tendência é crescer e debilitar as formas de reivindicação da classe trabalhadora; e o outro, a subordinação da produção ao exterior, impondo que "[...] os setores produtivos e as técnicas que empregam sejam impostos muitas vezes de fora, embora em função de sua dinâmica interna" (MARINI, 2012, p. 31).

No caso da segunda fase da circulação, ou da realização da mercadoria, Marini (2012) destaca a importância dos bens de consumo na economia dependente. Essa fase é prolongada, quando comparada com as economias centrais. Isso, no entanto, produz uma tendência contraditória, em razão da separação da estrutura produtiva das economias dependentes em relação às necessidades de consumo interno, graças a suas determinações externas.

O relacionamento entre as mercadorias produzidas e o consumo individual encontra obstáculos que decorrem das fases anteriores, como a produção. No plano do trabalho, isso significa uma escala salarial proveniente

da superexploração, abaixo do nível médio do valor da força de trabalho. Aqueles que conseguem auferir salários acima do valor médio os têm constantemente pressionados para baixo pelo papel regulador cumprido pelo salário médio com relação à escala salarial em seu conjunto (MARINI, 2012). No plano dos lucros, uma parte é deslocada para o exterior, por meio de alguns mecanismos de transferência de mais-valia, mas ressalta-se que essa parte que vai para fora da economia dependente acaba por restringir os limites em que opera a circulação da mercadoria nessa fase; ou seja, contribui para o estreitamento do mercado interno. E a parcela de mais-valia que permanece no mercado interno se divide em duas partes: uma delas é realocada para a produção e a outra se converte em gastos improdutivos para a aquisição de bens individuais daquele que a detém.

Consequentemente, a estrutura do consumo individual corresponde à estrutura de distribuição de renda, que, em razão dos mecanismos anteriormente expostos, tende a ser altamente concentrada. E mais: pelo fato de o "setor dinâmico" do mercado estar constituído pelos rendimentos do capital – e não pelo salário –, a estrutura da produção tende para os rendimentos do capital, excluindo a massa de trabalhadores do consumo, pois comparece no mercado com baixos salários. Essa segunda fase da circulação, ou da realização da mercadoria, tende, portanto, a orientar a produção, apartando-a das necessidades de consumo da classe trabalhadora.

Desse modo, os setores que produzem para o consumo popular têm pouco dinamismo, em contraposição aos setores de bens de consumo suntuário ou de bens de capital. Por decorrência, a limitação do mercado será compensada deslocando parte da produção – influenciada por esse movimento do capital – para o mercado mundial via exportação, concorrendo ainda para o processo o fato de que parte da mais-valia produzida internamente é transferida para fora (MARINI, 2012).

Como se vê, a análise de Marini acerca da economia dependente vai além do processo de industrialização, embora registre, com absoluta clareza, a inexistência de quaisquer "ganhos mútuos", conforme pretendeu a interpretação das *relações de interdependência* entre economias periféricas e de centro do capital. Para o autor, a dependência é "[...] entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência" (MARINI, 2017, p. 327). Dessa forma, "a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida" (MARINI, 2017, p. 327).

Marcelo Carcanholo (2013) faz importantíssimas observações sobre a categoria dependência como uma situação em cujos marcos a economia dominante se expande de modo autossustentado, embora, de forma contraditória, a economia dependente está condicionada pelo desenvolvimento daquela à qual se subordina. Não se trata de uma relação de "exploração" de um determinado país por outro. Marx já notava, lembra o autor, que se trata de "[...] falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalisticamente, como um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais" (MARX apud CARCANHOLO, 2013, p. 194), de forma que a categoria central de análise é o capital e não a "nação". Assim, "[...] a situação de dependência é fruto de um desenvolvimento desigual e combinado de leis de funcionamento do capital, em distintas partes do mundo" (CARCANHOLO, 2013, p. 194). É por essa razão que a análise de Marini privilegia o ciclo do capital nas economias periféricas, que têm nos diferentes mecanismos de transferência de valor o núcleo da caracterização da dependência, assim como na superexploração do trabalho, uma espécie de avalista da expansão capitalista.

Carcanholo (2013) destaca que a superexploração é uma categoria específica do capitalismo dependente, como mecanismo de compensação da transferência estrutural de valor, e que, por isso, não pode ser confundida com outras formas de elevação da taxa de mais-valia ou de exploração existentes no capitalismo. Esse mecanismo, assim, consistiria ainda na *causa sui* das relações de dependência. No entanto, quando examinados à luz daquilo que Mészáros (2009) chamou de equalização declinante da taxa de exploração diferencial, é possível observar a modificação interna dos nexos entre as economias centrais e as dependentes, justamente a partir dos obstáculos postos à expansão capitalista das primeiras, na qualidade de centro dinâmico do conjunto do sistema, em face da crise estrutural do capital, convertendo o desenvolvimento das segundas ao desenvolvimento mais amplo e generalizado de suas contradições estruturais. Diz Mészáros (2009, p. 1006):

> O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades "pós-industriais" estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital "liberal".

Na chave interpretativa do filósofo húngaro – diferentemente de Marini –, o desenvolvimento do modo de produção capitalista é inteligível sem os conceitos de capital social total e de totalidade do trabalho, cujo antagonismo tende a se modificar em função: (a) das circunstâncias socioeconômicas locais; (b) da posição relativa de cada nação na estrutura global da produção; e (c) do grau de desenvolvimento social global. Com isso, "a realidade objetiva das diferentes taxas de exploração – tanto no interior

de um dado país como no sistema mundial do capital – é tão inquestionável como são as diferenças objetivas nas taxas de lucro em qualquer período particular" (MÉSZÁROS, 2009, p. 1006).

Isso, porém, não altera a tendência fundamental do desenvolvimento global do capital à crescente equalização das taxas de exploração diferencial. O autor explica que, quando o capital nacional total – que não deve ser confundido com o capital social total – sofre um enfraquecimento relativo de sua posição na estrutura global do capital, buscará compensar suas perdas com o aumento da taxa de exploração sobre a força de trabalho que está sob seu controle direto, pois, se não o fizer, terá sua posição relativa ainda mais enfraquecida no modo como participa do capital social total. "Não pode haver nenhuma outra saída, senão pela intensificação das taxas específicas de exploração, as quais somente podem conduzir, tanto localmente como em termos globais, a uma explosiva intensificação social fundamental a longo prazo" (MÉSZÁROS, 2009, p. 1007).

Nas circunstâncias da transnacionalização das relações de produção, "[...] a equalização descendente das taxas de exploração diferenciais afeta cada um dos países capitalistas avançados, mesmo os mais ricos" (MÉSZÁROS, 2006, p. 37). Assim, sob as circunstâncias históricas da crise estrutural do capital, "[...]temos que enfrentar aqui uma tendência extremamente significativa e de longo alcance: o retorno da mais-valia absoluta, em uma extensão crescente nas últimas décadas, nas sociedades de 'capitalismo avançado'" (MÉSZÁROS, 2006, p. 38).

Isso quer dizer que a superexploração do trabalho, diante da conjuntura mencionada, não parece ser específica das economias dependentes. Acerca dessa categoria, Carcanholo (2013) afirma que, desde Marx, a superexploração não corresponde meramente a uma maior exploração ou elevação da taxa de mais-valia – que para Marx, vale dizer, é a "expressão exata" do grau de exploração da força de trabalho, cujo significado

na obra marxiana é de consumo/realização do valor de uso da força de trabalho a fim de satisfazer a necessidade de quem a utiliza. Nesse caso, essa exploração significa a valorização do capital a partir da extração de mais-valia ou excedente de trabalho não pago.

Em Ruy Mauro Marini (2017), a superexploração é precisamente o mecanismo de compensação da transferência de valor operada pela economia dependente, por isso não pode ser confundida com outros mecanismos da relação-capital para elevar a taxa de mais-valia ou a taxa de exploração. Nesse sentido, é possível dizer que a equalização descendente das taxas de exploração diferenciais evidenciadas pela globalização do capital tende a intensificar, de modo simultâneo, tanto os mecanismos gerais de elevação da taxa de mais-valia nas economias centrais, inclusive a superexploração do trabalho, quanto acentuar este que é um expediente da periferia do sistema do capital, ou das economias dependentes que, por seu turno, impactam negativamente o capital social total, constituindo um círculo vicioso do metabolismo social do capital do qual não pode escapar em nenhuma circunstância da ordem social vigente.

Desse modo, o Brasil se tornou um país com um importante setor industrial, legatário da Segunda Revolução e atropelado pela revolução molecular-digital – agora avassalada pela quarta revolução industrial, a da inteligência artificial – com forte agronegócio e uma estrutura de serviços simultaneamente moderna, diversificada e primitiva (a depender da ponta do consumo pela qual se puxa), um sistema financeiro desregulamentado e um setor bancário altamente concentrado. Tudo isso devido ao fato de o país ser tributário do desenvolvimentismo realmente existente, para o qual foram necessários drásticos ajustes da institucionalidade do Estado e da economia, operados desde o final da ditadura civil-militar, em meados dos anos de 1980, até 2020, ao aprofundar suas conexões com o capital social total, na esteira da globalização. Simultaneamente, a alta proporção da dívida sobre o PIB indica que, sem o capital financeiro transnacional, a

economia não se move. Em 2001, a dívida externa sobre o PIB representava 41%, sendo que apenas o seu serviço, os juros sobre o PIB, chegou a 9,1% (OLIVEIRA, 2003).

Francisco de Oliveira (2003) afirma ainda que a dependência financeira produz a dívida financeira interna, sendo a única política executada para tentar combater o ingresso do capital especulativo. Com isso, a produção anual do PIB depende de um endividamento na mesma proporção, reiterando a financeirização da economia que, por seu turno, alija os setores produtivos, conformando um ciclo vicioso.

Leda Paulani analisou a trajetória da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF ou FBKF) – o valor total dos investimentos em capital fixo, realizados por empresas públicas e privadas –, medida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos anos de 1970, 1980, 1990 e primeiros anos de 2000. A média da década de 1970 da FBKF/PIB foi de 23,1%; em 1980, caiu para 18,55% e, em 1990, foi ainda mais reduzida, 15,05%, chegando no período de 2000 a 2004 à média de 14,07%. Considerado a partir dos governos de FHC e Lula da Silva, o resultado da proporção FBKF/PIB foi o seguinte: 15,72% no primeiro governo de FHC; 14,55% no segundo e 13,47% no primeiro governo Lula (PAULANI, 2008).

Em contrapartida, as despesas anuais do país com os serviços de fatores de produção – que incluem lucros e dividendos de investimentos diretos e juros de empréstimos intercompanhias, de investimentos em carteira e juros de empréstimos convencionais –, no período de 1975 a 2004, saltaram de US$ 2 bilhões para US$ 23,7 bilhões, isto é, houve um crescimento de 1.085%, enquanto o PIB cresceu, no mesmo período, 129%. Ou seja, "[...] ao mesmo tempo em que o envio de renda ao exterior cresceu 10,9 vezes, o PIB cresceu 1,3 vez [...]" (PAULANI, 2008, p. 77). Ademais, se nos anos 1980 foram os juros de empréstimos comerciais que se destacaram – sendo, inclusive, responsáveis pela chamada "crise da dívida" –, nos anos

1990 as despesas de investimentos diretos, sobretudo, lucros e dividendos da internacionalização da produção, em grande parte decorrente dos processos de privatização, foram aquelas que ganharam maior importância. No início dos anos 2000, há outra alteração nessa dinâmica: a parcela mais importante dos gastos é composta pelas despesas dos investimentos em carteira. Mas, de qualquer modo, depois da década de 1980, o Brasil passou de importador para exportador líquido de capital.

Articulado à constituição de uma esfera específica de acumulação financeira, o Brasil passou a um padrão exportador de especialização produtiva, estruturado pelos segmentos das grandes cadeias globais dos setores primários, como os agronegócios (OSORIO, 2012), e sob o comando do capital transnacional e dos centros dinâmicos do sistema. Não é à toa que a partir dos anos 2000 o país experimenta um processo de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportações. Num artigo para o portal Correio da Cidadania, de 2012, Guilherme Delgado esclarece que a desindustrialização não significa apenas perda de participação relativa da indústria no PIB, mas a perda quantitativa e qualitativa do setor produtor de progresso técnico industrial, que resulta do desmonte dos núcleos de inovação da indústria, como nos setores ligados à química e petroquímica. Paulatinamente, ocorre um deslocamento da acumulação de capital voltada para o exterior, por meio do que o economista chama de "controle das vantagens comparativas naturais", por exemplo, via produção de matérias-primas do agronegócio, da mineração, da exploração de recursos ecológicos e naturais, que não promovem "efeitos de arrasto da inovação técnica industrial para a expansão". Portanto, a desindustrialização, no sentido expresso, está intrinsecamente ligada à reprimarização da pauta de exportações (DELGADO, 2012). É aí que a questão agrária brasileira retoma sua centralidade, reativada pelo padrão de especialização produtiva – alimentado pela financeirização da economia –, característica distintiva do novo padrão exportador.

Como argumentou Osorio (2012), não se trata de "extrativismo" ou "neo-extrativismo", categorias descritivas que desconectam as exportações de matérias-primas do fato de que são geradas em núcleos de produção reduzidos, destinadas ao mercado externo e a um pequeno mercado interno, com implicações negativas sobre os salários e as condições de vida. A emergência do padrão exportador de especialização produtiva seria uma expressão de que "[...] é a própria dependência que se reproduz, como modalidade particular do capitalismo e de inserção na acumulação mundial" (OSORIO, 2012, p. 105). Nesse caso, parafraseando Jaime Osorio, poderíamos dizer que é também a expressão de que é a própria questão agrária que se reproduz, como modalidade particular da dependência sob as condições de crise do capital. Ao mesmo tempo, como traço constitutivo do desenvolvimento brasileiro, são as estruturas historicamente ossificadas da questão agrária nacional que possibilitam essa emergência.

Dito de outra maneira, sob a marca da servidão – agora profundamente implicada pela lei tendencial da equalização descendente das taxas de exploração diferenciais, que induz à conversão do país em plataforma de valorização financeira e funcionaliza o novo padrão exportador de especialização produtiva –, o desenvolvimento econômico-social brasileiro tende a reproduzir as estruturas da questão agrária que, por sua vez, permanece na condição inalienável do próprio desenvolvimento servil, num círculo vicioso inquebrável no interior da ordem.

Na próxima parte do texto, examino mais de perto o que entendo ser o conjunto de contradições que compõem o centro crítico da questão agrária hoje e que incidem sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro na medida em que é produto de sua expansão. Busco me afastar da ideia de uma "nova questão agrária", justamente por entender que são as estruturas historicamente constituídas, como particularidade da expansão capitalista brasileira, que permitem, sob as condições globais

da acumulação/valorização do capital, a formação do novo padrão de especialização produtiva. Mas ao torná-lo estruturalmente possível, conectam-se a um novo conjunto de contradições associado aos limites absolutos do capital social total. Em consequência disso, resulta um novo centro crítico de contradições da velha questão agrária.

PARTE II
A EXPLOSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

CAPÍTULO 7

O novo centro crítico da questão agrária brasileira e suas contradições explosivas

Zander Navarro, um dos mais coléricos apologetas do capital, tem sido um enérgico defensor do argumento de que “[...] a questão agrária brasileira deixou praticamente de existir, pelo menos nos termos postos pelo passado social e político e segundo sua formulação clássica” (NAVARRO, 2014, p. 713). Para ele, a combinação de algumas tendências contemporâneas indicaria a morte da questão agrária. São elas: (a) o largo processo de urbanização, que levou a baixíssimos níveis populacionais no campo, com tendência à diminuição, de modo que (b) qualquer processo de redistribuição de terras não pode tocar a estrutura fundiária nos seus aspectos fundamentais (leia-se a alta concentração de terras e o padrão “bimodal” da agricultura brasileira), já que não haveria demanda social suficiente para exigir tal modificação; (c) a produção de *commodities* (que o autor denomina “agricultura comercial”), que só faz crescer junto com a demanda e os preços internacionais; (d) as “potencialidades produtivas brasileiras” (ou o que alguns economistas chamam de “vantagens comparativas”); (e)

a sanha mundial pelos biocombustíveis, que levará a (f) um crescimento progressivo da "agricultura comercial", baseada em um padrão "bimodal", concentrado cada vez mais na região Centro-Oeste (NAVARRO, 2014).

Prossegue o autor:

> Alguma dimensão de conflito social deverá permanecer, mas vai se tornando residual com o passar do tempo, reduzindo-se à esfera trabalhista, nas poucas regiões onde permanece importante um contingente de trabalhadores rurais assalariados (os conflitos centrando-se nos salários pagos, nas condições de trabalho, nos direitos previdenciários e em temas correlatos). As outras dimensões de conflito continuarão ocorrendo (talvez se intensificando), mas apenas no interior das cadeias produtivas, as quais devem se fortalecer cada vez mais, gerando conflito distributivo do "bolo total" da riqueza gerado em cada caso (por exemplo, entre a indústria processadora e os produtores integrados, situações que tendem a crescer). E, finalmente, conflitos entre o governo federal e interesses setoriais mais gerais (como o endividamento agrícola) ou mais específicos, como quedas de preços ocasionais de alguns produtos. Passivos históricos, como a apropriação fraudulenta da terra em diversas regiões e em épocas distintas, a essa altura, não têm a menor possibilidade política de que sejam revistos, tendendo a ser definitivamente legalizados (NAVARRO, 2014, p. 713).

Não é de se estranhar que Navarro (2014), ao analisar "o futuro do mundo rural brasileiro", identifique algumas de suas mais importantes tendências, porém sem problematizar o curso histórico de suas transformações ou quaisquer de suas consequências societais. Além disso, ao reivindicar que a questão agrária seria um problema clássico, de inspiração marxista, mesmo não tendo sido objeto da análise do próprio Marx, o autor ignora as contradições do processo de expansão do capital no campo. Assim,

no nível da atual configuração do mundo rural e, principalmente, de suas tendências, sua análise é evolucionista, extraindo daí uma consequência quase natural para o futuro do campo, movida por uma espécie de lei inexorável do desenvolvimento. Em outro trabalho, chamei essa racionalidade parcial e autorreferida de Zander Navarro de "cinismo burguês repleto de deformações ideopolíticas" (FIRMIANO, 2016).

De fato, muitas das tendências e contradições atuais do desenvolvimento do capital no campo brasileiro não estavam colocadas na ordem do dia "pelo passado social e político, e segundo sua formulação clássica" (NAVARRO, 2014, p. 713), e nem poderiam, já que se desenvolveram apenas nas últimas décadas, sobretudo face à crise estrutural do capital. Mas sua "evolução" só tem sido possível graças à sedimentação de certas estruturas, processos ou fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais denunciados pela "formulação clássica", que hoje atualizam-se através do desenvolvimento econômico e social brasileiro mediado pela dependência. É o caso, por exemplo, da concentração fundiária que, "segundo a formulação clássica", se constituía como um dos mais importantes obstáculos ao desenvolvimento econômico e cultural do Brasil, responsável pelos padrões mínimos de reprodução social de grande parcela da população. Do ponto de vista da expansão capitalista brasileira, esse "obstáculo ao progresso social" se converteu em *virtu* das "potencialidades produtivas" e garantia da integração nacional à estrutura global do capital (nos marcos da economia dependente e às expensas da integração para dentro, como já demonstrei na primeira parte). A *virtu*, porém, não elimina o fato de que a manutenção de tal estrutura fundiária deu forma (como parte de um conjunto de múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais e sociais) aos baixos padrões de vida e existência de uma larga parcela da população, e continua sendo uma das fontes da desintegração social brasileira. Além disso, ela enceta, sob as novas condições globais da reprodução capitalista, um novo conjunto de

contradições, como veremos adiante, com desenvolvimentos e tendências próprias e com legalidades particulares.

Trata-se de uma configuração dada pelo curso histórico da expansão capitalista brasileira, por sobre a qual se erguem novas contradições, que – por mais que disponham de uma lógica interna própria, sob a forma de "novas tendências" – só podem ser enfrentadas nas suas conexões mais complexas com a questão agrária. Nesse sentido, a forma de ser do desenvolvimento dependente nacional produz, agora, novos tipos de acumulação/valorização do capital global, viabilizando-os como particularidades históricas, simultaneamente ao processo de refuncionalização dessa particularidade em favor desse movimento em direção ao capital social total. Com isso, as estruturas originárias do problema agrário nacional, que viabilizaram o novo padrão de acumulação de capital, passaram a ser afetadas pela crise estrutural do capital como *modus operandi* permanente, modificando seu centro crítico. Isso significa que a própria questão agrária brasileira, como especificidade da expansão capitalista nacional, tornou-se um vetor de produção e reprodução de um novo conjunto de contradições explosivas que se generalizam pelo sistema social. Em outros termos, o "[...] incansável impulso do capital de transcender seus limites [...]" (MÉSZÁROS, 2009, p. 226) – absolutos – recoloca a questão agrária brasileira no centro do problema do desenvolvimento capitalista contemporâneo, por um lado, em razão da persistência de certas estruturas fundamentais da questão agrária; por outro, modificando a lógica interna de seu centro crítico.

O que estou chamando de centro crítico da questão agrária diz respeito a certas estruturas internas que produzem, reproduzem e irradiam alguns conjuntos de contradições que se vinculam ao *modus operandi* do capital sob condições de crise estrutural, como: (a) a concentração fundiária; (b) a intensificação do controle direto e indireto do capital transnacional sobre a exploração agrícola; (c) a utilização intensiva de fatores de produção

altamente destrutivos para a natureza e para a saúde humana; (d) a fome e o empobrecimento da dieta alimentar; (e) as formas contemporâneas de biopiratária; (f) os conflitos por terra, água e a violência no campo; e (g) a pobreza, a precarização permanente das relações laborais e a eliminação do emprego no campo. São essas, sumariamente, algumas das mais importantes tendências que, a meu juízo, atualizam a questão agrária, revigorando seu centro crítico e, ao mesmo tempo, passam a implicar o próprio desenvolvimento econômico e social do país.

Desde já, é preciso ter presente que os conjuntos de contradições apresentados a seguir devem ser considerados nas suas complexas conexões, muito embora apresentem particularidades e certa autonomia nas suas legalidades internas. Essa observação metodológica é importante para que não sejam rebaixadas como causas e efeitos diretos nas suas relações, ou meros reflexos uns dos outros. Por exemplo, as relações entre a pobreza rural e a concentração fundiária; entre o aumento de incidência de determinadas doenças e o consumo de agrotóxicos; e ainda entre a dinâmica da violência e a pressão por ativos fixos como a terra ou por recursos ecológico-naturais não podem ser reduzidas a relações de determinação direta sem as devidas e complexas mediações. Ao tentar extrair da realidade esse novo centro crítico da questão agrária, sob a forma de conjuntos de contradições que se interconectam e se determinam mutuamente, não estou propondo que sejam estabelecidas relações simplistas de causa e efeito, e sim a necessidade de uma profunda investigação de seus relacionamentos internos. Minha investigação até aqui indica algumas pistas acerca de tais nexos, cujas determinações múltiplas e complexas, insisto, ainda precisam ser estudadas.

7.1 A concentração fundiária

Em 2000, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça (FNRA), composto por 47 entidades de luta por reforma agrária, direitos humanos,

defesa do meio ambiente e da soberania alimentar e territorial, lançou a "Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar", propondo a inclusão de um inciso na Constituição Federal que limite as propriedades rurais em 35 módulos fiscais – referência utilizada pelo INCRA para estabelecer área mínima suficiente para uma família produzir e reproduzir as condições de existência, podendo variar de região para região, segundo as condições geográficas, qualidade do solo, entre outros. A proposta, que ainda prevê a incorporação das áreas acima desse limite pela União, afetaria pouco mais de 50 mil proprietários de terras no Brasil, resultando numa disponibilidade de mais de 200 milhões de hectares de terras[30].

Em setembro de 2010, o FNRA realizou um plebiscito nacional pelo limite da propriedade da terra em 23 estados e no Distrito Federal, e mais de meio milhão de pessoas votaram a favor da medida pela desconcentração da terra no país. No entanto, a campanha sequer foi capaz de projetar a questão de modo significativo, pelo contrário, no mesmo ano do plebiscito, veio a público um importante dado sobre a concentração fundiária no Brasil: durante os melhores anos do "neodesenvolvimentismo", mais de 100 milhões de hectares de terras foram incorporados pelo seleto grupo de cerca de 130 mil proprietários que concentram 318 milhões de hectares do território brasileiro. De acordo com os dados do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), em 2003, 112 mil proprietários rurais detinham 215 milhões de hectares de terra; em 2010, eram 130 mil proprietários controlando 318 milhões de hectares de terras. E vale dizer que esses números podem ser ainda maiores, uma vez que o cadastro é um instrumento de autodeclaração, podendo haver sonegação de informação[31].

---

30 Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/plebiscito-pelo-limite-da-propriedade-da-terra/342-plebiscito-popular-pelo-limite-da-propriedade-da-terra. Acesso em: 6 jan. 2022.

31 Ver Cadastro de imóveis do Incra em: www.incra.gov.br.

A fim de classificar as propriedades rurais e seguindo as recomendações da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) – no Programa do Censo Agropecuário Mundial 2020 – implementadas em 2016, o IBGE passou a adotar a categoria “estabelecimentos agropecuários” em lugar da categoria “imóveis rurais”, classificação anterior do Censo Agropecuário. Conforme anotou Gerson Teixeira (2019), essa opção metodológica tem implicações importantes, uma vez que a pesquisa passa a se referir ao “produtor” e não ao “titular” do imóvel. Com isso, áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor são consideradas como um único estabelecimento, desde que situadas no mesmo município (e atenda a outros requisitos). A categoria “produtor”, desse modo, não coincide com a categoria “titular do estabelecimento”. Assim, pode haver mais de um proprietário e apenas um produtor, entre outras situações similares (TEIXEIRA, 2019). Ademais, os dados do Censo Agropecuário (CA) de 2017 superdimensionam os microestabelecimentos, pois foram considerados unidades recenseáveis estabelecimentos que tivessem explorações agropecuárias, como fazendas, hortos, hotéis-fazenda, presídios, hospitais, entre outras não agrícolas.

A partir dessas definições, o CA/2017 contabilizou 5.073.324 estabelecimentos agropecuários com área acumulada de 351.289.816 ha, equivalentes a 41,4% da área territorial do país. Considerando a pesquisa desde a década de 1970, o que se nota é uma evolução baixíssima do número de estabelecimentos agropecuários, exceto no período de 1975 a 1995-1996, quando há um pico de crescimento e queda praticamente na mesma proporção, de forma que em 2017 o nível se mantém semelhante ao da década de 1970 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Número de estabelecimentos agropecuários – CA/IBGE.

6.000.000
5.800.000
5.600.000
5.400.000
5.200.000
5.000.000
4.800.000
4.600.000
4.400.000
4.200.000
1975 1980 1985 1996 2006 2017

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2017).

O mesmo fenômeno pode ser observado quanto à área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários (Gráfico 2).

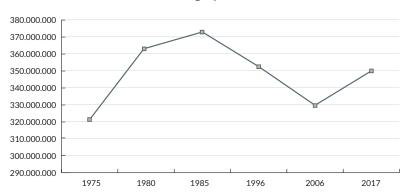



Gráfico 2: Área total ocupada, em hectares, pelos estabelecimentos agropecuários – CA/IBGE.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2017).

Quando observados por região (gráficos 3 e 4), os dados de 2006 e 2017 revelam que:

(a) na região Norte houve um aumento de 22% do número de estabelecimentos agropecuários, com aumento de 20,8% da área ocupada;

(b) a região Nordeste sofreu uma redução de 5,4% do número de estabelecimentos e redução de 6,5% do total da área ocupada;

(c) a região Sudeste registrou incremento tanto do número de estabelecimentos (5,1%) quanto de área ocupada (10,6%);

(d) a região Sul, que possui a maior participação na área territorial total do país (74,3%), registrou diminuição de 15,2% do número de estabelecimentos agropecuários, com incremento de 3,2% no total de área ocupada;

(e) e por fim, a região Centro-Oeste, que, a exemplo das regiões Norte e Sudeste, experimentou crescimento (9,2%) do número de estabelecimentos rurais e crescimento (6,6%) do total de área ocupada (IBGE, 2017a).

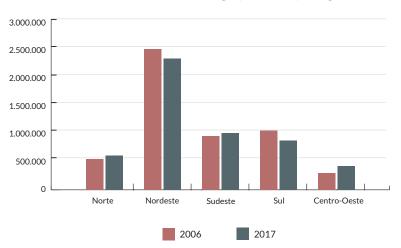



Gráfico 3: Número de estabelecimentos agropecuários por região – CA/IBGE.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2017).

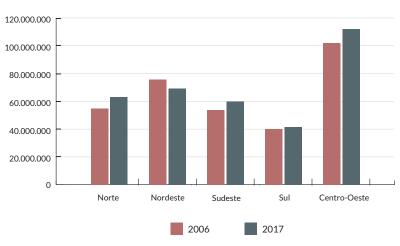



Gráfico 4: Área total ocupada, em hectares, pelos estabelecimentos agropecuários, por região – CA/IBGE.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2017).

A despeito das variações no número de estabelecimentos agropecuários e total de área em hectares ocupada no conjunto do território nacional, o padrão histórico de concentração fundiária brasileira permanece praticamente intacto, pelo menos nos últimos 50 anos, conforme mostrou Teixeira (2019).

A Oxfam, uma confederação internacional de organizações não governamentais fundada no Reino Unido na década de 1940, realizou um estudo acerca da concentração fundiária e da desigualdade a ela associada na América Latina, a partir de dados de censos agropecuários – no caso do Brasil, utilizando o de 2006 – e outros institutos de registro dos 15 países investigados. O relatório "Terra, Poder e Desigualdade na América Latina" revela que 1% dos estabelecimentos rurais concentra 51,19% da área total agrícola da região, sendo a Colômbia o caso mais extremo, onde 0,4% das propriedades reúnem 67% das terras produtivas. No Brasil, o índice de Gini para a distribuição de terra era 0,87 – o índice vai de 0 a 1, quanto

mais próximo de 1, maior a desigualdade –, e o país ocupava a quinta posição do ranking latino-americano da desigualdade; segundo a pesquisa, 45% da área rural estava concentrada em menos de 1% das propriedades. Os estudos da Oxfam mostraram também uma brutal desigualdade de gênero na propriedade da terra no Brasil: 94,5% das áreas rurais são posse de homens, ou 87,32% de todos os imóveis rurais existentes no país (OXFAM, 2016). A identidade desses proprietários de terra a pesquisa da Oxfam não conseguiu revelar, e isso ainda permanece uma informação relativamente obscura, a despeito das investigações que buscam indicá-los[32], em razão da ausência de informações públicas e sistematizadas.

A concentração da propriedade fundiária, no entanto, não é somente um obstáculo em si mesmo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural brasileiro, conforme foi assinalado na primeira parte deste texto através de autores como Caio Prado Jr., André Gunder Frank, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, entre outros. Embora persista como reserva de valor ou de patrimônio, a expansão sobremaneira das atividades do setor primário enceta novas condições relacionadas à eliminação progressiva das condições elementares da reprodução social (MÉSZÁROS, 2009), em face do controle direto e indireto do capital transnacional sob a proteção dos países do centro do sistema capitalista, que têm como uma das expressões o movimento de internacionalização/estrangeirização da propriedade ou controle da terra.

---

32 Entre as pesquisas que têm buscado revelar quem são os proprietários da terra no Brasil está o trabalho do jornalista Alceu Luís Castilho, que realizou estudo buscando relacionar propriedade da terra e poder político. A partir do registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de 2008 e 2010, de cerca de 13 mil declarações de bens de candidatos ao legislativo municipal, estadual e federal, Castilho (2012) considerou os parlamentares eleitos para calcular uma concentração de 2,03 milhões de hectares em seu poder. O autor observa, porém, que mais de 1 milhão de hectares de terras não foram declarados, o que elevaria a quantidade para 3,3 milhões de hectares. Do total dos grandes proprietários-políticos, 31 possuíam mais de 10 mil hectares cada, sendo a maioria pertencente, à época, ao PMDB (hoje MDB), PSDB e PR, e entre eles, figuram Newton Cardoso, Renan Calheiros (ambos do então PMDB), Humberto Coutinho (PDT) e o "rei do gado" Nilo Coelho (PP).

7.2 A intensificação do controle direto e indireto do capital transnacional sobre a exploração agrícola

De acordo com Castro *et al.* (2017, p. 80), nas últimas décadas, em toda a América Latina e Caribe, houve aumento dos investimentos estrangeiros em terras tanto sob a forma de aquisição quanto na produção de *commodities* em diferentes áreas. A partir de dados da FAO de 2011, os autores destacam Golfo Pérsico, China e Coreia do Sul como as principais origens dos investimentos, e Argentina e Brasil como principais destinos do capital em busca de ativos fixos. Ademais, sobressai a presença de investimento de origem norte-americana na Colômbia, Peru e México; europeia, no Uruguai, México, Peru e Colômbia; e japonesa, na Colômbia e no Equador. Mas eles alertam que os investimentos translatinos também possuem grande importância nesse movimento geral do capital transnacional, por exemplo, com os capitais brasileiros na Bolívia, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Chile; as operações colombianas na Bolívia e Peru; e os investimentos chilenos na Argentina, Brasil, Uruguai, Colômbia, Equador e Peru (CASTRO *et al.*, 2017).

A partir de 2008, com a grave crise financeira irradiada desde os EUA para todo o planeta, a corrida por ativos fixos se intensificou, passando a encontrar no Brasil um importante mercado de terras, simultaneamente abundante e desregulamentado. A Lei nº 5.709 de 1971, que rege a venda de terras para estrangeiros no país, é ainda da ditadura civil-militar e prevê restrições para operações e negócios dessa natureza, sendo aplicada tanto aos estrangeiros residentes no país como à pessoa jurídica estrangeira autorizada a operar no país – ou pessoas jurídicas brasileiras em cujo quadro societário estejam pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras detentoras da maior parte do capital social, residentes ou com sede no exterior. As figuras jurídicas criadas pela Constituição de 1988, no entanto, como “empresa brasileira de capital nacional” e “empresa brasileira” revogaram a equiparação que a lei de 1971 fazia entre empresas e

pessoas estrangeiras e empresas brasileiras com participação de estrangeiros – o que, em duas circunstâncias, em 1994 e 1998, em meio a debates jurídico-políticos em torno da questão, a Advocacia Geral da União (AGU) confirmou [33].

Com a corrida transnacional por ativos fixos, em agosto de 2010, a AGU, no entanto, revogou os pareceres anteriores (de 1994 e 1998), entendendo que empresas brasileiras com capital social majoritariamente estrangeiro estavam sujeitas às restrições impostas pela lei de 1971. Novamente, as disputas em torno da matéria se acirraram e a AGU, dessa vez em 2014, emitiu a Portaria Interministerial 4, excluindo dos efeitos da Lei nº 5.709/71 aquelas aquisições feitas entre 1994 e 2010, apesar de manter o parecer de 2010[34]. O tema, porém, não se esgotou e seguiu sendo objeto de disputa nos anos posteriores.

Lorena Izá Pereira (2017) apresenta uma diferenciação conceitual entre o processo de aquisição de terras por estrangeiros e o *land grabbing* – em tradução livre, o "controle do território", que pode se dar por meio de compra do imóvel, do arrendamento, do contrato de parceria, de gaveta ou por meio da constituição de empresas em nomes de terceiros para que possam adquirir terras, fusões, aquisições, entre outros tantos expedientes –, apontando para a real gravidade da questão. Para a autora, trata-se de "[...] debater como ocorre atualmente o processo de estrangeirização da terra no Brasil como um elemento essencial do processo de controle terras [...]" (PEREIRA, 2017, p. 94). A partir de dados de Sauer e Leite (2012), ela destaca que, entre outubro de 2008 e agosto de 2009, 3,6 milhões de hectares de terras foram adquiridos no Brasil e na Argentina

33 Cf. Parecer nº LA-01. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/agu/prc-la01-2010.htm. Acesso em: 18 fev. 2016.

34 Cf. DUARTE, Ricardo Quass. Terras rurais e estrangeiros: os prejuízos causados pelo parecer da AGU. **Portal Conjur**. 23 out. 2015. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2015-out-23/terras-rurais-estrangeiros-prejuizos-causados-parecer-agu. Acesso em: 9 nov. 2018.

por capital transnacional. E, com base nas informações do banco de dados DATALUTA Estrangeirização, Pereira (2017) afirma que, em 2016, atuavam na produção brasileira de grãos, cana-de-açúcar e monocultivo de árvores 108 empresas transnacionais, com presença predominante na região do MATOPIBA[35].

Essa região, cuja nomenclatura foi dada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa (GITE), concentra 337 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que, sobretudo a partir de 2014/2015, ganhou o *status* de "última fronteira agrícola do país". O território de cerrado compreende mais de 70 milhões de hectares de terras, onde estão cerca de 780 assentamentos de reforma agrária e terras quilombolas e 35 terras indígenas. Como registra o Portal Florestal Brasil:

> A atividade agrícola tem se ampliado de maneira veloz na MATOPIBA. Nos últimos quatro anos, somente o estado do Tocantins expandiu sua área plantada ao ritmo de 25% ao ano, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Até 2022, segundo projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Brasil plantará cerca de 70 milhões de hectares de lavouras e a expansão da agricultura continuará ocorrendo no bioma Cerrado. Somente a região que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia terá, nesse mesmo período, o total de 10 milhões de hectares, o que representará 16,4% da área plantada e deverá produzir entre 18 e 24 milhões de toneladas de grãos, um aumento médio de 27,8%[36].

35 SANTOS, Leovigildo. O que é o MATOPIBA? **Portal Florestal Brasil**. 25/01/ 2016. Disponível em: http://www.florestalbrasil.com/2016/01/o-que-e-o-matopiba.html. Acesso em: 9 jan. 2019.

36 Idem.

Ademais:

> Projetos de pesquisa da Embrapa estão em desenvolvimento na região, a maior parte do orçamento (59%) é destinada ao melhoramento genético. Neste tema, a soja merece destaque: 39% dos recursos (o equivalente a cerca de 26,8 milhões de reais) são aplicados em pesquisas envolvendo essa cultura. No tema sistemas de produção a soja também se destaca, recebendo 27% do total de recursos. Em relação aos temas transversais, adubação e mudanças climáticas atingem juntos 60% do orçamento. No tema transferência de tecnologia, os projetos com maior aporte financeiro são os que envolvem recursos hídricos, seguidos pelos que envolvem agricultura familiar e Integração Lavoura – Pecuária – Floresta (ILPF)[37].

É certo que os interesses político-econômicos pela região de MATOPIBA já a torna objeto de grande preocupação teórica e política, exigindo-nos uma aproximação crítica mais rigorosa.

Mas de volta ao problema inicial, é digno de nota o fato de que o Censo Agropecuário, cujos resultados preliminares foram publicados em meados de 2017, não registrou nenhum mecanismo do *land grabbing*, sequer a origem estrangeira dos "produtores rurais", a exemplo do Censo de 2006, mesmo sendo estrangeirização e internacionalização da terra "[...] um dos novos elementos da questão agrária que ganhou destaque no decorrer dos últimos anos, tomando não apenas o campo, mas também o urbano [...]" (CASTRO *et al.*, 2017, p. 79).

---

37 SANTOS, Leovigildo. O que é o MATOPIBA? **Portal Florestal Brasil**. 25/01/2016. Disponível em: http://www.florestalbrasil.com/2016/01/o-que-e-o-matopiba.html. Acesso em: 9 jan. 2019.

Conforme registrou Maria Aparecida Moraes Silva em 2008, a internacionalização da propriedade da terra tem conduzido à apropriação da renda da terra pelo capital transnacional. Diz a autora: "considero este fato extremamente importante, pois nos dias atuais os investimentos na compra de terras no Brasil, sobretudo nas regiões de cerrado e da Amazônia crescem vertiginosamente" (SILVA, 2008, p. 67). À época de sua pesquisa, a partir de dados do Incra, Silva (2008) afirmava haver 33.228 imóveis registrados como propriedades de estrangeiros no país, cobrindo uma área de 5,6 milhões hectares, quase 1% do total das áreas registradas pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Delas, 55% estavam na Amazônia Legal, incorporando 3,2 milhões ha.

> [...] fica evidente que a apropriação da terra (incluindo a água e as fontes de biodiversidade) é necessária aos padrões de acumulação dos capitais das empresas transnacionais, tendo em vista a valorização da terra e o consequente aumento da renda fundiária (SILVA, 2008, p. 67).

Além disso, a internacionalização da propriedade da terra e o controle sobre o território também corresponde à internacionalização das cadeias agroalimentares, como parte do processo de transnacionalização do capital. Como destacou Silva (2008), a produção mundial de alimentos foi deslocada para as empresas transnacionais que dominam o comércio nacional e internacional de cereais, sementes e agrotóxicos. Monsanto (adquirida pela Bayer em 2018), Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow: "[...] essas seis empresas controlam a produção de sementes do mundo. Em contrapartida, Cargill, ADM, ConAgra, Bunge e Dreyfus, juntos dispõem mais de 80% do comércio mundial de cereais" (SILVA, 2008, p. 65). Trata-se de um modelo verticalizado de comando de todos os momentos da produção e distribuição de sementes, fertilizantes e agrotóxicos que opera de modo oligopolizado.

Das 100 mais importantes empresas do agronegócio brasileiro do ano de 2020, segundo a classificação da Revista Forbes[38] (Quadro 1), pelo menos 8 possuem origem fora do país e praticamente todas as demais operam em associação com capitais estrangeiros, possuindo em seu quadro acionário investidores estrangeiros ou resultando de fusões/aquisições entre capitais sob a proteção de diferentes Estados. Em todos os casos, essas empresas atuam no Brasil e fora dele, com sedes e/ou subsedes em várias regiões do mundo.

Quadro 1: Empresas mais importantes do agronegócio brasileiro – 2020.

Empresa	Ano de fundação	Origem	Ano de atuação no Brasil	Setor	Receita bruta/ano (2019, em R$)
JBS	1953	Brasil	-	Proteína animal	204,5 bilhões
RAÍZEN ENERGIA	2011	Brasil	-	Bioenergia	120,6 bilhões
COSAN	1936	Brasil	-	Bioenergia	73 bilhões
AMBEV	1999	Brasil	-	Agronegócio indireto	52,6 bilhões
MARFRIG GLOBAL FOODS	2000	Brasil	-	Proteína animal	48,8 bilhões
CARGILL AGRÍCOLA	1865	EUA	1965	Tradings	48,7 bilhões
ARCHER DANIELS MIDLAND (ADM)	1902	EUA	1997	Tradings	48,7 bilhões
BUNGE ALIMENTOS	1818	Holanda	1914	Tradings	37,6 bilhões
BRF	2009	Brasil	-	Proteína animal	33,5 bilhões
COPERSUCAR	1959	Brasil	-	Bioenergia	29,9 bilhões

38 Disponível em: https://forbes.com.br/forbesagro/2021/03/as-100-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro-em-2020/. Acesso em: 25 mar. 2021.

Empresa	Ano de fundação	Origem	Ano de atuação no Brasil	Setor	Receita bruta/ano (2019, em R$)
SUZANO	1924	Brasil	-	Celulose, madeira e papel	26 bilhões
COFCO INTERNATIONAL BRASIL	1949	China	1974	Tradings	23,8 bilhões
LOUIS DREYFUS	1851	França	1942	Tradings	20,6 bilhões
AMAGGI	1977	Brasil	-	Grãos e óleos	18,8 bilhões
MINERVA FOODS	1957	Brasil	-	Proteína animal	17,1 bilhões
COAMO	1970	Brasil	-	Cooperativas	13,2 bilhões
AURORA	1969	Brasil	-	Cooperativas	10,9 bilhões
GAVILON DO BRASIL	1874	EUA	2013	Tradings	10,6 bilhões
TEREOS	1932	França	2002	Bioenergia	10,5 bilhões
KLABIN	1890	Brasil	-	Celulose, madeira e papel	10,3 bilhões
C.VALE	1963	Brasil	-	Cooperativas	8,9 bilhões
BAYER	1863	Alemanha	1896	Agronegócio indireto	8,5 bilhões
LAR COOPERATIVA	1964	Brasil	-	Cooperativas	6,7 bilhões
BIOSEV	2000	Brasil	-	Bioenergia	6,6 bilhões
M. DIAS BRANCO	1936	Brasil	-	Moinhos e massas	6,1 bilhões
CAMIL ALIMENTOS	1963	Brasil	-	Grãos e óleos	4,8 bilhões
COOPERCITRUS	1976	Brasil	-	Cooperativas	4,6 bilhões
ATVOS AGROINDUSTRIAL	2007	Brasil	-	Bioenergia	4,6 bilhões
COMIGO	1975	Brasil	-	Cooperativas	4,5 bilhões

Empresa	Ano de fundação	Origem	Ano de atuação no Brasil	Setor	Receita bruta/ano (2019, em R$)
COCAMAR AGROINDUSTRIAL	1963	Brasil	-	Cooperativas	4,4 bilhões
ELDORADO BRASIL CELULOSE	2005	Brasil	-	Celulose, madeira e papel	4,3 bilhões
COOXUPÉ	1932	Brasil	-	Cooperativas	4,2 bilhões
BIANCHINI	1960	Brasil	-	Grãos e óleos	4,2 bilhões
COPACOL	1963	Brasil	-	Cooperativas	4,1 bilhões
CARAMURU ALIMENTOS	1964	Brasil	-	Grãos e óleos	4,1 bilhões
TRÊS CORAÇÕES ALIMENTOS	1959	Brasil	-	Bebidas, cafés e sucos	4,0 bilhões
BELAGRÍCOLA	1985	Brasil	-	Grãos e óleos	4,0 bilhões
SÃO MARTINHO	1907	Brasil	-	Bioenergia	3,7 bilhões
COOPER ALFA	1967	Brasil	-	Cooperativas	3,5 bilhões
LATICÍNIOS BELA VISTA	1955	Brasil	-	Laticínios	3,5 bilhões
AGRÁRIA	1951	Brasil	-	Cooperativas	3,4 bilhões
CASTROLANDA	1951	Brasil	-	Cooperativas	3,4 bilhões
INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	1995	Brasil	-	Cooperativas	3,3 bilhões
BSBIOS BIODIESEL	2005	Brasil	-	Bioenergia	3,0 bilhões
CITROSUCO	1963	Brasil	-	Bebidas, café e sucos	2,9 bilhões
COOPERATIVA FRÍSIA	1925	Brasil	-	Cooperativas	2,9 bilhões
FRIMESA	1977	Brasil	-	Proteína animal	2,8 bilhões

Empresa	Ano de fundação	Origem	Ano de atuação no Brasil	Setor	Receita bruta/ano (2019, em R$)
ITAMBÉ ALIMENTOS	1948	Brasil	-	Laticínios	2,7 bilhões
GRANOL	1967	Brasil	-	Grãos e óleos	2,7 bilhões
COOPAVEL	1970	Brasil	-	Cooperativas	2,7 bilhões

Fonte: elaborado pelo autor[39].

Para István Mészáros (2009), não se trata de empresas multinacionais, como frequentemente são conceituadas, pois o termo *multinacional* oculta a verdadeira natureza do capital, qual seja, o domínio de companhias capitalistas, sob a proteção de seus Estados de origem – as mais poderosas nações do mundo –, sobre economias locais. Ademais, por seu caráter necessariamente expansionista, o capital não pode se limitar (ou ser limitado) às suas fronteiras nacionais, que aparecem como limites relativos a serem transcendidos, resultando daí um conjunto de contradições que inclui desde as tensões entre os capitais particulares e seus Estados de origem até a disputa interestatal em defesa dos capitais que cada indivíduo nacional protege. Desse modo, até a mais importante nação do sistema global do capital é uma individualidade a ser superada quando há barreiras/obstáculos políticos, econômicos, sociais ou culturais (MÉSZÁROS, 2009).

Contraditoriamente, o capital não é capaz de se reproduzir por si só sem ativar sua estrutura de comando político em distintas direções.

> Quer façam o *lobby*, em linhas keynesianas, pelo financiamento do *déficit* expansionista, quer o façam a favor da

39 Ver em: As 100 maiores empresas do agronegócio brasileiro em 2020. 21/03/2021. **Forbes**. Disponível em: https://forbes.com.br/forbesagro/2021/03/as-100-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro-em-2020/. Acesso em: 25 mar. 2021.

> "criação de condições favoráveis para as empresas" por meio de restrição monetária e corte dos gastos públicos, seu denominador comum é a admissão explícita ou implícita de que, sem a intervenção "adequada" do Estado, as estruturas de reprodução material do sistema estabelecido não produziriam os resultados esperados (MÉSZÁROS, 2009, p. 234).

A dissonância entre as estruturas da reprodução material do capital global e sua estrutura totalizadora de comando político, o Estado, tende, então, a agravar os antagonismos decorrentes do movimento permanente de expansão do capital. Isso é o que Mészáros (2009, p. 243) considera ser a contradição entre o caráter transnacional do capital e o caráter necessariamente nacional do Estado, um limite absoluto do sistema social vigente. A impossibilidade tanto de fazer prevalecer a competição por meio do "livre mercado" quanto de chegar ao domínio indiscutível do monopólio ressalta as insolúveis contradições do sistema, imprimindo ao desenvolvimento um caráter necessariamente destrutivo, para dentro e para fora das fronteiras de onde se irradia (MÉSZÁROS, 2009).

Decorre daí uma tendência à transnacionalização, até mesmo de certos capitais sob a proteção de nações que se reproduzem sob as relações de dependência como mecanismo de articulação de condições para a realização de suas funções de produção/reprodução material. Um exemplo desse fato são Petrobrás, Ambev, Camargo Corrêa, J&F, Gerdau, Odebrecht e Vale, companhias sob a proteção do Estado brasileiro, que há décadas operam em países como Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia,

Peru, Equador[40] e, mais recentemente, no continente africano[41]. Diante da necessidade de participar da cadeia global de produção do valor e do imperativo expansionista dos capitais sob sua proteção, o Estado das economias dependentes tende a transformar a "empresa nacional" em *player* global, transnacionalizando o capital no afã de conquistar uma melhor posição na divisão internacional do trabalho. No entanto, com musculatura suficiente para disputar o mercado ultra concorrencial (e monopolizado), esse capital transnacionalizado (em geral com recursos dos fundos públicos) torna-se mais um algoz da economia nacional, passando a explorar os mecanismos que permitem a rápida acumulação/valorização e, com isso, reforçando os nexos da dependência. É certo que esse processo ainda carece de maior investigação, mas meu palpite inicial é que o incansável impulso do capital em transcender seus limites na periferia do sistema tende a subjugar as condições do desenvolvimento capitalista interno, que busca melhorar sua posição na divisão internacional do trabalho. Essa contradição insolvente tende a incidir de forma grave sobre o desenvolvimento capitalista nacional.

7.3 A utilização intensiva de fatores de produção altamente destrutivos para a natureza e para a saúde humana

O "incansável impulso do capital de transcender seus limites", condição do movimento de transnacionalização, produziu transformações drásticas no campo brasileiro em direção a um monumental salto produtivo, extensivo

40 KATZ, Cláudio. America Latina frente a la crisis global. 22/02/2009. **CADTM**. Disponível em: https://www.cadtm.org/America-Latina-frente-a-la-crisis. Acesso em: 10 mar. 2010. LUCE, Mathias. La expansión del subimperialismo brasileño: La política de integración del gobierno Lula en América Latina. **Pátria Grande:** Revista mensual de la Izquierda Nacional-Tercera Época, ano 1, n. 9, dez. 2008.

41 FIRMIANO, Frederico Daia; ASSUNÇÃO, Matheus Gringo de. As aventuras do Brasil no Atlântico-Sul: pistas para uma análise sobre a inserção brasileira no continente africano. IV Encontro Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais. **Anais** [...]. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 18 e 19 de outubro de 2018. Disponível em: http://unbgept.blogspot.com/p/meetings.html. Acesso em: 21 jan. 2019.

e intensivo, particularmente de algumas monoculturas tanto no que diz respeito à área cultivada quanto ao incremento de produtividade – frequentemente determinados pelo aumento da composição orgânica de capital. Os dados definitivos do Censo Agropecuário de 2017 revelam, por exemplo, um importante aumento do fator tratorização em relação a 1975, que saltou de 323.113 mil unidades para 1.229.907 unidades no período considerado. Apenas de 2006 a 2017, esse incremento foi de 409.134 novos tratores, predominantemente na região Centro-Sul, onde a expansão da monocultura da soja tem sido a mais pujante do país (IBGE, 2017a) – apesar da importância que vem ganhando a "última fronteira agrícola" brasileira, a região do MATOPIBA.

No tocante à utilização das terras, o CA/2017 mostrou que 32% da área total dos estabelecimentos agropecuários, que corresponde a 111,8 milhões de hectares, está ocupada com pastagens plantadas que, somadas às pastagens naturais, alcançam 45% da área total desses estabelecimentos, ou 159,5 milhões de hectares de terras, com um efetivo de 172,7 milhões de cabeças de gado. Quando tomada a série histórica de 1975 a 2017, nota-se um incremento de cerca de 70 milhões de bovinos (IBGE, 2017a).

De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a área plantada de soja no país, quando comparadas as safras de 1976/1977 e 2017/2018, aumentou significativamente, de modo quase permanente e com pouquíssimas variações no período (ver Gráfico 5). Mais uma vez, vale registrar que esse drástico aumento se deu em direção à região Centro-Sul do país, com destaque para o Centro-Oeste. Em contrapartida, no mesmo período as áreas plantadas de arroz e feijão recuaram, com tendência decrescente e poucas oscilações para cima no

período. No caso da soja, o avanço na produção deveu-se à expansão dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM)[42].

Gráfico 5: Área plantada de grãos em hectares.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Conab.

Segundo o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), entusiasta da transgenia, a soja transgênica foi desenvolvida nos Estados Unidos em 1995, a fim de criar um organismo tolerante ao herbicida glifosato, chegando ao Brasil em 1998, particularmente na fronteira com a Argentina, que já utilizava a semente transgênica desde o ano anterior. A partir daí, o país passou a adotar a soja transgênica conhecida por *Roundup Ready* (RR), desenvolvida pela gigante Monsanto/Bayer, e a desenvolver outras variedades, a exemplo da Bt (*Bacillus thuringiensis*), resistente a insetos-praga. Atualmente, a própria Embrapa Soja vem criando uma variedade de soja transgênica resistente à seca, a fim de ser cultivada em regiões

42 Não estou sugerindo nenhuma relação imediata de causa e efeito entre a expansão da soja e o encolhimento da área plantada de arroz. Essa aparente conexão precisa ser melhor investigada, antes de qualquer afirmação a esse respeito.

com menos disponibilidade de água. Não é à toa que o Brasil assumiu a posição de segundo maior território de produção de sementes transgênicas do planeta (ver Figura 1), a partir das companhias transnacionais que aqui operam, adotando-as intensiva e extensivamente em quatro culturas principais: soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. O CIB estimava que em 2018 96,5% do total de área plantada de soja no país era constituída por semente transgênica[43].

De acordo com o relatório *Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops: 2019*, produzido pelo International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications (ISAAA), em 2019 a área ocupada por culturas transgênicas no Brasil era de 52,8 milhões de hectares, contra 49,1 milhões de hectares em 2016 (ISAAA, 2020, p. 6; ISAAA, 2016, p. 2). Do total, 35,1 milhões de hectares estavam ocupados por soja; 16,3 milhões por cultura de milho; 1,4 milhão de hectare por cultura de algodão e o restante por outras culturas, como cana-de-açúcar (ISAAA, 2019, p. 6).

Os relatórios do ISAAA mostram também que, de 1997 a 2019, a área global do planeta ocupada por cultivos transgênicos, que hoje atravessa 29 países, saltou de 1,7 milhão para 190,4 milhões de hectares. Apenas entre 2015 e 2016 houve um incremento de 3% no total de área plantada com essa tecnologia, ou a incorporação de 5,4 milhões de hectares. O Brasil foi o país que mais contribuiu para esse avanço, registrando incremento de 11% da área cultivada ocupada por transgênico do ano de 2015 para 2016. Da área total global desse tipo de cultivo, 27% está no Brasil (ISAAA, 2019; ISAAA, 2016).

---

43 Ver em: https://cib.org.br/soja-transgenica/.

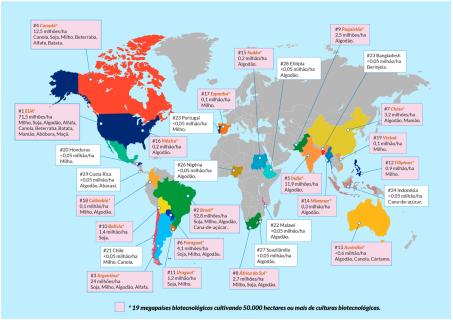



Figura 1: Área plantada por tipos de culturas transgênicas no mundo (2019).

Fonte: ISAAA, 2019 (adaptado).

Alguns importantes estudos têm estabelecido conexão direta entre as culturas geneticamente modificadas (GM) e o consumo de agrotóxicos. De acordo com a pesquisa de Almeida *et al.* (2017, p. 3334), "a posição do Brasil como um dos maiores produtores mundiais de *commodities* agrícolas está associada ao aumento no consumo de insumos [...]" que, no caso dos agrotóxicos, mais que dobrou entre os anos 2000 e 2012 por unidade de área. A partir do indicador "uso de agrotóxicos por cultura", os cientistas mostraram que, entre 2000 e 2012, apenas três culturas – soja, milho e algodão (com maiores índices de sementes GM, como vimos) – concentraram 65% do total de agrotóxicos utilizados. Ademais, "[...] a soja apresenta o maior aumento no uso de agrotóxicos por área cultivada e o menor ganho em produtividade [...]" (ALMEIDA *et al.*, 2017, p.

3335): o aumento de 1 ponto percentual (pp) na produtividade de soja demandou o aumento de 13 pp no uso de agrotóxicos. Para as demais culturas, milho e algodão, a proporção foi de 1:1. "Esses dados sugerem que a modificação genética na cultura da soja não está associada ao crescimento da produtividade, além de contribuir para o aumento no uso de agrotóxicos" (ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 3337). Uma das explicações para esse resultado é que "[...] a maioria das culturas GM não foi desenvolvida para aumentar a produtividade ou a adaptação edafoclimática, mas para serem resistentes aos herbicidas" (ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 3337). Assim, concluem os autores:

> Os resultados obtidos no presente estudo estão em concordância com os de pesquisas similares realizadas nos Estados Unidos, Argentina e outros países. Os achados de todos esses estudos sugerem fortemente que a adoção de culturas GM aumentou o uso de agrotóxicos, especialmente herbicidas aplicados na soja, como demonstrado na presente pesquisa sobre o Brasil [...]. Este estudo sugere que culturas GM contribuíram para o aumento do uso de agrotóxicos no Brasil e, consequentemente, da exposição humana e ambiental a essas substâncias químicas potencialmente perigosas. Portanto, o aumento no uso de agrotóxicos também deve ser levado em conta durante o processo de autorização de culturas GM. Como demonstrado, o uso de agrotóxicos na produção de soja aumentou no período analisado, especialmente após a introdução de sementes GM em 2003. O uso de agrotóxicos por área também aumentou significativamente, indicando uma possível dependência química dessas culturas e descartando a hipótese que culturas GM reduziriam o consumo. Outro aspecto relevante para a soja é que esse aumento não contribuiu positivamente para um aumento na produtividade média. É digno de nota ainda que os dados sobre o uso de agrotóxicos podem servir como indicadores para dar suporte a ações de vigilância como monitoramento de seus

> resíduos em solo, água e alimentos e aprimorar medidas de diagnóstico e tratamento das intoxicações (ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 3337).

Em 2015, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) publicou um documento intitulado *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*, que contém um conjunto de pesquisas acerca da utilização de agrotóxicos no Brasil, a fim de alertar as autoridades públicas e a sociedade civil sobre a necessidade de políticas de proteção da saúde humana e dos ecossistemas. O estudo mostra que desde 2008 o Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no planeta. Os dados do Censo Agropecuário Brasileiro de 2006 apresentados pelo dossiê dão conta que 27% das pequenas propriedades (de 0 a 10 hectares), 36% das propriedades médias (de 10 a 100 hectares) e 80% das grandes propriedades (acima de 100 hectares) utilizavam agroquímicos. "Nota-se [...] que as maiores concentrações de utilização de agrotóxicos coincidem com as regiões de maior intensidade de monoculturas de soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz" (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 53) O estado que mais consumia agrotóxicos em 2006 era o Mato Grosso (18,9%), seguido por São Paulo (14,5%), Paraná (14,3%), Rio Grande do Sul (10,8%), Goiás (8,8%), Minas Gerais (9,0%), Bahia (6,5%), Mato Grosso do Sul (4,7%) e Santa Catarina (2,1%) (CARNEIRO *et al.*, 2015).

Ainda de acordo com o documento da Abrasco, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), desenvolvido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), coletou amostras em todos os estados brasileiros, evidenciando que 63% do total dos alimentos analisados apresentaram contaminação por agrotóxicos. Ao todo, foram pesquisadas 235 substâncias ativas. A ressalva feita pela Anvisa é que essa informação pode estar subestimada, pois 37% das amostras não tinham resíduos das substâncias ativas avaliadas, mas não há garantias de que

estariam livres de outras não pesquisadas; além disso, ainda há incertezas científicas acerca da definição dos limites de contaminação. O nível médio de contaminação das amostras por cultura mostra que pimentão (91,8%), morango (63,4%), pepino (57,4%), alface (54,2%), cenoura (49,6%), abacaxi (32,8%), beterraba (32,6%) e mamão (30,4%) são os alimentos mais afetados (CARNEIRO *et al*., 2015). Até o ano de 2012, a partir de dados da Anvisa e do Mapa, aproximadamente 430 ingredientes ativos (IAs), 750 produtos técnicos e 1.400 formulações de agrotóxicos estavam autorizados no país. Dos 50 mais utilizados no Brasil, 22 são proibidos pela União Europeia (CARNEIRO *et al*., 2015).

O Quadro 2 a seguir informa as principais substâncias encontradas pelo PARA nos alimentos analisados (tanto em níveis acima dos limites legais permitidos quanto em culturas que são impedidas de utilizá-los), as pragas que visam controlar e seus prováveis efeitos para a saúde humana.

Quadro 2: Classificação e efeitos e/ou sintomas agudos e crônicos dos agrotóxicos.

Praga que controla	Grupo químico	Sintomas de intoxicação aguda	Sintomas de intoxicação crônica
Inseticidas	Organofosforados e carbamatos	Fraqueza, cólicas abdominais, vômitos, espasmos musculares e convulsões	Efeitos neurotóxicos retardados, alterações cromossomiais e dermatites de contato
	Organoclorados	Náuseas, vômitos, contrações musculares involuntárias	Lesões hepáticas, arritmias cardíacas, lesões renais e neuropatias periféricas
	Piretroides sintéticos	Irritações das conjuntivas, espirros, excitação, convulsões	Alergias, asma brônquica, irritações nas mucosas, hipersensibilidade
Fungicidas	Ditiocarbamatos	Tonteiras, vômitos, tremores musculares, dor de cabeça	Alergias respiratórias, dermatites, doença de Parkinson, cânceres
	Fentalamidas	-	Teratogêneses

Praga que controla	Grupo químico	Sintomas de intoxicação aguda	Sintomas de intoxicação crônica
Herbicidas	Dinitroferóis e pentaciclorofenol	Dificuldade respiratória, hipertermia, convulsões	Cânceres (PCP-formação de dioxinas), cloroacnes
	Fenoxiacéticos	Perda de apetite, enjoo, vômitos, fasciculação muscular	Indução da produção de enzimas hepáticas, cânceres, teratogeneses
	Dipiridilos	Sangramento nasal, fraqueza, desmaios, conjuntivites	Lesões hepáticas, dermatites de contato, fibrose pulmonar

Fonte: OPAS/OMS (1996) apud CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 59.

No que diz respeito aos impactos dos agrotóxicos para a biodiversidade, Belchior *et al.* (2014) apontam: (a) o desequilíbrio ecológico, por exemplo, a partir da nocividade sobre predadores naturais, como no caso do ácaro *Phytoseiulus macropilis*, que contribui para o controle biológico natural dos ácaros nocivos; (b) a interferência na interação predador-presa, que tende a atingir direta e indiretamente os organismos não-alvo; (c) a alteração do solo, principal receptor dos agrotóxicos depois das plantas, cujos organismos também podem ser estimulados ou inibidos; (d) o impacto sobre os polinizadores, importantes para a produção agrícola, tanto no que se refere à diversidade quanto à abundância e eficiência – por exemplo, concentrações subletais do neonicotinoide tiametoxam, que são tóxicas para larvas de abelhas africanizadas, podendo implicar a manutenção e sobrevivência da colônia. Além desses, um efeito importante de agrotóxicos é a sujeição dos ecossistemas aquáticos à ação nociva dos agrotóxicos por meio do vento, da chuva e da lixiviação no solo, que se manifesta em diversas situações como: a distribuição sazonal dos agrotóxicos organoclorados e dos hidrocarbonetos aromáticos policíclicos indica concentração significativa desses produtos na água e possíveis interações com espécies de fitoplâncton em ambiente aquático; toxicidade aguda e efeitos histopatológicos do inseticida tiametoxam no tecido braquial da

espécie *Gammarus kischineffensis*, bem como vacuolização e infiltração hemostática; larvas de peixe-zebra expostas a imidacloprid reduziram significativamente a atividade de natação; as sequelas de organofosforados no sistema nervoso dos organismos, inibindo a atividade da acetilcolinesterase (AChE); toxicidade para invertebrados aquáticos de inseticidas piretroides, pertencentes a um grupo de substâncias altamente tóxicas; a presença de herbicidas em ambiente aquático; algas marinhas tropicais *Halodule univervis* e *Zostera muelleri* expostas a concentrações de Diuron revelaram inibição da eficiência fotossintética e inativação do fotossistema II (PSII) durante o período de exposição, entre muitas outras (BELCHIOR *et al.*, 2014).

> Diante do exposto sobre os efeitos de agrotóxicos sobre o meio ambiente, o ser humano acaba por ser afetado, visto que é dependente dos recursos do meio para sobrevivência (água, terra, ar, alimento). No tocante à exposição humana aos agrotóxicos, a alimentação é um dos principais problemas. Um estudo realizado em 2012, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 2.488 amostras de alimentos (cereais, frutas e verduras) nas capitais brasileiras, demonstrou amostras insatisfatórias, ou seja, com limite residual acima do permitido [...] (BELCHIOR *et al.*, 2014, p. 143-144).

Apesar disso, “é da natureza do capital não reconhecer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação à sua escala temporal” (MÉSZÁROS, 2009, p. 253). Por isso, “a degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior” (MÉSZÁROS, 2009, p. 253). Prova disso é que a lei que regulamenta a utilização de agrotóxicos no Brasil (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989)

pode ser substituída em breve pelo Projeto de Lei nº 6.299/2002, proposto pelo então deputado Blairo Maggi, que, na qualidade de ministro da Agricultura do governo de Michel Temer (de maio de 2016 a dezembro de 2018), impulsionou seu andamento no Congresso[44]. Entre suas principais mudanças, o PL propõe (a) substituir o termo “agrotóxico” por “defensivo fitossanitário e produtos de controle ambiental”, dissimulando o real significado do termo; (b) afrouxar os mecanismos de controle de liberação de novas substâncias que, atualmente, precisam de aprovação do Ibama, Anvisa e do Mapa, passando a ser responsabilidade de uma Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito), a ser criada no âmbito do Ministério da Agricultura e sob total controle dos ruralistas; (c) liberar o registro de agrotóxicos que revelam características carcinogênicas, mutagênicas, teratogênicas, de distúrbios hormonais e danos ao aparelho reprodutor, exceto em caso de “risco inaceitável comprovado cientificamente”, o que significa uma espécie de aceitação de inúmeros riscos à saúde humana e aos ecossistemas; (d) retirar o poder das unidades federativas de criar regras e fiscalizar seu cumprimento, transferindo a responsabilidade exclusivamente para a União, exceto em casos de leis supletivas; (e) extinguir as advertências sobre riscos do produto à saúde humana, animal e aos ecossistemas obrigatórias na propaganda comercial de agrotóxicos, bem como o estímulo à leitura do rótulo e instruções de uso do produto, deixando a regulamentação da propaganda a cargo da Lei nº 9.294/1996, que apenas define o público a quem a comunicação deve ser dirigida e a obrigatoriedade de instruções de uso e consumo; e (f) transferir para o Ministério da Agricultura, através do futuro CTNFito, a responsabilidade de análise de equivalência dos produtos técnicos e de elaboração dos produtos formulados, que, atualmente, é realizada por diversos órgãos da agricultura, da saúde e do meio ambiente, pautados pelos padrões de equivalência da FAO.

44 Em outubro de 2021, o PL estava pronto para ser pautado no plenário do Congresso Nacional.

Como diz István Mészáros, parece difícil imaginar qualquer dimensão das condições elementares da reprodução social que não esteja completamente ameaçada pelas atuais formas de intercâmbio sociometabólico.

> As práticas de produção e distribuição do sistema do capital na agricultura não prometem, para quem quer que seja, um futuro muito bom, por causa do uso irresponsável e muito lucrativo de produtos químicos que se acumulam como venenos residuais no solo, da deterioração das águas subterrâneas, da tremenda interferência nos ciclos do clima global em regiões vitais para o planeta, da exploração e destruição dos recursos das florestas tropicais etc. (MÉSZÁROS, 2009, p. 255).

Em 2017, cientistas do Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS) alertaram sobre o que seria o "*moment of truth for the Cerrado*" brasileiro. A expansão dos agronegócios combinada à intensa atividade da construção civil e infraestrutura e à ausência de proteção legal adequada colocava em curso o risco de extinção dos cerca de 200 milhões de hectares de savana tropical presentes no território brasileiro. Esses autores estimavam que o Cerrado já havia perdido cerca de 46% de toda sua vegetação, restando apenas 19,8% da cobertura original (STRASSBURG *et al.*, 2017). Dois anos mais tarde, Lovejoy e Nobre (2019) afirmaram que a Amazônia já estava em uma espécie de *tipping point* que exige não apenas a urgente interrupção do processo de desmatamento, mas sua recomposição florestal. Isso devido aos 1.394 km^2 de cobertura amazônica brasileira sob alerta de desmatamento, em agosto de 2019[45], além da perda já registrada de 17% em toda a bacia e, no caso do Brasil, próximo a 20%. Em 2020, porém, o desmatamento da floresta amazônica brasileira foi ainda maior que no ano anterior: de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

45 Ver: http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes. Acesso em: 10 jan. 2022.

do Brasil (INPE), 1.108.800 ha de florestas foram devastados entre agosto de 2019 e julho de 2020. No caso do Cerrado, em 2020, foram 730.000 ha desmatados (12,3% a mais que em 2019)[46]. Fortemente pressionados pela expansão dos setores primários da economia, os biomas vêm experimentando intensa perda de coberta florestal há décadas, a despeito das importantes oscilações nos índices de desmatamento.

O processo de degradação ambiental no Brasil, no entanto, não se restringe ao Cerrado e à Amazônia, mas atinge também, de distintas formas, a todos os seus seis grandes biomas. Em 2019, o projeto MapBiomas identificou um desmatamento total de 16.521 ha no Pantanal, seguido de 12.153 ha na Caatinga; 10.598 ha na Mata Atlântica e 642 ha no Pampa (AZEVEDO *et al.*, 2019). No caso da Mata Atlântica, o relatório da ONG brasileira SOS Mata Atlântica apontou, também em 2019, que somente 12,4% de sua área original total estava preservada, o que a torna o bioma sob a maior ameaça de extinção do país (SOSMA, 2019).

7.4 A fome e o empobrecimento da dieta alimentar

Historicamente, a questão da fome tem sido objeto de debate e acordos internacionais desde, pelo menos, a Conferência Mundial de Alimentação, ocorrida em 1974 em Roma, na qual foi definido o conceito de “segurança alimentar” como a garantia de suprimento alimentar adequado. Em 1983, um novo conceito de segurança alimentar foi definido pela FAO, estruturado por três objetivos: a oferta adequada de alimentos; a estabilidade da oferta e dos mercados de alimentos; e a segurança no acesso aos alimentos oferecidos. O Banco Mundial, três anos mais tarde, definiu esse conceito como o acesso de todos, o tempo todo, a quantidades suficientes de alimentos para a constituição de uma vida ativa e saudável (MANIGLIA,

46 Ver: http://cerrado.obt.inpe.br/. Acesso em 10 jan. 2022.

2009). Em outros termos, a definição do termo permaneceu genérica por excelência.

> Concomitantemente, o direito à alimentação passou a ser tratado no contexto das garantias do direito à vida e do direito à autodeterminação dos povos. Assim, em 1992, foi realizada a Conferência Internacional de Nutrição, promovida pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mas o grande marco mundial do debate sobre a segurança alimentar foi 1996, quando o conceito voltou à cena para configurar uma situação na qual 800 milhões de pessoas não tinham alimento suficiente para satisfazer suas carências nutricionais básicas – eufemismo para a designação da fome. Reuniram-se novamente em Roma 185 países, além da Comunidade Europeia, que assinaram a Declaração sobre Segurança Alimentar. De modo formal e protocolar, esses países se comprometeram a erradicar a fome, reduzindo-a pela metade até o ano de 2015. O que não aconteceu. Posteriormente à Conferência de Roma, a segurança alimentar passou a ser entendida como um direito humano básico à alimentação e nutrição. Esse direito deve ser garantido por políticas públicas, e o aspecto público deve ser entendido, aqui, por uma esfera onde agem tanto agentes públicos como privados. O papel do Estado é proteger esses direitos durante quebras de produção, calamidades naturais, desemprego, quedas de salários reais e piora das relações de troca, além de promover cidadania (MANIGLIA, 2009, p. 127).

Como podemos ver, esse modo de configurar e enfrentar a fome mundial não pode conduzir a outra direção que não seja a uma mera expectativa político-institucional bastante cínica em torno de uma problemática cujas relações sociais têm se reiterado década após década. Isso porque, economicamente, o problema da fome e a elaboração dos instrumentos para seu enfrentamento se expressam através de uma equação entre oferta e demanda de alimentos, mediada pelo mercado e pela capacidade de

consumo do conjunto da população planetária, quando a relação-capital, como já vimos antes, não pode atender a outra necessidade que não seja, em primeira instância, decorrente da acumulação/valorização. Trata-se, pois, do único modo, nos seus quadros de referência mediados por uma racionalidade autorreferida, de operar a realização das necessidades das carências alimentares dos distintos povos e promover o cínico "enfrentamento" à fome, tomando o Estado como a instância que deve garantir a segurança alimentar e a sociedade civil como "partícipe", "partilhando responsabilidades públicas" sobre a questão. Tudo isso, evidentemente, sem tocar em um milímetro dos interesses das grandes companhias do sistema global agroalimentar.

O controle direto e indireto do capital transnacional sobre as condições elementares da reprodução social tem como uma das contradições a especulação com os preços dos alimentos – e nesse sentido, com a própria fome. Maria Aparecida Moraes Silva (2008) afirma que, desde a crise financeira de 2008, vem se configurando também uma crise alimentar, pelo fato de que fundos de investimentos especulativos têm se deslocado para o controle do mercado internacional de *commodities* – assim como para os ativos fixos, como indiquei anteriormente.

Nesse sentido,

> [...] *quanto mais bem-sucedidas* forem as empresas particulares (como devem ser, para sobreviver e prosperar) em seus próprios termos de referência – ditados pela "racionalidade" e lógica interna de todo o sistema, que lhes impõe demandas fetichistas de "eficiência econômica" –, *tanto piores* serão as perspectivas de sobrevivência da humanidade nas condições hoje prevalecentes. A falha não está nas empresas "transgressoras" particulares [...] a falha emana da natureza do sistema de reprodução estabelecido, de que as empresas são parte integrante (MÉSZÁROS, 2009, p. 259, grifos do autor).

Assim, as necessidades reais dos indivíduos, se couberem nos limites do valor de troca de maneira vantajosa para as grandes companhias do capital, poderão ser correspondidas ou consideradas legítimas; caso contrário, serão necessariamente frustradas. O problema é que a frustração da “segurança alimentar” implica diretamente a sobrevivência do conjunto da humanidade. Segundo o relatório *El estado de la seguridad alimentaria y La Nutrición en el Mundo: fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición*, da FAO, uma em cada nove pessoas no planeta é vítima da fome. Importa registrar que, pelo terceiro ano consecutivo, aumentaram os famélicos do mundo, grupo que passou de 815 milhões para 821 milhões em 2017. Na América Latina e no Caribe, a fome afetou 38,5 milhões de pessoas em 2014, passando à casa dos 39 milhões em 2017 (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018). Interessante notar é que as causas, até então, foram atribuídas aos conflitos armados, crises econômicas, variações do clima e fenômenos naturais, como secas e enchentes, sem conectá-las ao processo em curso de eliminação das condições elementares da reprodução social, decorrente da contradição entre a socialização da produção – em direção à globalização – e o controle hierárquico privado e restritivo por gigantes companhias capitalistas.

Em 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19, o consórcio de agências conduzido pela FAO estimou que entre 720 e 811 milhões de pessoas no mundo passaram fome e cerca de 2,37 bilhões de pessoas não tiveram alimentação adequada. Além disso, quase 150 milhões de crianças com menos de 5 anos foram afetadas por nanismo; outras 45,4 milhões por alguma debilidade e 38,9 milhões com excesso de peso (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2021).

O Brasil, porém, experimentou na última década um momento de contra tendência da dinâmica atual da produção da fome. Segundo as causas mencionadas, a FAO apontava, antes da pandemia, que, no país, a prevalência da subalimentação para o período de 2004 a 2006 foi de 4,6% do

total da população (ou 8,6 milhões de pessoas) caindo para menos de 2,5% no período entre 2015 e 2017 (quase 5,2 milhões de pessoas). Já acerca da prevalência da insegurança alimentar grave não há dados para o Brasil. Era alarmante o aumento demonstrado na pesquisa da anemia entre as mulheres em idade fértil (entre 15 e 49 anos), que em 2012 atingia 25,3% (14,1 milhões de mulheres), subindo para 27,2% do total em 2016 (ou 15,5 milhões de mulheres) (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018).

O relatório da FAO, no entanto, destacava que o país estagnou no importante combate que vinha realizando nos últimos anos e que o tirou do Mapa da Fome em 2014, quando registrou índice de insegurança alimentar abaixo de 5%, com destaque para os programas Bolsa Família e Brasil sem Miséria – em 1999, mais de 20 milhões de brasileiros eram considerados desnutridos. Por ocasião do lançamento do relatório, José Graziano da Silva, chefe da FAO, concedeu entrevista, atribuindo o aumento da insegurança alimentar ao desemprego e ao crescimento da informalidade, que diminuem o poder de compra. “Não é de hoje que vem aumentando o desemprego, mas a situação dos últimos anos é ainda mais preocupante”[47]. Citando dados do IBGE, diz Graziano da Silva: “Em julho de 2018, eram 27,5 milhões de pessoas desocupadas, subocupadas ou desalentadas. Se comparado com o volume mínimo da série, que foi de 15,4 milhões no último trimestre de 2013, isso significa um aumento de quase 80%”. Assim, “a fome voltou a fazer parte da preocupação dos brasileiros”[48].

Mais adiante voltaremos ao problema da precarização estrutural do trabalho e do desemprego. Por ora, cabe destacar que as declarações do chefe da FAO indicam com absoluta nitidez, primeiro, que o problema da fome não se constitui ou se encerra em si mesmo; segundo, que as

47 Cf. Combate à fome no Brasil se estagnou, diz ONU. **O Estado de São Paulo**. 11 set. 2018. Disponível em: https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,combate-a-fome-no-brasil-se-estagnou-diz-onu,70002496919. Acesso em: 30 dez. 2018.

48 Idem.

próprias formas de concepção dominantes da questão e dos instrumentos de enfrentamento não tocam as determinações do problema; e terceiro, que o Brasil nunca esteve na rota de superação do grave problema da fome, embora tenha experimentado uma importantíssima redução dessa situação em um período de cerca de uma década e meia, pois não tocou estruturalmente nos processos determinantes da fome no país, como tentei mostrar no primeira parte do texto. Prova disso é que mal passamos a brisa do "neodesenvolvimentismo" e o país se vê às voltas com o aumento da fome.

De acordo com o inquérito populacional realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), em de dezembro de 2020 sobre insegurança alimentar no Brasil no contexto da pandemia da covid-19, 116,8 milhões de pessoas (de uma população total de 211,7 milhões) conviviam com algum grau de insegurança alimentar, dos quais 43,4 milhões não possuíam alimentos em quantidade suficiente. E o mais alarmante: 19 milhões de brasileiros estavam em situação de fome (REDE PENSSAN, 2021, p. 10). Os dados indicam um retorno a patamares de fome próximos àqueles registrados em 2004. Diz o relatório:

> É necessário enfatizar que, no período entre 2013 e 2018, a IA [Insegurança Alimentar] grave, portanto, a ocorrência de fome, teve um aumento de 8,0% ao ano, conforme dados da PNAD, de 2013, e da POF, de 2018 (Salles-Costa *et al.*, 2020). Esse aumento é acelerado e passa a ser de 27,6% ao ano entre 2018 e 2020, conforme dados da POF, de 2018, e da VigiSAN, para 2020. Eram 10,3 milhões de pessoas em IA grave em 2018, passando para 19,1 milhões, em 2020. [...] Portanto, neste período, foram cerca de nove milhões de brasileiros(as) a mais que passaram a ter, no seu cotidiano, a experiência da fome (REDE PENSSAN, 2021, p. 52-53).

Mas além da fome, há outras questões conectadas ao padrão alimentar. O anteriormente mencionado relatório da FAO de 2018 destaca também o aumento da obesidade no mundo. Diz o relatório: "la inseguridad alimentaria que vemos hoy, además de contribuir a la desnutrición, también contribuye al sobrepeso y la obesidad, lo que explica en parte la coexistencia de estas formas de malnutrición en muchos países" (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018, p. vi). No ano de 2017, o sobrepeso afetou mais de 38 milhões de crianças menores de 5 anos, com destaque para a Ásia (com 46% do total dos casos) e África (com 25% do total de casos), num quadro de 672 milhões de adultos obesos. No caso do Brasil, a prevalência de sobrepeso entre crianças de até 5 anos atingiu 7,3% do total da faixa etária em 2012. Para o ano de 2017, o relatório não dispõe de dados. No caso da população adulta (18 anos em diante), 22,2% da população foi considerada com sobrepeso em 2012 e quatro anos depois esse número saltou para 24,8% (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018, p. 135). "Además, el sobrepeso y la obesidad están aumentando el riesgo de enfermedades no transmisibles, tales como diabetes de tipo 2, hipertensión, ataques cardíacos y algunas formas de cáncer" (FAO; FIDA; UNICEF, PMA; OMS, 2018, p. vi).

Não é de se estranhar que ao lado da expansão da fome no planeta também tenhamos o aumento preocupante da obesidade e dos riscos à saúde humana por ela representados. Isso porque suas bases são comuns: o comando oligopólico exercido pelas companhias capitalistas transnacionais sobre a produção e distribuição de sementes, com controle direto sobre os fatores de produção delas e sobre os meios de abastecimento alimentar, incluindo a delimitação do tipo, volume, diversidade, periodicidade e qualidade dos alimentos disponíveis à população (MARTINS, 2010).

"A tendência econômica é a de se consolidar uma padronização universal da dieta alimentar [...] na maioria dos países do mundo independentemente da sua história cultural e dos seus hábitos alimentares" (MARTINS,

2010). Com isso, vem se estruturando uma composição alimentar padronizada, a partir de temperos instantâneos, achocolatados, flocos de milho, massas secas, enlatados e envasilhados, pães industrializados, margarinas, óleos vegetais, refrigerantes, carnes congeladas, alimentos para o consumo imediato, não somente nas grandes regiões metropolitanas e cidades médias industrializadas, mas também em cidades pequenas e no meio rural, graças às facilidades de transporte de mercadorias e ao forte apelo dos meios de comunicação de massa (MARTINS, 2010). Uma padronização ou empobrecimento da dieta alimentar que, simultaneamente, exclui massas cada vez maiores de pessoas da segurança alimentar e inclui outro contingente de pessoas no circuito do *fast food* com sérios danos à saúde humana – como no caso da obesidade.

Pesquisas do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) vêm mostrando que a dieta alimentar de comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira já integra alimentos industrializados, o que os pesquisadores chamam de "dieta de supermercado"[49], como enlatados e frangos congelados, substituindo os alimentos produzidos localmente, como peixe e farinha de mandioca. Em 2002, Gabriela Bielefeld Nardoto e Luiz Antonio Martinelli, a partir da análise da composição de isótopos estáveis de carbono e nitrogênio recolhidos de amostras de unhas, analisaram os padrões alimentares de diferentes populações. Os resultados iniciais da pesquisa mostraram proporção semelhante de carbono oriundo de plantas de tipo fotossintético C4 (como milho, cana de açúcar, pastagens), tanto em moradores das cidades de Piracicaba, no interior de São Paulo, como de Santarém, no interior do Pará. Mais tarde, entre 2007 e 2010,

49 "Dieta de supermercado": alimentação da população brasileira está cada vez mais padronizada. **Jornal da USP**. 12 ago. 2016. Disponível em: https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/dieta-de-supermercado-alimentacao-da-populacao-brasileira-esta-cada-vez-mais-padronizada/. Acesso em: 31 dez. 2018.

os cientistas compararam os padrões alimentares de populações urbanas de Manaus e Tefé, no estado do Amazonas, com comunidades ribeirinhas do rio Solimões, que têm no peixe sua principal fonte de proteína. Investigaram, ainda, os padrões alimentares de caiçaras de Ubatuba, no litoral de São Paulo, e de populações de bairros próximos da Serra do Mar. Não foram encontradas diferenças isotópicas nas unhas desses diferentes grupos, sugerindo uma homogeneização do padrão alimentar entre eles, sejam da cidade ou do campo, exceto aqueles das regiões rurais da Amazônia onde há alguma persistência da dieta alimentar tradicional, já penetrada por produtos enquadrados na "dieta de supermercado". Cada vez mais, a dieta alimentar tem sido composta por alimentos originados de plantas de tipo fotossintético C4 em detrimento de alimentos de plantas de tipo C3. Segundo Gabriela Bielefeld Nardoto, o problema dos alimentos C4 "[...] é como são processados, o que faz com que tenham alto teor de gordura, sal e açúcar e contribuam para o aumento da incidência de obesidade e de doenças cardiovasculares"[50].

Importa destacar que a carência da alimentação que resulta das situações de fome e o aumento dos riscos à saúde humana em decorrência do empobrecimento da dieta alimentar, derivado do progressivo processo de padronização alimentar, não podem ser separados do problema do controle direto e indireto do capital transnacional sobre a produção, distribuição e consumo que, cada vez mais, subordina as formas culturais de realização das necessidades humanas, submetendo biodiversidade e conhecimentos tradicionais dos povos à sanha da acumulação.

50 "Dieta de supermercado": alimentação da população brasileira está cada vez mais padronizada. **Jornal da USP**. 12 ago. 2016. Disponível em: https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/dieta-de-supermercado-alimentacao-da-populacao-brasileira-esta-cada-vez-mais-padronizada/. Acesso em: 31 dez. 2018.

7.5 As formas contemporâneas de biopirataria

A patente sobre plantas no Brasil não é permitida, segundo a legislação brasileira de propriedade industrial, Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 – exceto sobre microrganismos transgênicos –, porém, o país não possui qualquer controle sobre a concessão de patentes de recursos genéticos extraídos em seu território e exportados para fora de suas fronteiras. Inclusive, as formas de proteção legal internas são avassaladas pela própria Lei Mundial de Patentes, de que somos signatários desde 1995, pois desobriga a comprovação de origem do material genético no registro, incentivando o capital transnacional, no mais das vezes sob a proteção dos países centrais, a buscar material genético fora de suas fronteiras– vale lembrar que a biodiversidade brasileira significa cerca de 22% da flora do planeta (HATHAWAY, 2004). Ademais, o capital transnacional pode utilizar chamada "patente virtual" quando, por exemplo, um determinado produto que utiliza parte do material genético descoberto no Brasil é patenteado. Nesse caso, o material genético não é patenteado, mas acaba sendo apropriado pelo capital, pois compõe o produto final (MONTIEL, 2011; HATHAWAY, 2004).

Em 1992, mais de 180 países, entre eles o Brasil, assinaram a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), no Rio de Janeiro, reconhecendo a soberania de cada nação para exploração de seus próprios recursos genéticos, biológicos e conhecimentos tradicionais. Dois anos mais tarde, quando o tema ainda estava na ordem do dia, o Congresso Nacional brasileiro ratificou o acordo sem, contudo, regulamentá-lo. Mas, por sobre o debate político-institucional acerca da proteção da diversidade biológica, concorria a sanha do capital transnacional pela apropriação das riquezas naturais e ecológicas, explícita em um episódio famoso e emblemático no final da década de 1990 no Brasil: o Acordo Bioamazônia-Novartis.

A Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Bioamazônia) foi criada na qualidade de Organização Social (OS) – nos termos da problemática Lei nº 9.637 de maio de 1998, a Lei das OS –, no contexto de discussão do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade (Probem) – instituído pelo Ministério do Meio Ambiente a partir do Decreto nº 4.284, de 26 de junho de 2002 –, e tinha como objetivo atuar de forma complementar com a implementação do Probem. Mas ainda nos anos 2000, sob o financiamento da Novartis Pharma AG – resultado da fusão, em 1996, entre as companhias transnacionais do setor farmacêutico Ciba-Geigy e Sandoz –, a Bioamazônia passou a construir um centro de pesquisas e desenvolvimento de biotecnologia para a produção, entre outros, de medicamentos e produtos alimentícios em Manaus/AM. Como notou Antonio Fernando Pinheiro Pedro, no Acordo de Cooperação entre ambas, a Bioamazônia concederia à Novartis "[...] o direito de acesso e uso exclusivo de organismo genético vegetal vivo (germoplasma) pertencente ao vasto território amazônico [...]", que permitiria à Novartis "[...] coletar, identificar, classificar e caracterizar o perfil das cepas e os componentes químicos dos extratos (microrganismo), podendo, ainda, enviar tais materiais para a matriz, situada na Suíça [...]". Ademais, a gigante farmoquímica teria "[...] licença perpétua e exclusiva, com direito de conceder sublicenças, para produzir, usar e vender produtos contendo o composto original ou derivados, além de quais direitos de patentes ou *know-how*". A Bioamazônia, por seu turno, produziria até 10 mil cepas microbianas (fungos e bactérias) em troca de 1%, em *royalties*, sobre o novo composto produzido pela Novartis por um período de dez anos [51], mais 1,5 milhão de francos suíços (SFr) a cada teste clínico, 750 mil pela patente e 500 mil no primeiro dia

---

51 PEDRO, Antonio Fernando Pinheiro. Biodiversidade Brasileira e os contratos de Bioprospecção (O caso Bioamazônia-Novartis). **Portal Pinheiro Pedro Advogados**. Não datado. Disponível em: https://web.archive.org/web/20190916004157/http://pinheiropedro.com.br/site/artigos/biodiversidade-brasileira-e-os-contratos-de-bioprospeccao-o-caso-bioamazonia-novartis/. Acesso em: 7 dez. 2021.

de comercialização[52]. A Novartis teria a propriedade sobre os direitos de todas as criações compostas derivadas do germoplasma retirado da Amazônia[53]. Não demorou para que o movimento ambientalista, parlamentares a ele ligados e a comunidade científica[54] manifestassem descontentamento com o acordo, judicializando a questão.

Em 2000, FHC resolveu a celeuma: apresentou a Medida Provisória nº 2.186-16, de 29 de junho de 2000 – reiterada em 23 de agosto de 2001 –, a qual determinava que a bioprospecção realizada por estrangeiros no Brasil deveria estar associada a um instituto de pesquisa brasileiro. A medida ficou conhecida como "MP da Novartis". No ano seguinte, o Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, regulamentou parte da medida provisória e criou o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) (HATHAWAY, 2004). Em 2005, Lula aprovou o Decreto nº 5.459, regulamentando o artigo 30 da MP de 2001 que, ao lado da Lei de Crimes

52 Associação defende acordo com Novartis. Folha Ciência. **Portal Folha de São Paulo**. 06/06/2000. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0606200001.htm. Acesso em: 11 jan. 2019.

53 PEDRO, Antonio Fernando Pinheiro. Biodiversidade Brasileira e os contratos de Bioprospecção (O caso Bioamazônia-Novartis). **Portal Pinheiro Pedro Advogados.** Não datado. Disponível em: https://web.archive.org/web/20190916004157/http://pinheiropedro.com.br/site/artigos/biodiversidade-brasileira-e-os-contratos-de-bioprospeccao-o-caso-bioamazonia-novartis/. Acesso em: 7 dez. 2021.

54 A polêmica do acordo Novartis/Bioamazônia. **Portal FAPESP**. 03/08/2000. Disponível em: https://namidia.fapesp.br/a-polemica-do-acordo-novartisbioamazonia/12870. Acesso em: 7 dez. 2021.

Ambientais nº 9.605 de 1998, prevê sanções bastante brandas para crimes dessa natureza – multas e prisões de seis a doze meses (MONTIEL, 2011)[55].

Assim, a defesa da soberania nacional não parece ser suficiente para a garantia do controle de seus povos sobre o conjunto da diversidade biológica, talvez por se tratar de uma categoria elaborada nos marcos da teoria liberal, concebida do ponto de vista do capital. Como lembra István Mészáros (2009), desde Hegel o significado de soberania nacional é a liberdade mais fundamental de um povo, que, porém, depende da vontade dos demais Estados (ou do arbítrio do outro). O problema é que esse arbítrio está absolutamente submetido à dissonância entre as estruturas de reprodução material do capital e a formação do Estado, bem como à dissonância de interesses entre os próprios Estados. "De modo geral, as nações capitalistas dominantes defendem seus interesses com todos os meios à sua disposição – pacíficos enquanto possível, mas recorrendo à guerra se não houver outra forma" (MÉSZÁROS, 2009, p. 229). No caso da riqueza da biodiversidade, não têm sido poucos os mecanismos de pilhagem, principalmente em face da importância cada vez maior assumida pelas novas tecnologias como forças produtivas.

55 Para ilustrar os efeitos da legislação, dois casos são dignos de nota. O primeiro trata-se da autorização de acesso a recursos genéticos emitida pelo CGEN para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em 2005 para a constituição de um banco de extratos que visasse atividades com potencial econômico, sob o projeto de criação do Banco de Biodiversidade do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), que substituiu a Bioamazônia. O projeto tinha o objetivo de reunir germoplasma para atender às necessidades dos setores de cosméticos, perfumaria e farmoquímico, a partir de um Núcleo de Extratos. Já o segundo foi a concessão dada pelo CGEN para a Fundação Zoobotânica do Rio Grande Sul (FZB/RS) para a coleta de recursos genéticos para bioprospecção na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, em Santa Catarina, em parceria com o Gesellschaft für Biotechnologische Forschung (Centro de Pesquisa alemão para Biotecnologia), no contexto da cooperação Brasil-Alemanha. As pesquisas envolviam organismos de esponjas marinhas para identificar potenciais recursos genéticos para a elaboração de antibióticos. Um detalhe é que a FZB/RS apenas realiza a coleta e a identificação do material genético, sendo o trabalho posterior de sequenciamento e isolamento de genes realizado na Alemanha. Outro detalhe: no acordo de cooperação, o Brasil aparece como "contratante" e o GBF como "contratado", "[...] como se o instituto alemão fosse um 'prestador de serviços' ao Brasil e como se apropriação intelectual dos resultados não fosse mais que uma remuneração ao (des)serviço de apropriação da biodiversidade brasileira". Citação de: "Acesso e repartição de Benefícios (ARG) no Brasil: a nova fórmula jurídica para legalizar a biopirataria". **Portal Instituto Socioambiental**. Não datado. Disponível em: https://web.archive.org/web/20081121015100/https://socioambiental.org/coptrix/art_02.html. Acesso em: 7 dez. 2021.

Montiel (2011) e Hathaway (2004) apresentam alguns casos importantes de biopirataria no Brasil, como da planta pau-pereira, utilizada pela indústria farmacêutica na elaboração de medicação que retarda a evolução do câncer. Sua tonelada é vendida por R$ 7, retornando ao país, depois de industrializada e patenteada, por US$ 85 cada 120 gramas do princípio ativo da planta; ou do cupuaçu, cujo óleo foi patenteado por um "inventor" japonês através de uma empresa norte-americana, a Cupuaçu Internacional, de modo que a comercialização de seu princípio ativo exige o pagamento de *royalties* (MONTIEL, 2011). Hathaway (2004) também apresenta informações importantes, a partir da base de dados do ETC Group – à época RAFI –, sobre a apropriação de um conjunto de bactérias extraídas do Brasil e patenteadas nos Estados Unidos ainda na década de 1990. De acordo com o autor, o American Type Culture Collection (ATCC), Autoridade Depositária Internacional norte-americana, centro para depósito de culturas de microrganismos e tecidos, registrou: (a) microrganismo de solo *Ampullariella*, patenteado pela Dow Chemical para produção de isomerase de glucose; (b) microrganismo de solo para produção da medicação *streptonigrin*, pela Bristol Labs; (c) microrganismo de solo para produção do complexo CL 1565 de antibióticos, patenteado pela Warner-Lambert/Parke Davis; (d) microrganismo de origem não identificada para produção do medicamento antitumoral *heteroglycans*, patenteado pela Kaken Pharmaceuticals.

Acerca dos produtos brasileiros, particularmente da Amazônia, que já tiveram suas patentes requeridas no exterior, Homma (2008) apresentou importante quadro (Quadro 3), conforme segue:

Quadro 3: Patentes sobre produtos das plantas amazônicas requeridas em diversos países desenvolvidos.

Produto	N. de patentes	Países
Castanha-do-pará	73	EUA
Andiroba	2	França, Japão, União Europeia (UE), EUA
Ayahuasca (*Banisteriopsis caapi*)	1	EUA (1999-2001)
Copaiba	3	França, EUA, OMPI[56]
Cunaniol (*Clibatium sylvestre*)	2	UE, EUA
Cupuaçu	6	Japão, Inglaterra, UE
Curare (Espécies de *Chondrodendron* e de *Strychnos*)	9	Inglaterra, EUA
Espinheira-santa (*Maytenus ilicifolia*)	2	Japão, UE
Jaborandi	20	Inglaterra, EUA, Canadá, Irlanda, OMPI, Itália, Bulgária, Rússia, Coréia do Sul
Amapá-doce (*Brosimum parinarioides Ducke*)	3	Japão
Piquiá [*Caryocar villosum* (Aubl.) Pers.]	1	Japão
Jambu	4	EUA, Inglaterra, Japão, UE
Sangue-de-drago (*Croton lechleri*)	7	EUA, OMPI
Tipir (*Octotea radioei*)	3	Inglaterra, Canadá
Unha-de-gato (*Uncaria* ssp)	6	EUA, Polônia
Vacina do sapo (*Phyllomedusa bicolor*)	10	OMPI, EUA, UE, Japão

Fonte: HOMMA, 2008, p. 70.

56 A Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) ou World Intellectual Property Organization (WIPO) é uma entidade de Direito Internacional Público com sede em Genebra.

Mas talvez o caso mais drástico da biopirataria seja aquele que envolve a pesquisa médico-farmacêutica da composição genética de certos grupos humanos, segundo afirma Hathaway (2004). Nesse contexto, o sangue indígena passa a ter importante valor como fonte de genes de grupos isolados, preferidos pelas companhias farmoquímicas transnacionais, pois, teoricamente, nele haveria transmissão de fatores hereditários através das gerações por genes específicos, mais facilmente identificados pela biologia molecular e genética que quando comparadas a "pessoas comuns" que vivem na cidade ou no campo. Como fonte de genes, o sangue indígena apresentaria maior chance de ser rastreado geneticamente. O autor afirma haver documentos desse tipo de pirataria que mostram que: (a) a Universidade de Yale (EUA) possui 703 amostras de sangue dos Kayapós, a partir das quais busca identificar características relacionadas ao vírus linfotrópico da célula humana (HTLV); (b) o Instituto Nacional do Câncer (NCI) norte-americano dispõe de amostras de sangue de adultos de 13 povos indígenas da América Central e do Sul, especialmente, dos Kaiapós e Krahós, do Brasil; (c) a empresa norte-americana Corell Ceel chegou a comercializar células dos povos Karitiana e Suruí, de Rondônia – o que, inclusive, foi objeto de investigação de uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a Comissão da Biopirataria da Amazônia, em 1997.

Em 2011, Pat Mooney, pesquisador canadense do ETC Group, afirmava que estaríamos experimentando uma mudança do foco das grandes companhias transnacionais da agricultura para a biomassa. Isso porque tudo o que atualmente pode ser produzido a partir do carbono fóssil, com os avanços da ciência e tecnologia – particularmente da biologia sintética –, poderia virtualmente ser produzido também com carbono vivo. Em outras palavras, seria possível criar formas de vida inimagináveis a partir da biomassa e da manipulação do ácido desoxirribonucleico (DNA).

> Toda a vida que conhecemos é feita de A, C, G e T, que são as bases de aminoácidos. Agora, eles [os cientistas] podem

> fazer um F, um X... Em teoria, eles podem fazer 12 letras de DNA. Então, há uma massiva multiplicação da diversidade da vida. Quase tudo que sabemos que é vivo é baseado em 20 aminoácidos.
>
> Com a biologia sintética, você pode alterar a célula para ler de um jeito diferente o DNA, fazendo com que passe a existir 276 diferentes aminoácidos. Isso significa que você pode criar mais biodiversidade não natural em um tubo de laboratório do que há em todo o mundo, contando a Amazônia e tudo mais. No passado, pela primeira vez, os cientistas foram capazes de criar uma forma de vida inteira que nunca tinha existido antes. Não foi só um micróbio, mas um que pode se replicar por várias gerações e ir se alterando. O que eles dizem é que podem pegar esses micróbios e construí-los de tal forma que, com qualquer biomassa, eles a transformam no que eles quiserem[57].

Em meados de 2010, abordando a possibilidade de criação de vida artificial autorreplicante, o pesquisador afirmou que os governos "[...] pensam que é uma maneira técnica e rápida de consertar problemas atuais, como a aproximação do pico de produção do petróleo e as crises alimentar e climática". Porém, a ciência ainda não desvendou as "[...] profundas implicações para a biodiversidade que essa tecnologia poderia gerar", além de não existir "[...]capacidade nos governos, individualmente ou de forma coletiva, de regular essa tecnologia"[58]. Segundo o cientista, "essa é a tecnologia mais poderosa que o mundo já viu, com a exceção, talvez,

57 Pat Roy Mooney em entrevista para o Brasil de Fato. "Com a biologia sintética, o controle da vida estará nas mãos de pouquíssimas empresas", 24 de fevereiro a 2 de março de 2011. **Caderno Internacional**, p. 10-11.

58 Pat Roy Mooney em entrevista para o Brasil de Fato. Brasil pode ser primeiro a receber experimentos, alerta pesquisador, 27 de maio a 2 de junho de 2010. **Caderno Brasil**, p. 5.

das armas nucleares", e está sob o controle de empresas transnacionais como a British Petroleum e a Exxon, assim como a DuPont e Monsanto[59].

No Brasil, já foi realizado um experimento por Jay Keasling, engenheiro e empresário norte-americano da empresa Amyris, especializada no desenvolvimento de biologia sintética, que tem contrato com a British Petroleum. Esse trabalho consistiria na construção de uma planta industrial em São Paulo que produziria uma segunda geração de agrocombustíveis a partir da cana-de-açúcar[60]. Para Mooney, caso os cientistas das empresas transnacionais construam "[...] uma forma de vida que o mundo nunca viu, e se essa forma de vida não possuir inimigos no meio ambiente, então ela pode destruir ou se alimentar da biodiversidade". Embora haja a possibilidade de novas formas de agrocombustíveis mais produtivos ou insumos para a fabricação de combustíveis e alimentos, o pesquisador afirma que: "[...] existe o perigo de que o micróbio artificial que eles [os cientistas] usarem escape para o meio ambiente". Experimentos dessa natureza em um país como o Brasil, que possui uma das mais importantes biodiversidades do mundo, "é uma coisa perigosa de se fazer". E o campo de experimentos não se encerra com os biocombustíveis ou com os alimentos: "O que as empresas querem fazer de verdade é controlar as biomassas [...]. Ao invés de usar carbono fossilizado, como nós fazemos com petróleo ou gás natural, utilizarão carbono vivo, que será transformado em plástico, comida, o que quiserem"[61]. Atualmente, esses experimentos estão sob o controle de empresas como Monsanto, Dupont, British Petroleum, Exxon Mobil, Basf, Bayer e empresas menores, como a Amyris – financiada, entre outros, pelo Departamento Estadunidense de Energia, por empresas petrolíferas e mesmo empresas sob a proteção

59 Pat Roy Mooney em entrevista para o Brasil de Fato. Brasil pode ser primeiro a receber experimentos, alerta pesquisador, 27 de maio a 2 de junho de 2010. **Caderno Brasil**, p. 5.

60 Idem.

61 Idem.

do Estado brasileiro, como a Votorantim e grupos ligados ao agronegócio da cana-de-açúcar[62].

Pat Mooney completa:

> Há um dado que acho que deveria amedrontar a todos. Os investidores capitalistas que investem em biologia sintética dizem a mesma coisa, que 23,8% da biomassa terrestre produzida anualmente no mundo está transformada em *commodity*, ou seja, é um produto para ser vendido. Isso é o que eles podem controlar no momento. Então, eles dizem que, com a biologia sintética, eles poderão controlar os restantes 76,2%. A estratégia das grandes empresas é produzir o que elas chamam de genes climáticos, ou seja, que podem suportar as mudanças climáticas. O que elas na verdade estão fazendo é tentar capturar um grande pedaço de DNA e monopolizá-lo. Esse mesmo pedaço de DNA existe em praticamente todas as plantas que conhecemos e o que eles estão tentando dizer é que qualquer parte de uma planta que tenha esse pedaço de DNA é deles. E, segundo as empresas, esse pedaço de DNA fará com que as plantas aguentem as mudanças climáticas. Então, elas dizem que vão proporcionar a segurança alimentar de todos nós através do controle desse pedaço de DNA. Já há 262 patentes desse tipo, e 79% delas estão nas mãos de apenas seis empresas[63].

62 Vale lembrar que no caso da floresta amazônica, são cerca de 8 milhões de quilômetros quadrados (800 milhões de hectares) cobrindo os territórios do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guianas. “Observe-se que essa floresta ombrófila abriga entre 350 toneladas de biomassa por hectare, nas subáreas onde é mais aberta, e 550 toneladas, nas subáreas onde é mais densa e fechada [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 207).

63 Pat Roy Mooney em entrevista para o Brasil de Fato. Brasil pode ser primeiro a receber experimentos, alerta pesquisador, 27 de maio a 2 de junho de 2010. Caderno Brasil, p. 5.

Não será surpreendente se, nos próximos anos, os conflitos sociais em torno da biodiversidade, por terra e água, ganharem cada vez mais intensidade, a cada novo salto produtivo do sistema do capital.

7.6 Os conflitos por terra, água e a violência no campo

Em 10 anos, o tamanho do território brasileiro sob conflito aumentou mais de 4 vezes, de acordo com os relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 2008, foram registrados conflitos em cerca de 8 milhões de hectares de terra, saltando para 21 milhões em 2016 e para 37 milhões em 2017. É como se Japão ou Alemanha registrassem conflitos em toda sua extensão territorial. Os dados-base de 2017 mostram que os conflitos estiveram concentrados na região Norte do país. Os estados com mais ocorrências, em termos de quantidade, foram Amazonas, Roraima, Pará, Mato Grosso e Rondônia, e 54% do total das áreas em conflitos foram territórios indígenas (CPT, 2017). O ano de 2020, no entanto, foi aquele com o maior número de conflitos por terra desde 1985. No contexto da pandemia da covid-19, e sob o governo Bolsonaro, foram contabilizadas 1.576 ocorrências – número 25% maior que em 2019 e 57,6% superior a 2018 (CPT, 2021).

Desde seu surgimento na década de 1970, a CPT registra a violência no campo, mas a partir de 1985 passou a organizá-los e publicá-los sistematicamente. Os dados que compõem os *Cadernos de Conflitos no Campo* da CPT são obtidos por meio de pesquisas primárias e secundárias, realizadas por suas regionais. Esses dados são sistematizados por uma Secretaria Nacional, em Goiânia (GO), através do Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra, Data CPT, e para cada conflito é elaborado um histórico. As pesquisas secundárias são feitas através do levantamento de dados e informações que constam de jornais de circulação local, estadual e nacional; boletins e publicações de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, órgãos governamentais, igrejas;

declarações e cartas assinadas; boletins de ocorrência. Quando ocorre desencontro entre os números das fontes secundárias com aqueles apurados pelas regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária.

Os conflitos registrados envolvem trabalhadores e trabalhadoras, tendo como objeto central de preocupação a violência sofrida. Assim, dois conceitos são base para a construção do relatório: conflito e violência. Entende-se por conflito

> [...] as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2010, p. 11).

Os conflitos são identificados pela CPT à radicalização do antagonismo social fundamental ou à contradição capital/trabalho. Por essa razão, a resistência e o enfrentamento são seu substrato – resistência aos processos violentos de expansão do capital em detrimento das condições de existência e reprodução daqueles grupos, povos, comunidades que vivem do trabalho; e enfrentamento às personificações violentas desse processo. É por isso que não encontramos nos *Cadernos* as situações de conflito intraclasse, pois eles registram os conflitos por terra, pela água, conflitos trabalhistas, em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo e, por vezes, conflitos sindicais.

Já a violência é compreendida pela CPT como:

> [...] o constrangimento e ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais no campo (CPT, 2010, p. 12).

Entre 1985 e 2009, todos os anos, 2.709 famílias, em média, foram expulsas de sua terra. Ao longo de todo o período, 63 pessoas envolvidas na luta pela terra foram assassinadas, 422 pessoas foram presas, 13.815 famílias sofreram despejos e 92.290 famílias estiveram envolvidas diretamente em conflitos por terra (CPT, 2010). Observando esses dados, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Paulo Roberto Alentejano (2010) identificaram algumas regularidades nos conflitos, estabelecendo cinco períodos distintos, entre 1985 e 2000, caracterizados por certas dinâmicas distintas. O primeiro, que vai de 1985 a 1990, é marcado pela violência do poder privado, com destaque para os casos de assassinatos de trabalhadores diretamente envolvidos na luta pela terra: foram cerca de 130 assassinatos, em média, por ano – dado que, vale registrar, não tem precedentes e não se repetiu ao longo de toda a série histórica até os dias atuais. Entre 1991 e 1995, o segundo período, destacam-se as ações de ocupação de terras por movimentos sociais de luta por reforma agrária. A partir de 1996 até 2000, esses movimentos iniciaram um terceiro período da dinâmica dos conflitos, quando a média anual de ocupações de terra registrou os índices mais altos de toda a série histórica. Entre 2001 e 2002, os autores registraram um quarto período, de refluxo de todos os indicadores de conflitos e das diferentes formas de violência, quando comparados com os períodos anteriores, com queda importante no número de famílias expulsas pelo poder privado, de pessoas presas e de ações judiciais de reintegração de posse. Por fim, o período que vai de 2003 a 2009 foi aquele com maior conflitividade entre todos os considerados. Conforme escrevem os autores:

> É o período recordista na média anual de conflitos e o segundo na média anual de famílias envolvidas nesses conflitos, com níveis praticamente iguais aos do 1º período. É o segundo em relação à média anual de ocupações e de famílias envolvidas nas mesmas. Só perde para o período 1996-2000. Do lado do poder privado, o número de famílias expulsas atinge a maior média anual, e houve retomada

> dos assassinatos. Em 2003 o número de pessoas assassinadas retomou os níveis do período de maior violência (1985-1990), muito embora nos anos subsequentes retornasse a uma média anual de 39 assassinatos. Também nesse período se deu a maior média anual de famílias despejadas – 22.000 famílias por ano – e de 380 pessoas presas anualmente (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010, p. 110).

Do ponto de vista da distribuição dos conflitos pela terra por região socioeconômica, os autores identificaram que, entre 1987 e 2005, a Amazônia concentrou 35%; o Centro-Sul, 35%; e o Nordeste, 31%. No que diz respeito ao número de famílias envolvidas, a região Centro-Sul reuniu 39% do total; a Amazônia, 33% e a região Nordeste, 28%. Mas no que toca ao número de ocupações, a região Centro-Sul concentrou quase a metade das ações: 47% do número total, enquanto a região Nordeste registrou 38% e a Amazônia, 15%. Na Amazônia, predominaram os assassinatos e o número de famílias expulsas pelo poder privado. De 1985 a 2009, a região registrou, respectivamente, 63% e 39% do número total de assassinatos e famílias expulsas. A região Centro-Sul representou 19% do número de assassinatos e 28% das famílias expulsas, e o Nordeste, 18% e 33%, nessa ordem. No que diz respeito às famílias despejadas, a região Centro-Sul se destacou com 47% do total. Nordeste e Amazônia tiveram, respectivamente, 29% e 24% do total dos casos anotados pela CPT (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010).

Os autores elaboraram um índice de conflitividade no campo, tomando como referência os dados da CPT e relacionando-os com a população rural de cada estado. Assim, nem sempre determinado estado que apresenta um número absoluto alto de violência é aquele que, de fato, a concentra, uma vez que a população rural pode ser maior e, com isso, seus índices relativos podem ser menores. Esses índices foram obtidos através da divisão da porcentagem que cada unidade da federação apresenta dentro do

total de conflitos no Brasil no período pela porcentagem de população rural de cada local. O cálculo da população rural para o período de 1985 a 2009 tem como referência a média ponderada dos Censos de 1991 e 2000 e das contagens populacionais de 1996 e 2006 do IBGE. Assim, se uma unidade da federação tem 10% do total de conflitos no país e 10% do total da população rural do país no mesmo período, seu índice é de 1,0. Se o índice é menor que 1,0, a contribuição para o que os autores chamam de conflitividade geral do país é menor que a proporção de população rural. E o inverso também é verdadeiro: índice maior que 1,0 significa que a unidade da federação contribui mais do que sua proporção de população rural. A partir de quatro variáveis – assassinatos, famílias expulsas, prisões e famílias despejadas –, os autores elaboram um *ranking* da violência no campo (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010).

Segundo suas análises, o estado do Mato Grosso aparecia em primeiro lugar no *ranking* da violência, com 22,40 pontos; seguido pelo Mato Grosso do Sul, com 16,68; Roraima, com 14,65; e Pará, com 12,26. Em Roraima, os massacres de indígenas foram responsáveis por tal posição. Importa notar que:

> Esse *ranking* deixa patente o dinamismo violento protagonizado pelo agronegócio. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que encabeçam este *ranking*, são os estados que utilizam as mais modernas tecnologias na produção, deixando patente que a mais alta modernidade se constrói reproduzindo o mesmo recurso à violência de sempre. Mais do que uma fronteira agrícola, estamos diante de um verdadeiro *front*, pois é uma verdadeira guerra contra os posseiros, os povos originários e quilombolas, que está sendo travada e que, como vimos, vem se agravando nos últimos anos (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010, p. 113).

O *Caderno de Conflitos* publicado em 2021 pela CPT apresenta um importante quadro da evolução dos conflitos no período de 2011 a 2020 (Tabela 1), subsequente à análise de Carlos Walter Porto-Gonçalves e Paulo Alentejano, que nos permite identificar outras tendências.

Tabela 1: Comparação dos conflitos no campo no Brasil (2011 a 2020).

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Conflitos por terra										
Nº de ocorrências (1)	818	828	802	820	828	1.112	1.033	1.000	1.260	1.576
Ocupações/ retomadas	211	255	245	223	234	224	193	157	46	29
Acampa-mentos	32	15	15	22	30	25	13	20	5	3
Total (2)	**1.061**	**1.098**	**1.062**	**1.065**	**1.092**	**1.361**	**1.239**	**1.177**	**1.311**	**1.608**
Assassinatos	30	34	30	37	49	61	70	27	27	14
Pessoas envolvidas	491.660	471.160	461.065	622.495	642.005	736.590	639.715	664.470	580.228	687.872
Hectares	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957
Conflitos trabalhistas										
Trabalho escravo	230	170	142	132	80	68	67	86	89	96
Assassinatos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas envolvidas	3.929	3.002	1.730	2.494	1.760	751	532	1.465	880	1.104
Super-exploração	30	14	13	10	6	1	-	5	1	-
Assassinatos	-	-	2	-	1	1	-	2	3	-
Pessoas envolvidas	466	73	142	294	125	2	-	14	3	-
Total	**260**	**184**	**155**	**142**	**86**	**69**	**67**	**91**	**90**	**96**
Conflitos pela água										
Nº de conflitos	69	78	103	131	151	177	199	279	502	350
Assassinatos	-	2	2	-	-	2	1	1	2	4
Pessoas envolvidas	140.285	145.755	158.180	204.255	217.710	223.455	178.090	379.035	317.524	225.168

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Outros: conflitos em tempos de seca e garimpo										
Nº de conflitos	-	36	12	-	-	-	-	-	-	-
Assassinatos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas envolvidas	-	26.005	1.350	-	-	-	-	-	-	-
Total dos conflitos no campo no Brasil										
Nº de conflitos	**1.390**	**1.396**	**1.332**	**1.338**	**1.329**	**1.607**	**1.505**	**1.547**	**1.903**	**2.054**
Assassinatos	**30**	**36**	**35**	**37**	**50**	**64**	**71**	**30**	**32**	**18**
Pessoas envolvidas	**636.340**	**619.990**	**621.117**	**829.538**	**861.600**	**960.798**	**818.337**	**1.044.984**	**898.635**	**914.144**
Hectares	**14.410.626**	**13.181.570**	**6.228.667**	**8.134.241**	**21.387.160**	**23.697.019**	**37.019.114**	**39.425.494**	**53.313.244**	**77.442.957**

(1) Os dados do número de ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, roças e pertences; pistolagem, grilagem, invasões etc.

(2) Em 2020, foi registrado um total de 1.608 ocorrências de conflitos por terra. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um deles corresponde a uma ocorrência. Nesse ano, as áreas ou localidades em conflito somam 1.190. Para saber as áreas em conflito, ver o site https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo.

Fonte: CPT, 2021, p. 22.

De 2011 a 2020, o número de conflitos por terra saltou de 818 para 1576, com algumas inflexões. Interessante notar que esse aumento se deu num contexto de significativa redução do número de ocupações e/ou retomada de terras. Chama a atenção o baixíssimo número de novos acampamentos formados, indicando o arrefecimento da luta pela terra na última década, quando a reforma agrária experimentou um forte declínio. Em contrapartida, o número de pessoas envolvidas em conflitos no período considerado foi bastante elevado, indicando que o conflito no campo se deu, sobretudo, em territórios já ocupados por grupos da classe trabalhadora ou comunidades, povos que têm a experiência social associada à terra, o que aponta para uma tendência de ofensiva do capital sobre os territórios já conquistados.

Outra importante evidência do que poderíamos chamar de nova escalada da violência do poder privado na sua forma mais radical contra

trabalhadores diretamente envolvidos na luta pela terra é o número de assassinatos, ainda que tenha registrado importante queda nos anos de 2019 e 2020, com destaque para o triênio 2015-2017, quando alcançamos a marca de 70 mortes em um ano.

O avanço das atividades de garimpo e da extração ilegal de madeira, sobretudo em territórios indígenas, também tem sido responsável pelo aumento dos conflitos, sobretudo na Amazônia, que do fim da década de 1980 a meados dos anos 2000 já havia concentrado a maior parte dos conflitos do país. Como vimos, a Amazônia é importante tanto para os processos produtivos que demandam a derrubada de matas, a exploração de madeiras e a expansão da pecuária quanto para os novos padrões tecnológicos baseados no germoplasma, demandado pelas indústrias ligadas às biotecnologias. Ademais, voltam a ganhar importância os conflitos envolvendo povos indígenas e tradicionais, principalmente nessa região.

Outro dado significativo é o aumento do número de conflitos em torno da água, que, em 2011, foram 69 e, em 2020, 350, chegando a 502 no ano anterior – em um crescente apesar de uma inflexão de 2019 para 2020. Se for verdade, como afirma Porto-Gonçalves (2008), que a questão da água emerge com força a partir de meados da década de 1990, também deve ser correto afirmar que, na última década, passou a integrar o centro da conflitividade no campo. O Brasil, ao lado de Bolívia, Colômbia, Venezuela, Argentina e Chile, é considerado um país rico em disponibilidade hídrica por habitante, segundo os critérios da ONU, situado na faixa entre 10 e 100 m^3/pessoa/ano, apesar de grandes extensões áridas ou semiáridas, como a região Nordeste. Junto com Orenoco e Madalena, os rios Amazonas, São Francisco, Paraná e Paraguai transportam mais de 30% da água superficial continental do planeta. A vazão média da bacia Amazônica é de 212 mil m^3/s, oferecendo água doce em abundância e servindo como eixo de integração hídrica na América Latina. O continente dispõe ainda da maior reserva geológica de água do mundo, o Aquífero

Guarani, que compreende Paraguai, Uruguai e Argentina, além do Brasil; sem contar áreas alagadas, como pantanais, mangues, entre outros. São áreas com enorme diversidade biológica que estão ameaçadas pela poluição, pela drenagem e outros expedientes, sobretudo, pelo avanço das grandes monoculturas de soja, algodão, milho etc., ou pelos megaprojetos de infraestrutura da construção civil ou ainda pela atividade de mineração. Enquanto o consumo humano direto corresponde a somente 10% da água consumida, a agricultura consome 70% desse volume. Ademais, os avanços da química, da biotecnologia e da nanotecnologia, com o altíssimo grau de manipulação da matéria, tornaram o consumo de água ainda mais importante nos processos produtivos, seja de modo direto, seja via energia hidrelétrica ou ainda como destino de rejeitos industriais (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Ao que tudo indica, não parece que o conflito social vá "[...] se tornando residual com o passar do tempo, reduzindo-se à esfera trabalhista, nas poucas regiões onde permanece importante um contingente de trabalhadores rurais assalariados [...]" (NAVARRO, 2014, p. 713), pelo contrário, tende a se tornar mais agudo. Vale destacar que, entre suas primeiras medidas, o governo de Jair Bolsonaro deslocou as atividades da Fundação Nacional do Índio (Funai) de identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas, quilombolas e descendentes de escravos para o Mapa, assim como a política de reforma agrária e o Serviço Florestal Brasileiro para o órgão, cujo controle é dos chamados ruralistas[64]. A tendência é que os próximos *Cadernos* da CPT venham com dados ainda mais graves sobre a violência no campo brasileiro.

---

64 Bolsonaro retira da Funai a demarcação de terras indígenas. **Portal Folha de São Paulo**. 1 jan. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/bolsonaro-retira-da-funai-a-demarcacao-de-terras-indigenas.shtml. Acesso em: 2 jan. 2019.

7.7 A pobreza, a precarização permanente das relações laborais e a eliminação do emprego no campo

No ano de 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou que o Brasil havia deixado o Mapa da Fome, alcançando, com isso, um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio definidos pela organização até 2015. À época, os dados demonstravam que a taxa de desnutrição no Brasil havia saído da casa dos 10,7% em 2003 para menos de 5% em 2012. Igualmente, a pobreza foi reduzida de 24,3% para 8,4% entre 2001 e 2012, assim como a pobreza extrema também caiu de 14% para 3,5% no mesmo período[65]. Segundo os dados apresentados pelo relatório do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 (GT Agenda 2030) em 2018, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)[66], acerca do percentual da população abaixo da linha nacional da pobreza, o país apresentou queda drástica nesse indicador entre 1995 e 2013, quando o percentual voltou a subir. Se em 1995 eram 32,7% a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza, em 2013 caiu para 12,7%. Porém, dois anos depois já se registrava 13,9% (ACTIONAID, 2018).

O relatório do GT Agenda 2030 destacava como principais aspectos para o aumento recente da pobreza no Brasil: (a) o ajuste fiscal realizado por Dilma Rousseff ainda em 2015; (b) a aprovação da Emenda à Constituição 55/2016, que estabeleceu teto para os gastos públicos por 20 anos, de acordo com a variação da inflação; (c) as propostas de alteração no

65 "Sair do mapa de fome da ONU é histórico, diz governo". **Portal Exame**. 16/09/2014. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/sair-do-mapa-de-fome-da-onu-e-historico-diz-governo/. Acesso em: 17 dez. 2018.

66 A PNAD é uma pesquisa realizada pelo IBGE com o intuito de coletar características gerais da população, como trabalho, educação, habitação, entre outros. Fonte: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e (N. R.).

regime previdenciário; e (d) o desmonte da legislação trabalhista, particularmente a prevalência do negociado sobre o legislado (ACTIONAID, 2018, p. 6-7).

De fato, a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2017 (SIS 2017) do IBGE, divulgada em dezembro de 2017, apontou que 25,4% da população brasileira, cerca de 50 milhões de pessoas, viviam na linha da pobreza, tomando como referência o critério do Banco Mundial (uma pessoa com renda de US$ 5,50 por dia é considerada pobre). A pesquisa também confirmou o padrão geopolítico da pobreza no Brasil, apontando que, se no Sul, onde os índices são os mais baixos do país, há 12,3% de pessoas nessa condição, no Nordeste 43,5% da população está em situação de pobreza. No ano de 2016, os 10% com maiores rendimentos no país detinham uma renda 3,4 vezes maior que aquela apropriada pelos 40% com rendimentos mais baixos. Dos dados, três aspectos ainda merecem destaque: (a) entre as pessoas com os 10% menores rendimentos, 78,5% são o que o IBGE considera "pretos" e "pardos", e, na proporção inversa, dos 10% com maiores rendimentos, "pretos" e "pardos" respondem por 24,8%; (b) cerca de 42% das crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos vivem na condição de "pobres" (com apenas US$ 5,50/dia); e (c) as mulheres seguiam auferindo salário inferior ao dos homens no desempenho das mesmas funções (IBGE, 2017b).

No contexto da pandemia da covid-19, o Brasil experimentou um aprofundamento da desigualdade social. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), em março de 2020 cerca de 13,5 milhões de pessoas encontravam-se em situação de extrema pobreza. Em março de 2021, esse contingente era formado por quase 14,3 milhões de pessoas – um crescimento de 5,8%. Importa notar, porém, que entre 2019 e 2020 a extrema pobreza já havia aumentado 3%. Assim, entre março de 2019 e março de 2021, cerca de 1,2 milhão

de pessoas passaram à situação de extrema pobreza. Por outro turno, em 2021, ainda durante a pandemia, houve aumento do número de bilionários no país: 22 pessoas ingressaram ou retornaram à seleta lista dos 65 brasileiros – entre os 2.755 em todo o mundo – com pelo menos 1 bilhão de dólares em patrimônio (DIEESE, 2021).

No caso do campo, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, 25,5% da população estava em situação de extrema pobreza ou uma em cada quatro pessoas. Considerando os dados do CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de julho de 2014, podia-se verificar a inscrição de 3,5 milhões do total de 5,4 milhões de agricultores familiares que dispunham da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (DAP), dos quais 2,4 milhões eram beneficiários do programa Bolsa Família ou 69% do total de inscritos do CadÚnico. Dessas famílias com inscrição no Cadastro Único, 78% auferiam até R$ 154,00 *per capita*/mês, ou seja, 2,7 milhões de famílias estão em situação de pobreza. No caso dos assentados da reforma agrária, 62% do total – de 1,4 milhão de famílias inscritas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) – possui Cadastro Único; deles, 575 mil famílias eram atendidas pelo Programa Bolsa Família (ou 65% dos inscritos no CadÚnico) (MELLO, 2015, p. 7).

Soares *et al.* (2015), no entanto, afirmam que entre 2004 e 2013 houve redução significativa da pobreza rural nas regiões Norte e Nordeste, que, historicamente, são as mais assoladas pelo fenômeno decorrente do padrão de desenvolvimento (desigual e combinado) brasileiro. No período analisado, a pobreza caiu de 20% para cerca de 9%, enquanto a extrema pobreza foi reduzida de 7% para 4%. Mas em consonância com a literatura sobre o tema, “verificam-se, no atual momento, dificuldades em dar sequência à queda, pois os dois principais propulsores desses avanços vêm arrefecendo-se” (SOARES *et al.*, 2015, p. 311). Ademais, ainda de acordo com os autores, “o mercado de trabalho piora a cada dia, e o gasto

social encontra-se sob escrutínio no cenário de ajuste fiscal". Nota-se que à época de sua análise, publicada em outubro de 2015, ainda não havia sido aprovada a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, a reforma trabalhista e outras medidas de redução de gastos públicos nas chamadas áreas sociais, que geraram subtração de direitos trabalhistas e precarização do trabalho, como já mencionado. Os autores prosseguem:

> A redução da pobreza não se fez acompanhar de alterações estruturais em seus principais aspectos ou perfis. Ainda que determinados grupos vulneráveis tenham apresentado quedas mais acentuadas que as observadas para o Brasil, as regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores taxas de prevalência de pobreza e extrema pobreza, assim como as áreas rurais em todas as regiões. Dos quase 5 milhões de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza nas regiões Norte e Nordeste em 2013 – dados da PNAD –, pouco mais de 2,2 milhões (46%) vivem em domicílios classificados como agrícolas ou pluriativos (SOARES *et al.*, 2015, p. 311).

Por certo, uma das características mais problemáticas do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro é que, na mesma medida em que cria as condições para a reprodução ampliada do capital, no campo e na cidade, produz uma agressiva ampliação do empobrecimento *pari passu* à proletarização. Conforme Mészáros (2006), esse processo instala distintos grupos sociais de trabalhadores em uma condição na qual já não possuem o controle sobre os meios de produção e sobre a própria vida. Desse modo, a história da vasta e heterogênea classe trabalhadora do campo se entrelaça ao processo mais recente da formação moderna do capitalismo nacional, com todas as implicações negativas – expropriação, superexploração, desemprego, informalização e precarização – que isso representou para o mundo do trabalho.

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 e da FAO, Gerson Teixeira (2019) elaborou duas tabelas acerca da população total, rural e pessoal ocupado na agropecuária em 1975, 1980, 1985, 1995-1996, 2006 e 2017, e de pessoal ocupado por região entre 2006 e 2017 (ver tabelas 2 e 3).

Tabela 2: População total, rural e pessoal ocupado na agropecuária (1975 a 2017).

	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017	Variação 2006-2017	
							Absoluta	%
Pop. total	107.216.205	120.694.009	135.274.080	162.019.896	188.167.356	207.833.823	19.666.467 1	10,4
Pop. rural	42.196.105	41.839.482	40.889.488	36.338.396	31.861.129	28.654.406	-3.206.723	-10,1
Pop. rural/ total (%)	39,3	34,0	30,2	22,0	16,9	13,8	-	-
Pessoal ocupado	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.568.205	15.105.125	-1.463.080	-8,8

Fonte: TEIXEIRA, 2019, p. 16.

Tabela 3: Pessoal ocupado na agricultura familiar e não familiar – por grande região do Brasil (2006 a 2017).

	2006			2017			Var. agr. não fam.	Var. agr. fam.
	Total	Agr. não fam.	Agr. fam.	Total	Agr. não fam.	Agr. fam.		
Norte	1.655.649	272.009	1.383.640	2.010.291	447.537	1.562.754	64,5%	12,9%
Nordeste	7.699.138	1.333.887	6.365.251	6.376.764	1.668.094	4.708.670	25,1%	-26,0%
Sudeste	3.283.049	1.484.114	1.798.935	3.187.377	1.516.681	1.670.696	2,2%	-7,1%
Sul	2.920.445	676.098	2.244.347	2.340.866	724.576	1.616.290	7,2%	-28,0%
Centro-Oeste	1.009.924	478.987	530.937	1.189.827	632.678	557.149	32,1%	4,9%

Fonte: TEIXEIRA, 2019, p. 18.

A partir desses dados, é possível destacar algumas tendências importantes sobre o mundo do trabalho no campo. A primeira é que, a despeito do crescimento populacional brasileiro de 2006 a 2017, que foi de 10,4%, a população rural vem declinando desde o início da série, registrando

queda de 10,1% no mesmo período, chegando a 13,8% do total da população brasileira em 2017. A segunda tendência importante é a diminuição, desde 1996, dos postos de trabalho na agropecuária. Em cerca de 20 anos, desaparecem cerca de 3 milhões de empregos, como podemos ver na Tabela 3. A terceira tendência a ser destacada é que, apenas nas regiões de expansão agrícola, Norte e Centro-Oeste, houve aumento de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários. As regiões Sul e Nordeste tiveram, respectivamente, as quedas mais acentuadas, ainda que o Nordeste continue sendo o maior fornecedor de mão de obra para o campo no país.

A despeito das profundas diferenças regionais dos tipos de trabalho predominantes no campo e da dinâmica do mercado de trabalho, há reduções significativas em diferentes regiões. Por um lado, a população ocupada (PO) agrícola nos estados do Sul caiu drasticamente, principalmente, devido ao fato de que os agronegócios encontraram melhores condições para seu desenvolvimento técnico e tecnológico. Por outro, vemos que o Nordeste, apesar de ainda apresentar o maior contingente agrícola do país, também tem a segunda maior redução da PO agrícola, em razão da inviabilidade econômica do minifúndio na região. De acordo com Buainain (citado por MAIA; SAKAMOTO, 2014, p. 596) –, devemos destacar que, ultimamente, têm-se formado manchas de expansão no Nordeste em lugares determinados, a exemplo de Bahia e Maranhão, com produção de eucalipto e exportação de papel e celulose, além do complexo da soja; Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, com o agronegócio de frutas regionais; e Sergipe, com a produção de laranja, entre outros[67].

---

67 SE é o 2º do NE a ter crescimento nas exportações do agronegócio. **G1 SE.** Disponível em: http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2017/03/se-e-o-2-do-ne-ter-crescimento-nas-exportacoes-do-agronegocio.html. Acesso em: 19 jun. 2017.

Também foram notáveis as transformações ocorridas na região Sudeste, sobretudo, nos anos 1990, em face do avançado processo de modernização e tecnificação do campo. Processo que se seguiu nos anos 2000, 2001 e 2012, embora em ritmo menor, com a perda de 564 mil trabalhadores. A região Sudeste possui hoje a segunda maior participação de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias do país e a segunda maior participação no valor adicionado da produção agropecuária nacional. A região Centro-Oeste, responsável pela terceira maior participação no valor adicionado total da agropecuária, registrou, em 2006 e em 2017, o menor contingente populacional empregado nas atividades agrícolas, "reflexo de uma agricultura altamente tecnificada e pouco intensiva em mão de obra" (MAIA; SAKAMOTO, 2014, p. 598), apesar do incremento de 17,2% entre 2006 e 2017.

Como tenho afirmado, isso está profundamente ligado às mudanças sociotécnicas dos processos produtivos e organizacionais, impostos pelo padrão de desenvolvimento dos agronegócios (FIRMIANO, 2016), e às formas "flexíveis" do trabalho, que produziram um movimento de pinças duplas: por um lado, o crescimento relativo de um contingente de trabalhadores especializados, ligados aos setores de ponta dos agronegócios, por outro lado, um contingente precarizado de trabalhadores não qualificados, que perpassa tanto os trabalhadores assalariados quanto os trabalhadores por conta própria, agrícolas e não-agrícolas. Nas atividades agrícolas, caracterizadas pela alta composição orgânica de capital, há elevação da demanda por mão de obra qualificada, excluindo os trabalhadores menos qualificados (GARCIA, 2014, p. 577). Entre os primeiros, estão engenheiros, administradores, operadores de mercados financeiros, operadores de maquinário especializado, pesquisadores na área de inteligência artificial, biotecnologia, especialistas em novas tecnologias etc. Entre os segundos, está toda sorte de trabalhadores que engrossam as fileiras do desemprego estrutural – que a depender da conjuntura

conta, inclusive, com um contingente que sobra de trabalhadores altamente especializados.

Ademais, a modernização do campo, baseada na mecanização e na elevação da escala de produção, rompeu o funcionamento tradicional dos mercados de trabalho sazonais, implicando a dinâmica do mercado para aqueles trabalhadores por tarefas braçais, ocupados ocasionais, diaristas, não especializados e especializados (a exemplo de cerqueiros, tratoristas, colhedores de café, de frutas, hortaliças, cortadores de cana, entre outros). Isso não significa, no entanto, o desaparecimento do trabalho temporário e manual, já que a mecanização não permite a completa substituição do trabalhador por capital fixo (maquinário) em todas as fases e atividades do processo produtivo. Marcadamente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, vem se concentrando esse contingente reduzido de trabalhadores especializados, ligado aos setores de ponta dos agronegócios. Já o trabalho não qualificado, precário e com alto registro de ocupados não remunerados – não empregados e ligados a produção para o autoconsumo, em que se localiza o maior número de relações de tipo parceria, meação e arrendamento de pequenas porções de terras, além de categorias históricas como posseiros, pequenos produtores, entre outros – encontra-se nas regiões Norte e Nordeste. Tais relações também se reproduzem no seio dos modernos agronegócios, mas aí tendem a ser destruídas ou articuladas pelo processo de produção do valor. Para Garcia (2014, p. 578):

> A disponibilidade de mão de obra no meio rural, associada à desregulamentação e à flexibilidade na aplicação das regras legais, certamente contribuíram para a configuração de um mercado de trabalho que sempre tomou como dados, tanto a oferta abundante como o baixo custo e adaptabilidade do trabalho às condições específicas dos sistemas produtivos, seja na duração da jornada de trabalho seja em qualidade das condições gerais de trabalho

> como da remuneração (nível e modalidades). No entanto, apesar da importância do trabalho temporário para a agricultura, esse tipo de relação, extremamente assimétrica e executada em condições claramente impróprias e incompatíveis com o nível do desenvolvimento das relações de trabalho no meio urbano, configura-se como problemática, à luz dos direitos alcançados pelos trabalhadores em geral, os quais aos poucos foram sendo estendidos aos trabalhadores rurais. De fato, o novo contexto institucional em construção no País tem posto uma série de restrições às práticas usuais na contratação do trabalho temporário, o que tem induzido ao surgimento de novas modalidades de contratação, tais como o surgimento das cooperativas de trabalho.

Em 2013, o DIEESE calculou a existência de 4 milhões de ocupados empregados no campo (ou trabalhadores assalariados entre a totalidade da massa de trabalhadores na agropecuária), dos quais 59,4%, ou 2,4 milhões, eram empregados sem carteira assinada. Isto é, “[...] a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais no Brasil está em situação de trabalho ilegal (ou informal), ou seja, sem nenhuma das proteções garantidas pelo vínculo formal” (DIEESE, 2012, p. 11). Tanto a região Norte como a região Nordeste apresentaram uma taxa de informalidade, de trabalhadores assalariados sem registro, de 77,1%; nos estados do Acre, Ceará e Sergipe, essa taxa está acima dos 90% (DIEESE, 2014, p. 13). Como consequência da alta informalidade, a média de contribuintes para a previdência social era de 43,6%, ou seja, de cada 10 trabalhadores, apenas 4 contribuíam com a previdência. E entre os trabalhadores informais, somente 5,1% (DIEESE, 2014, p. 16).

É interessante notar que as análises de Garcia (2014) e do DIEESE, realizadas em 2014, não puderam levar em consideração as novas condições político-institucionais e jurídico-legais que dão forma ao mundo do trabalho rural oriundas da recente contrarreforma trabalhista, que

veio consolidar as tendências de ampla informalização e precarização das relações laborais. Aprovada pelo Congresso Nacional em julho de 2017, a contrarreforma trabalhista, Lei nº 13467/2017, provoca as seguintes principais mudanças:

a. os acordos coletivos, que não podiam estar acima da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), terão força de lei, podendo regulamentar, entre outros, as jornadas de trabalho;
b. a jornada de trabalho parcial, até então de até 25 horas semanais, sem hora extra e com direito a férias de 18 dias, passará a ser de até 30 horas semanais, sem hora extra, ou de até 26 horas semanais, com até 6 horas extras;
c. as férias, que podiam ser parceladas em no máximo 2 vezes, poderão ser parcelas em até 3 vezes, sendo que nenhum dos períodos pode ser inferior a 5 dias e um deles deve ser superior a 14 dias, não podendo iniciar 2 dias antes de feriados ou em finais de semana;
d. as grávidas e lactantes poderão trabalhar em locais de grau mínimo e médio de insalubridade, desde que apresentem atestado médico, ao contrário do que previa a legislação anterior, que não permitia o trabalho em local insalubre em qualquer grau;
e. a contribuição sindical deixou de ser obrigatória, devendo o trabalhador autorizar o pagamento, caso assim o queira;
f. o trabalho em casa (*home office*) passará a ser regulamentado;

g. o período para almoço, que era de 1 hora no mínimo, previsto pela antiga CLT, poderá ser reduzido para meia hora, de acordo com convenção coletiva;
h. o trabalho intermitente, não previsto pela CLT, passou a ser permitido, com remuneração definida por hora trabalhada;
i. o contrato de trabalhador autônomo passa a existir, mesmo que haja exclusividade e continuidade, sem que isto seja considerado vínculo empregatício.

Sem considerar a contrarreforma trabalhista e a contrarreforma previdenciária, o DIEESE projeta que, em 2050, o meio rural sofrerá uma redução drástica em termos populacionais, sendo estimada em 18,1 milhões de pessoas, de um total de 226,3 milhões de habitantes no país, em decorrência dos seguintes fatores: (a) concentração industrial em áreas urbanas e aumento da demanda de força de trabalho; (b) modificações nos processos produtivos agrícolas (expansão da fronteira agrícola, disponibilidade de crédito, especialização produtiva); (c) fragilidade da oferta de bens e serviços pelo Estado; (d) escassez, penosidade e precariedade do trabalho no meio rural; (e) incremento do nível tecnológico nas atividades rurais; (f) diminuição das taxas de fecundidade; (g) elevação da concentração fundiária, decorrente da ausência de política nacional de reforma agrária (DIEESE, 2012, p. 3-4).

Diante das transformações que se processam no mundo do trabalho no campo, poderíamos destacar, ainda, pelo menos mais três tendências: a redução da renda média do campo que, historicamente, já é inferior à média nacional; a ampliação das chamadas atividades não-agrícolas no campo e das atividades agrícolas sem quaisquer rendimentos; e a diminuição da estrutura funcional da categoria da agricultura familiar, com sério agravamento das condições do desemprego estrutural (FIRMIANO, 2016).

Ademais, há outro fenômeno que deve impactar radicalmente as relações laborais. Trata-se do que a literatura tem chamado de Indústria 4.0, um conjunto de inovações de tecnologias disruptivas com amplo potencial de acelerar a produtividade do trabalho, impulsionadas por robôs autônomos, internet das coisas, computação em nuvem, cibersegurança, sistemas integrados horizontais e verticais, entre outros, sob o controle de países como Alemanha, EUA, Coreia do Sul, Japão, França, Reino Unido, China e Estônia. No Brasil, o Projeto Indústria 2027 buscou esboçar um panorama sobre a apropriação do país dessas novas tecnologias em dez setores da economia, entre os quais estão: a agroindústria, com foco setorial em alimentos processados; química, principalmente química verde; bens de capital, enfocando o setorial de máquinas e implementos agrícolas; e farmacêutica, com foco em biofármacos. A pesquisa identificou que 1,6% das indústrias nacionais utilizavam tecnologias digitais nos moldes 4.0 em 2017, projetando-se que esse número aumentará para 23,9% em 2027 (IEL, 2018).

Vale ainda destacar que outro Projeto de Lei nº 6442/2016, de autoria do deputado Nilson Leitão, pelo PSDB do Mato Grosso, que em novembro de 2021 estava arquivado na Câmara, se voltar à cena, deve representar impacto ainda maior sobre a precarização do trabalho no campo. Trata-se da

> [...] possibilidade do trabalhador ser remunerado com salário mais moradia e/ou parte da produção local (alimentos ou animais); a flexibilidade da jornada de trabalho, mediante negociação entre empregados e empregado, para que este possa trabalhar até 12 horas por dia, com remuneração a título de hora extra do que ultrapassar as 8 horas diárias ou estipulação de banco de horas; o trabalho por 18 dias seguidos para o empregado que tiver residência em cidade distante do local de trabalho, mediante iniciativa deste, com a finalidade de usufruir de folga prolongada com a sua família; a venda de férias mediante

> iniciativa do empregado que morar na própria propriedade (SANTOS, 2017).

A persistência de formas diversas de escravidão no campo brasileiro, por exemplo, a peonagem (ou escravidão por dívida), revela-se agora como um expediente da nova fase de acumulação global, marcada pela redução da margem de viabilidade produtiva do capital. Apesar disso, houve a diminuição de ocorrências de trabalho análogo à escravidão entre 2013 e 2017, conforme os gráficos 6, 7 e 8 a seguir.

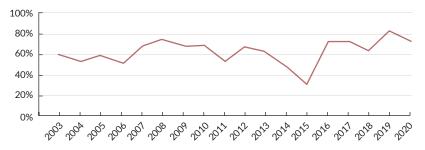
Gráfico 6: Ocorrências de trabalho escravo no campo no Brasil (2003 a 2021).

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da CPT (Cadernos de Conflitos de 2003 a 2021).

Como se nota, ao longo da primeira década de 2000, as situações de trabalho análogo à escravidão se mantém acima da casa de 200 casos/ano, quando começa a cair em 2013. Conforme chamei em outro trabalho, é o período da *belle époque* dos agronegócios no Brasil (FIRMIANO, 2016). A importante queda do número de ocorrências entre 2013 e 2017, quando os números voltam a subir, está longe de significar qualquer involução das situações de trabalho análogo à escravidão, mas sim, uma expressão do desmonte da estrutura de fiscalização, tanto pelo contingenciamento de

recursos quanto pelo déficit de auditores fiscais. Em janeiro de 2018, a coordenadora nacional de Erradicação e Combate ao Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, Catarina Von Zuben, afirmou que:

> [...] o número de ações e de resgaste de trabalhadores vem caindo ano após ano. Não porque a submissão das pessoas a condições degradantes com o cerceamento da liberdade e outras práticas criminosas está diminuindo, mas sim porque a estrutura de fiscalização e combate está sendo desmantelada [68].

Gráfico 7: Percentual de trabalhadores libertos em relação aos encontrados em situação análoga à escravidão no campo (2003 a 2021).

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da CPT (Cadernos de Conflitos de 2003 a 2021).

A despeito da relação entre as condições de trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão e trabalhadores efetivamente libertos, ocorre que nem sempre quando há ocorrência dessa forma radical de superexploração, os trabalhadores são, de fato, encontrados ou libertados.

---

68 Cai número de operações contra trabalho escravo no País. **Folha Especial**. 27/01/2018. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/cai-numero-de-operacoes-contra-trabalho-escravo-no-pais-999035.html. Acesso em: 17 jan. 2019.

Gráfico 8: Percentual de registros dos estados campeões de trabalho análogo à escravidão em relação ao total registrado no país (2003 a 2021).

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da CPT (Cadernos de Conflitos de 2003 a 2021).

Entre 2003 e 2017, o Pará aparece por 11 vezes em primeiro lugar no *ranking* dos estados com mais ocorrências de trabalho análogo à escravidão, posição que passa a ser ocupada por Minas Gerais no triênio 2018-2020 – sendo que também aparecem, em todo o período, os estados do Mato Grosso do Sul (2011), Maranhão (2013), Minas Gerais (2014) e Bahia (2015). Tal fato evidencia que ainda é na fronteira agrícola do país onde se articulam as relações não propriamente capitalistas de produção, no seio do processo de reprodução ampliada do capital. Assim, as formas mais radicais da superexploração do trabalho emergem agora mais como manifestação da crise estrutural do capital que de um suposto processo de acumulação primitiva (FIRMIANO, 2016).

CAPÍTULO 8

Considerações finais: da integração para fora à desintegração para dentro

Em 31 de dezembro de 2018, o portal de notícias da BBC Brasil publicou uma matéria intitulada "Governo Bolsonaro: o Brasil que novo presidente vai herdar em 10 gráficos". Trata-se de uma radiografia do país a partir de indicadores como educação, saúde, crescimento do PIB, contas do setor público, desemprego, segurança pública e corrupção[69]. De acordo com dez gráficos apresentados pela matéria, apesar de voltar a crescer – em 2018, a previsão foi de 1,4% –, e apontava para uma melhora ainda maior em 2019 – que poderia chegar a 2,5%, de acordo com o FMI –, o país continuaria entre os piores índices da América Latina (atrás de Argentina e Venezuela), pressionado pelo "risco das contas públicas". A dívida pública brasileira foi de 62,2% do PIB em 2012 para 87,3% em 2018, podendo chegar a 96,3% em 2023, caso não volte a ter superávit – que significa, segundo a matéria, "economia para pagar os juros da dívida". Também em

69 BARRUCHO, Luis; PASSARINHO, Nathalia; IDOETA, Paula Adamo. Governo Bolsonaro: o Brasil que novo presidente vai herdar em 10 gráficos. **Portal BBC Brasil**. 31/12/2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45761506. Acesso em: 13 jan. 2018.

2018, o país registrou a segunda maior taxa de desemprego da América Latina (ficando atrás somente do Haiti), com 65,5 milhões de trabalhadores desocupados ou que já desistiram de procurar emprego, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com base em informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse havia sido o mais alto índice de desemprego desde 2012, com cerca de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza (renda inferior a R$ 387,00), assolando, sobretudo, estados das regiões Norte e Nordeste, como Acre, Bahia e Sergipe.

Quanto ao desempenho da educação, segundo dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2015, o Brasil ocupava a 63ª posição em ciências, 59ª em leitura e 66ª em matemática, entre os 70 países avaliados: 8 em cada 10 alunos terminam o ensino fundamental sem o aprendizado ideal para esse ciclo educacional. Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de setembro de 2018 mostraram que nenhum estado atingiu as metas previstas para o ensino médio, com retrocessos no Amazonas, Roraima, Amapá, Bahia e Rio de Janeiro. Na área da saúde, de 2010 a 2018, o país fechou 34 mil leitos de internação da rede pública e, em 2018, somente 3,6% do PIB foi destinado para a área. Doenças consideradas erradicadas no país, como sarampo, poliomielite e rubéola, voltaram a preocupar e os dados sobre vacinação infantil mostraram, em agosto de 2018, que crianças até dois anos tiveram uma cobertura vacinal entre 50% e 70%, quando o ideal é, no mínimo, 90%; igualmente, voltou a subir a mortalidade materna e a infantil, que haviam alcançado importante queda entre 1990 e 2015.

Por fim, no plano da segurança pública, "nunca se matou tanto no Brasil", diz o portal: foram 63.880 homicídios no ano de 2017, de acordo com o Fórum de Segurança Pública, o que coloca o Brasil entre os países mais violentos do mundo, com média de mais de 30 homicídios para cada 100 mil habitantes (175 mortos por dia). Destaca-se a violência contra

a mulher, tanto os casos de estupro (em 2017 foram 60.018, registrando aumento de 8,4% com relação ao ano anterior) quanto de violência doméstica (221.238, em 2017); e o sistema prisional, que possui uma população de 729.463 detentos (sendo 37% presos em situação provisória) contra as 367.217 vagas oficialmente existentes.

A despeito desta fotografia do Brasil daquele ano, os especialistas ouvidos pela reportagem não se furtam a dar prescrição de soluções de toda a sorte para todas as "áreas". No caso da economia, "temos que resolver emergencialmente nosso conflito distributivo", diz Samuel Pessôa, da Fundação Getúlio Vargas. Mas, por "conflito distributivo", o professor de economia compreende "um Estado que estruturalmente gasta mais do que arrecada". Assim, a receita era: "o presidente precisa usar o poder do voto para funcionar como um maestro e reger o Congresso, a quem cabe a responsabilidade de desenhar o ajuste fiscal", pois "se não resolvermos isso, não sairemos do lugar. Não teremos futuro"[70].

Certamente, o que jornalistas e comentaristas de economia não esperavam – e nem poderiam! – era a arrasadora explosão da pandemia de covid-19, que levou a economia global a uma retração que só encontra precedentes na quebra da bolsa de 1929 e durante as duas grandes guerras. A estimativa de retração do PIB mundial em 2020 foi de 4,3%, num cenário de aumento estrondoso do desemprego, de precarização estrutural do trabalho e de pobreza extrema, tudo isso por sobre milhões de vítimas fatais provocadas pela nova doença. O Brasil, fortemente afetado pela crise, sofreu um impacto negativo de 4,5% do PIB em 2020, contribuindo de modo significativo para a queda global dos indicadores sociais – dados os altos níveis de desemprego, subemprego e pauperização (WBG,

70 Ver BARRUCHO, Luis; PASSARINHO, Nathalia; IDOETA, Paula Adamo. Governo Bolsonaro: o Brasil que novo presidente vai herdar em 10 gráficos. **Portal BBC Brasil**. 31/12/2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45761506. Acesso em: 13 jan. 2018. Vale registrar que a própria estrutura interna da matéria em questão conduz ao argumento acerca do ajuste fiscal.

2021). O ano de 2020 fechou com uma taxa de desemprego de 14,6% da População Economicamente Ativa (PEA). A taxa de informalidade, por seu turno, alcançou 38,7% e o número de desalentados atingiu 5,5 milhões de pessoas[71].

Nem mesmo após a devassa da "pandemia da crise" – para não falar em décadas de políticas neoliberais –, o receituário sofreu qualquer ajuste: além da "responsabilidade de desenhar o ajuste fiscal", como reivindicado pelo comentador de temas econômicos na matéria jornalística mencionada; há o câmbio flutuante, a liberdade absoluta para a circulação do capital, a política monetária vinculada à meta inflacionária e a produção de superávit primário. A razão para tanto não é difícil de ser elucidada. Conforme Mészáros (2009), em sua racionalidade parcial e autorreferida, o capital – e suas personificações – não podem admitir as verdadeiras causas de suas contradições, pois isso seria o mesmo que questionar sua *raison d´être*, colocando-se em xeque-mate. Por isso, deve, permanentemente, oferecer respostas circulares. É claro que há também um componente ideológico ou de vitória ideológica do capital na última quadra histórica, que se capilarizou de forma mais poderosa, inclusive nos extratos mais assolados pela crise do capital, parcelas enormes da heterogênea classe trabalhadora – na qual certamente reside um dos múltiplos e complexos determinantes da ascensão de Jair Bolsonaro no Brasil, conquistando o mais alto posto de comando do Estado[72].

Bolsonaro, já nas duas primeiras semanas de governo, colocou seu programa em prática: (a) reajuste do salário mínimo abaixo da estimativa do orçamento da União (esperava-se um ajuste para R$ 1.006,00, porém o

71 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios continua.** 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisanacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 15 abr. 2021.

72 Busquei uma primeira aproximação ao tema em FIRMIANO, 2020.

valor ficou em R$ 998,00) – ademais, a contrarreforma da previdência e a retomada dos processos de privatização são, de acordo com o ministro da Economia, prioridades para o governo; (b) extinção do Ministério do Trabalho, dos conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), e reestruturação política do Estado, deixando-o "mais enxuto", bem como a criação de cargos de articulação política entre executivo e legislativo, por meio da Medida Provisória nº 870/2019, com vigência a partir de 04 de fevereiro de 2019; (c) exoneração de cerca de 320 servidores da Casa Civil e o que o governo chama de "despetização" do Estado – uma verdadeira caça às bruxas, com demissões nos extintos ministérios da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Indústria, Comércio Exterior e do Trabalho; (d) criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que absorveu a Fundação Nacional do Índio (Funai) e, em seu primeiro ato, suspendeu um contrato de R$ 44,9 milhões da Funai com a Universidade Federal Fluminense para implantação de criptomoeda indígena; (e) profunda reestruturação do Ministério da Educação e projeção do modelo de escola "cívico-militar"; extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e criação da Secretaria de Modalidades Especializadas (Semesp) – voltada a pessoas com deficiência, povos indígenas e quilombolas; (f) transferência da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento (SEAD) e das competências do programa de reforma agrária e demarcação/regularização de terras indígenas e remanescentes dos quilombos para o Ministério da Agricultura, sob a Secretaria Especial para Assuntos Fundiários[73].

Um breve parêntese para a conjuntura agrária nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. No comando do Mapa está a ruralista Tereza Cristina,

73 Cf. Todas as medidas tomadas pelo governo Bolsonaro até agora. **Portal Veja**. Política. 07/01/2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/todas-as-medidas-tomadas-pelo-governo-bolsonaro-ate-agora/. Acesso em: 14 jan. 2019.

indicada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – a chamada bancada ruralista –, e à frente da Secretaria Especial para Assuntos Fundiários (SEAF) está Nabhan Garcia, presidente da conhecida União Democrática Ruralista (UDR).

O governo reavivou uma organização política, a UDR, que havia perdido espaço com a emergência do padrão de desenvolvimento dos agronegócios no país (FIRMIANO, 2016). Isso no contexto de ascensão das forças mais conservadoras do campo, ligadas a toda sorte de violência contra o trabalho e o trabalhador e articuladas à chamada "bancada da bala" (sócio menor da indústria armamentista brasileira, cujo *lobby* já garantiu maior liberalidade para a posse, via Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019). Não é à toa que temos assistido a uma intensificação do processo de judicialização/criminalização da luta pela terra e defesa dos territórios já conquistados por trabalhadores e povos, cuja existência está historicamente vinculada à terra. Ao mesmo tempo, a bancada ruralista – que tem total controle sob o Mapa – agilizou pautas caras ao agronegócio, como os agrotóxicos (PL nº 6299/02), o licenciamento ambiental (PL nº 3729/04), a estrangeirização das terras (matéria que não pode ser separada do plano de privatização e liberalização do capital financeiro), o desmonte da parca e funcional agricultura familiar e a irrisória política nacional de reforma agrária, bem como o avanço da monopolização e territorialização do capital em territórios indígenas, quilombolas e da reforma agrária.

O "*There is no alternative*" (TINA), sob as condições atuais da luta de classes no Brasil, assume, assim, um tom mais severo e reacionário, mesmo com consequências importantes para o desenvolvimento econômico-social do país (e suas estruturas ossificadas, como aquelas da questão agrária). Mas não se trata de nenhum desvio brusco da rota do desenvolvimento que o Brasil experimenta desde o fim da ditadura civil-militar de 1964, marcado pela consolidação de seu lugar subordinado e dependente na estrutura global do capital, cujo *modus operandi* é a crise estrutural – e

invariavelmente limitado pela redução da margem de viabilidade produtiva, com todas as contradições que essa nova forma de produção/reprodução impõe. As novas personificações do capital e do comando político da sociedade devem conduzir o país mais rapidamente pelo caminho da servidão, ou, se quisermos, da integração para fora às expensas da desintegração para dentro, estreitando, simultaneamente, as já precárias linhas de exercício da democracia. É aí, no centro desse movimento, que esbarramos na questão agrária, não como externalidade ou extemporaneidade das atuais condições do progresso capitalista, mas como elemento constitutivo de sua dinâmica, que se desenvolve na mesma proporção do desenvolvimento do capital.

Como afirmou Gunder Frank (1966), o subdesenvolvimento não poderia se explicar por ele mesmo, pois é produto histórico de suas relações econômicas, parte essencial da estrutura do capital e daí derivaria o problema. Na qualidade de componente interno da particularidade da economia dependente, a questão agrária não poderia ser resolvida pela modernização capitalista, pois seria ela mesma "modernizada", no sentido de incorporar as contradições impostas pela crise estrutural do capital. Desse modo, o desenvolvimento capitalista brasileiro teria somente um destino: conduzir ao desenvolvimento das contradições da questão agrária. Florestan Fernandes (2008), por seu turno, argumentou que a modernização da economia agrária não significava fator de mudança social, mas tendia ao aprofundamento da concentração de renda e poder. Teríamos, no entanto, que realizar as "tarefas em atraso" – ou cumprir o legado burguês da civilidade, dos direitos, da soberania. Essa possibilidade, porém, também nunca existiu.

Vale lembrar que nossos autores clássicos, ao elaborarem suas teorias sobre o desenvolvimento brasileiro, deparando-se com a questão agrária, não estavam diante da crise estrutural do capital, de modo que ainda não podiam enxergar as novas características do processo geral de expansão

capitalista que, depois de 1970, esgotaram quaisquer rotas de saída dentro da ordem. Os nexos da dependência descobertos por Gunder Frank e Florestan Fernandes (por diferentes caminhos) permitiram-lhes já àquela época concluir que, para a periferia, nunca houve rota de saída pela via do desenvolvimento capitalista. Mas, evidentemente, o impacto da crise do capital sobre as condições do desenvolvimento econômico-social da periferia e, arrisco dizer, sobre os próprios nexos da dependência, modificou os termos da própria ausência da possibilidade de saída. No passado, a dependência impedia a constituição de um tipo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural mediado pelo plano dos direitos, da cidadania, da soberania nacional, em suma, da integração para dentro. Porém, hoje, a servidão da sociedade nacional ao capital transnacional (ou a confluência nada virtuosa entre as condições da dependência e a redução da margem de viabilidade produtiva do capital social total) converte a impossibilidade histórica de saída em corrosão da pouca musculatura interna da economia, do raquítico Estado de Bem-estar Social e da precária democracia, ao explorar o que outrora poderiam ser chamados de obstáculos ao desenvolvimento e que, no curso da expansão capitalista, tornaram-se as condições para o desenvolvimento capitalista nacional.

Essa fase do desenvolvimento das forças produtivas do conjunto do sistema se expressa como seu ponto máximo de maturação, esbarrando em seus limites absolutos, sem que haja qualquer possibilidade de retroceder (MÉSZÁROS, 2009). Ou seja, podemos dizer que é quando o vício passa a ter permanente preponderância sobre a virtude em sua tensão dialética, sem que isto possa ser admitido pelas personificações do capital. Assim ocorre com a questão agrária brasileira: tornou-se a condição para o desenvolvimento (dependente e servil, é certo), cujas contradições que eliminam as condições elementares da reprodução social assumem a preponderância do movimento dado pelo próprio desenvolvimento, sem deixar de ser sua condição de existência. Uma evidência desse fato é que o país encerrou o ano de 2020 com um encolhimento do PIB de

4,5% – em que pesem os efeitos da pandemia –, mas com os agronegócios comemorando safra recorde: de acordo com o cálculo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Esalq/USP, de janeiro a agosto de 2020, o PIB do agronegócio brasileiro acumulou um crescimento de 8,48%, puxado sobretudo pelo segmento primário, pela safra 2019/2020 recorde de grãos[74].

O modo como o capital penetrou o campo brasileiro e suas conexões com o processo geral da acumulação capitalista – que no plano da economia se manifestam como produção de superávit, equilíbrio da balança comercial ou das contas externas, entre outras – se tornam condição da forma de integração brasileira para fora, não sem pressionar sua desintegração para dentro, segundo as contradições da concentração fundiária, da intensificação do controle do capital sobre a exploração agrícola, da utilização intensiva de fatores de produção, das formas contemporâneas de biopiratataria, da pobreza e da precarização do trabalho, da proliferação da fome e dos conflitos no campo. Trata-se de um círculo vicioso do qual não há saída dentro da ordem do capital. Ou ainda pior: a continuidade da expansão capitalista acaba por corroer suas próprias condições de existência, sem, no entanto, levá-la à derrocada. Nesses termos, a reiteração da barbárie em níveis sempre mais elevados é a tendência preponderante para os próximos anos.

74 Ver em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**. Síntese. Brasil: 2018. Disponível em: http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1499785232Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 60-79, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jan. 2019.

ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de. *et al.* Use of genetically modified crops and pesticides in Brazil: growing hazards. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3333-3339, out. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320172210.17112017. Acesso em: 13 jan. 2020.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

AZEVEDO, Tasso *et al*. **Deforestation 2019:** Annual Deforestation Report of Brazil. São Paulo: MapBiomas, 2019. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/relatrios/MBI-deforestation-report-2019-en-final5.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

BARROS, Geraldo S. de C. Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro. *In:* **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (editores técnicos). Brasília: Embrapa, 2014.

BELCHIOR, Diana C. V. *et al.* Impactos de agrotóxicos sobre o meio ambiente e a saúde humana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 135-151, jan./abr. 2014. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164063/1/Impactos-de-agrotoxicos-sobre-o-meio-ambiente.pdf. Acesso em: 21 nov. 2018.

BENETTI, Maria D. A internacionalização real do agronegócio brasileiro – 1990-03. *In*: **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, ago. 2004. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/260. Acesso em: 10 nov. 2021.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Volume 1. Tradução de Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula:** contribuições para um balanço crítico. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** Ensaio de Interpretação Sociológica. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estud. av.**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2016.

CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al.* (org.). **Dossiê ABRASCO:** um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra:** como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão *et al*. Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem? **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v. 5, n. 2 (2017), p. 74 -102. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2017v5n2p74. Acesso em: 3 jan. 2019.

CHESNAIS, François. Não só uma crise econômica e financeira, uma crise de civilização. *In:* JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (org.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CHESNAIS, François *et al*. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2003. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2004. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2005. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2006a.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2006. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2006b.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2007. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2008. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2009. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski] – São Paulo: Expressão Popular – Brasil, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2010. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2011. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2012. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flavio Lazzarin] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013a.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2013. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flavio Lazzarin] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013b.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2014. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2015. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2016. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2017. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2018. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Paulo Cesar Moreira dos Santos] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2019. [coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Paulo Cesar Moreira dos Santos] – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2021.

DELGADO, Guilherme C. **Raiz estrutural do binômio desindustrialização/reprimarização da economia permanece intacta**. Correio da Cidadania, 11/04/2012. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/colunistas/guilherme-delgado/7009-11-04-2012-raiz-estrutural-do-bino mio-desindustrializacaoreprimarizacao-da-economia-permanece-intacta. Acesso em: 25 set. 2018.

DELGADO, Guilherme C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**. v. 1, n. 2, p. 111-125, jan./abr. e maio./ago. 2010. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31914. Acesso em: 10 nov. 2021.

DELGADO, Guilherme C. Constituição e Desenvolvimento do capital financeiro na agricultura. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: Embrapa, v. 3, n. 1, jan./abr., 1986

DELGADO, Guilherme C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília: Embrapa, v. 2, n. 1, jan./abr., 1985.

DIEESE. **Boletim de conjuntura**, n. 29, jun./jul. 2021. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

DIEESE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Estudos e Pesquisas**, n. 74, outubro de 2014. Disponível em: https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf. Acesso em: 20 jul. 2017.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. 2021. **In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: FAO. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cb5409en. Acesso em: 9 nov. 2021.

FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS. 2018. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo:** Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO, Roma. Disponível em: http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf. Acesso em: 30 dez. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5 ed. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FIRMIANO, Frederico Daia. Os precedentes da tormenta: crise do capital e a ascensão do conservadorismo ao comando do Estado brasileiro. **Revista Extraprensa**, 13(2), 22-40, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.163155. Acesso em: 29 jan. 2021.

FIRMIANO, Frederico Daia; ASSUNÇÃO, Matheus Gringo de. As aventuras do Brasil no Atlântico-Sul: pistas para uma análise sobre a inserção brasileira no continente africano. IV Encontro Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais. **Anais** [...]. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 18 e 19 de outubro de 2018. Disponível em: http://unbgept.blogspot.com/p/meetings.html. Acesso em: 21 jan. 2019.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária**. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

FIRMIANO, Frederico Daia. Wahlverwandtschaft: pós-neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no Brasil. **Revista Outubro**. n. 22, 2º semestre de 2014. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/11/6_Frederico-Firmiano.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.

GARCIA, Junior Ruiz. Trabalho Rural: tendência em face das transformações em curso. *In:* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (editores técnicos). Brasília, DF: Embrapa, 2014.

GASQUES, José Garcia *et al.* **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil.** IPEA, Brasília, 2004. ISSN: 1415-4765. (Texto para discussão nº 1009). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4225. Acesso em: 25 abr. 2012.

GUNDER FRANK, André. O inimigo imediato. *In:* LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Shilling, Luís Carlos Borges. 4 ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 394-399.

GUNDER FRANK, André. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, setembro de 1966. Tradução de Samuel Campos. Disponível em: http://categorizando.wixsite.com/inicio/single-post/2016/08/06/Artigo-p-download-O-Desenvolvimento-do-Subdesenvolvimento-de-Andre-Gunder-Frank. Acesso em: 20 ago. 2017.

HATHAWAY, David. A biopirataria no Brasil. *In:* ROTANIA, Alejandra Ana; WERNECK, Jurema (org.). **Sob o Signo das Bios:** Vozes Críticas da Sociedade Civil. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo, Biodiversidade e Biopirataria na Amazônia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alfredo_Homma/publication/268219189_Extrativismo_biodiversidade_e_biopirataria_na_Amazonia/links/5465cbff0cf2f5eb17ff6862/Extrativismo-biodiversidade-e-biopirataria-na-Amazonia.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1971.

IEL (INSTITUTO EUVALDO LODI). **Projeto Indústria 2027:** riscos e oportunidades para o Brasil diante de inovações disruptivas. Brasília: IEL/NC, 2018. 193 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html. Acesso em: 8 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

ISAAA. **Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops:** 2016. ISAAA Brief, n. 52. ISAAA: Ithaca, NY, 2019.

ISAAA. **Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops:** 2016. ISAAA Brief n. 52. ISAAA: Ithaca, NY, 2016.

KATZ, Cláudio. America Latina frente a la crisis global. 2009. **Portal CADTM**. Disponível em: https://www.cadtm.org/America-Latina-frente-a-la-crisis. Acesso em: 10 mar. 2010

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 77-98, ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 ago. 2018.

LOVEJOY, Thomas E.; NOBRE, Carlos. Amazon Tipping Point: Last Chance for Action. **Science Advances**, v. 5, n. 12, dez. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1126/sciadv.aba2949. Acesso em: 12 nov. 2021.

LUCE, Mathias. La expansion del subimperialismo brasileño (La política de integración del gobierno Lula en América Latina). **Patria Grande:** Revista mensual de la Izquierda Nacional-Tercera Época, v. 1, n. 9, dez. 2008.

MAIA, Alexandre Gori; SAKAMOTO, Camila Strobl. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. *In:* BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola**.** Brasília, DF: Embrapa, 2014.

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648. Acesso em: 8 set. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. *In:* FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS, Horácio. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. *In:* **DPH**. 03/2010. Disponível em: http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8242.html. Acesso em: 15 jan. 2019.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 9. ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio:** uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MELLO, Janine (org.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – Número 23. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. *In:* ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIRANDA, José Carlos; MARTINS, Luciano. Fusões e aquisições de empresas no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, (14): 67-88, jun. 2000. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643121/10671. Acesso em: 9 out. 2018.

MONTIEL, Flavio. **Novas leis contra a biopiratataria**. Portal Sindireceita. 4/04/2011. Disponível em: https://sindireceita.org.br/legado/146-legado-publicacoes/100960-novas-leis-contra-a-biopiratataria. Acesso em: 14 dez. 2018.

NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? *In:* BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Véras de. Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 49-73, ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200049&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 ago. 2018.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In:* FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OXFAM. **Terra, Poder e Desigualdade na América Latina**. Publicado pela Oxfam GB para a Oxfam House. Reino Unido: Oxford, 2016.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. *In:* OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery:** servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Estado de sítio).

PEDRO, Antonio Fernando Pinheiro. **Biodiversidade Brasileira e os contratos de Bioprospecção** (O caso Bioamazônia-Novartis). Portal Pinheiro Pedro Advogados. Não datado. Disponível em: https://web.archive.org/web/20190916004157/http://pinheiropedro.com.br/site/artigos/biodiversidade-brasileira-e-os-contratos-de-bioprospeccao-o-caso-bioamazonia-novartis/. Acesso em: 7 dez. 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático. **Revista NERA**, Presidente Prudente (SP), ano 20, n. 40, p. 88-110, set./dez. 2017. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4939/4033. Acesso em: 9 nov. 2018.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?:** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Por uma ecologia política crítica da Amazônia. **Margem Esquerda**. n. 14. São Paulo: Boitempo Editorial, maio 2010. (Ensaios marxistas).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. *In:* CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (coord.). **Conflitos no campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. *In:* FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf?. Acesso em: 9 nov. 2021.

SAES, Maria Sylvia Macchione; SILVEIRA, Rodrigo Lanna Franco de. Novas formas de organização das cadeias agrícolas brasileiras: tendências recentes. *In:* BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria de; NAVARRO, Zander (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jan. 2019.

SANTOS, Lídia Cristina J. Impactos da reforma trabalhista para o trabalhador rural. **Agrorevenda**. 11/05/2017. https://agrorevenda.com.br/impactos-da-reforma-trabalhista-para-o-trabalhador-rural/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=impactos-da-reforma-trabalhista-para-o-trabalhador-rural. Acesso em: 2 ago. 2021.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada**, v. 9, n. 1, jun. 2008. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1645/1580. Acesso em: 15 jun. 2014.

SOARES, Sergei *et al.* **Pobreza Rural no Brasil: uma Questão de Ativos**. International Policy Centre for Inclusive Growth, out. 2015. Disponível em: http://www.fida.org.br/assets/downloads/OP311PT_Pobreza_Rural_nas_Regioes_Norte_e_Nordeste_do_Brasil.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

SOSMA. SOS Mata Atlântica. **Relatório Anual 2019**. São Paulo: SOSMA, 2019. Disponível em: https://cms.sosma.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio-Anual-SOS-Mata-Atl%C3%A2ntica-2019.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

STRASSBURG, Bernardo *et al.* Moment of Truth for the Cerrado Hotspot. **Nature Ecology & Evolution**, v. 1, n. 4 (March): 1-3, 2017. Disponível em: http://doi.org/10.1038/s41559-017-0099. Acesso em: 13 jan. 2020.

STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (org.). **A questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 8 v.

TEIXEIRA, Gerson. O Censo Agropecuário 2017. **Revista NECAT**, v. 8, n. 16, jul./dez. 2019. Disponível em: https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4314/3244. Acesso em: 7 nov. 2021.

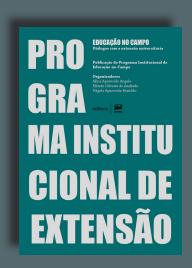
WORLD BANK GROUP. **Global Economic Prospects**. Washington, DC: World Bank, jan. 2021. Disponível em: https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects. Acesso em: 2 fev. 2021.

WORLD BANK GROUP. **Commodity Markets Outlook:** Persistence of Commodity Shocks. World Bank, Washington, DC, out. 2020. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34621. Acesso em: 29 jan. 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The future of jobs:** Employment, skills and workforce strategy for the fourth industrial revolution. Reports. Genebra, jan. 2016. Disponível em: http://reports.weforum.org/future-of-jobs-2016/. Acesso em: 14 maio 2017.

SOBRE O AUTOR

Frederico Daia Firmiano *é professor da UEMG, unidade Passos, e também atua no IFMG, campus avançado de Piumhi. Possui graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário Moura Lacerda e em Sociologia pela Universidade Paulista. Tem mestrado em Sociologia e doutorado em Ciências Sociais pela UNESP e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP, campus de Franca. É líder do Grupo de Estudos sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais (GEIND), do CNPq. Tem experiência nas áreas de Sociologia do Desenvolvimento e Rural, Sociologia dos Conflitos Socioambientais, Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria da crise estrutural do capital, neodesenvolvimentismo, questão agrária, mundo do trabalho e conflitos socioambientais.*

Acesse outros títulos da EdUEMG

Educação no campo – Diálogos com a extensão universitária

Aline Aparecida Angelo, Elizete Oliveira de Andrade e Nágela Aparecida Brandão (org.)

Acesse aqui

O livro sistematiza trabalhos realizados por discentes, docentes e pesquisadores envolvidos no Programa Institucional de Extensão da UEMG na linha da Educação do Campo. Sob uma perspectiva pedagógica, os autores discutem a importância de ações voltadas para a educação de jovens e adultos trabalhadores do campo, como um processo formador de extrema relevância.

Desenvolvimento regional – Contribuições para o planejamento de atividades rurais e urbanas

Rita de Cássia Ribeiro Carvalho e Eduardo Goulart Collares (org.)

Acesse aqui

A obra reúne trabalhos decorrentes de demandas apresentadas pelo meio rural, indústria, comércio e administrações públicas de municípios que compõem a região Sudoeste do estado de Minas Gerais, também conhecida como Região do Médio Rio Grande, no período de 2014 a 2016. Além disso, a proposta dos autores não é apenas contribuir com o desenvolvimento regional, mas, também, motivar e impulsionar os empreendedores a transformarem conceitos e teorias em práticas reais.

O livro busca investigar os nexos entre a questão agrária e o desenvolvimento econômico-social brasileiro das últimas décadas, de modo a entender como ela vem sendo modificada pelas transformações do padrão de acumulação de capital no país ao mesmo tempo em que condiciona a expansão capitalista brasileira. Contextualizando a situação do campo no Brasil na história recente do país, o autor expõe a emergência de contradições existentes no centro da questão agrária, que impactam o mundo do trabalho e o meio ambiente.

geind
Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais

editora